

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GABRIEL SOARES DE AZEVEDO FILHO

**EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO EM ALAGOAS:
A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)**

Maceió – AL
2017

GABRIEL SOARES DE AZEVEDO FILHO

**EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO EM ALAGOAS:
A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação na área de Educação, linha de pesquisa Políticas e Gestão da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Inalda Maria dos Santos

Maceió - AL
2017

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Janaina Xisto de Barros Lima

A994e Azevedo Filho, Gabriel Soares de.
Expansão do ensino superior privado em Alagoas : a contribuição do Programa
Universidade para Todos (PROUNI) / Gabriel Soares de Azevedo Filho . – 2017.
151 f. : il.

Orientadora: Inalda Maria dos Santos.
Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de
Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017.

Bibliografia: f. 140-151.

1. Educação. 2. Ensino superior – Privado - Alagoas. 3. Democratização do ensino.
4. PROUNI. I. Título.

CDU: 378 (813.5)

Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Expansão do ensino superior privado em Alagoas: A contribuição do Programa
Universidade para Todos (PROUNI)

GABRIEL SOARES DE AZEVEDO FILHO

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora, já referendada pelo
Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de
Alagoas e aprovada em 25 de agosto de 2017.

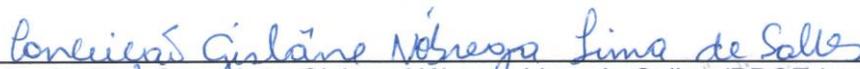
Banca Examinadora:



Profa. Dra. Inalda Maria dos Santos (PPGE/UFAL)
(Orientadora)



Profa. Dra. Edna Cristina do Prado (PPGE/UFAL)
(Examinadora Interna)



Profa. Dra. Conceição Gislane Nóbrega Lima de Salles (PPGEduc/UFPE)
(Examinadora Externa)

Dedico este trabalho

A minha esposa Profa. Jacy de Araújo Azevedo, pois sem o apoio dela não seria possível percorrer este caminho.

Aos meus filhos, Ana Carolina de Araújo Azevedo e Gabriel Soares de Azevedo Neto, aos quais tenho dedicado minha vida.

Aos meus pais, Gabriel Soares de Azevedo (*In memoriam*) e Maria de Lourdes Gonçalves, que sempre me incentivaram a buscar o conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a DEUS. A minha fé Nele me ajudou em muitos momentos em que me senti cansado e desanimado.

A minha esposa, Profa. Jacy Azevedo, e aos meus filhos, Ana Carolina e Gabriel Neto, pelo apoio e compreensão nos muitos momentos estressantes que vivi.

Aos meus pais, Gabriel de Azevedo (In memoriam) e Maria de Lourdes, pelos valores que me ensinaram.

A minha orientadora, Profa. Dra. Inalda dos Santos, pela paciência, pelas sugestões, por ter acreditado na realização desta pesquisa e confiado em meus ideais.

À Profa. Dra. Edna do Prado, pelo incentivo dado para que eu chegasse até aqui.

À Igreja Batista da Graça, onde exerço o pastoreio e presido há 20 anos, pelo apoio dado nessa trajetória.

A todos aqueles que me incentivaram com palavras de conforto, com carinho e respeito pelo meu trabalho, sempre ouvindo meus desabafos, conquistas e preocupações.

RESUMO

Esta pesquisa propõe-se a analisar a Expansão do Ensino Superior Privado em Alagoas e a contribuição do Programa Universidade para Todos (PROUNI). O PROUNI foi criado em 13 de janeiro de 2005 por meio da Lei nº 11.096, no contexto do discurso da democratização do ensino superior, o qual tinha como objetivo viabilizar o acesso à educação superior nas instituições privadas com ou sem fins lucrativos. Buscamos então, responder à seguinte questão: como o Programa Universidade Para Todos contribuiu para a expansão do ensino superior privado em Alagoas? O objetivo da pesquisa é investigar a participação do PROUNI no processo de expansão da educação superior privada em Alagoas e sua relação com as políticas neoliberais, nos anos de 2009 a 2016. Este trabalho caracterizou-se por uma pesquisa qualitativa, e, para fundamentar os estudos, optamos pela pesquisa bibliográfica e documental. Tivemos como categorias de análise o ensino superior, a expansão, o Neoliberalismo e o PROUNI. Durante o percurso da pesquisa dialogamos com autores importantes para o trabalho como: Trindade (1999, 2000), De Albuquerque Fávero (2006), Dourado (2002, 2003, 2011), Cunha (1980, 2000, 2003), Filgueiras (2009), Santomé (2003), Leher (1998, 2004) e Verçosa e Cavalcante (2015). As sistematizações dos dados tiveram como parâmetro os documentos elaborados pelo MEC/INEP, dentre eles: Leis, Decretos, Portarias, manuais e relatórios. O desenho da pesquisa caracterizou-se por um panorama histórico do ensino superior, bem como por uma análise do Neoliberalismo e o seu contributo nas políticas públicas educacionais brasileiras, e por um estudo do PROUNI desde a sua criação a sua contribuição na expansão do ensino superior privado, sobretudo no estado de Alagoas. A partir dos dados oficiais e seus resultados, inferimos que o PROUNI tem contribuído com o desenvolvimento do ensino superior privado no estado de Alagoas por meio da aplicação de dinheiro público nas instituições de ensino superior privadas via bolsas para estudos de graduação em IES privadas. Assim, a pesquisa aponta o PROUNI como um programa do governo federal que contribuiu para a expansão da educação superior privada em Alagoas.

Palavras-chave: Ensino Superior. Expansão. PROUNI

ABSTRACT

This research proposes to analyze the Expansion of Private Higher Education in Alagoas and the contribution of the University for All Program (PROUNI). PROUNI was created on January 13, 2005 through Law No. 11,096, in the context of the discourse on the democratization of higher education, which had the objective of making access to higher education possible in private and non-profit institutions. We then sought to answer the following question: how did the University for All Program contribute to the expansion of private higher education in Alagoas? The objective of the research is to investigate the participation of PROUNI in the process of expansion of private higher education in Alagoas and its relationship with neoliberal policies, in the years 2009 to 2016. This work was characterized by a qualitative research, and, to support the studies, we opted for bibliographic and documentary research. We had categories of analysis such as higher education, expansion, Neoliberalism and PROUNI. During the course of the research, we interviewed important authors for the work: Trindade (1999, 2000), De Albuquerque Fávero (2006), Dourado (2002, 2003, 2011), Cunha (1980, 2000, 2003), Filgueiras, Santomé (2003), Leher (1998, 2004) and Verçosa and Cavalcante (2015). The systematizations of the data had as parameters the documents elaborated by the MEC / INEP, among them: Laws, Decrees, ordinances, manuals and reports. The design of the research was characterized by a historical panorama of higher education, as well as an analysis of Neoliberalism and its contribution in Brazilian educational public policies, and a study of PROUNI since its creation, its contribution to the expansion of private higher education, especially in the state of Alagoas. From the official data and its results, we infer that PROUNI has contributed to the development of private higher education in the state of Alagoas through the application of public money in private higher education institutions via scholarships for undergraduate studies in private HEIs. Thus, the research points out PROUNI as a federal government program that contributed to the expansion of private higher education in Alagoas.

Keywords: Higher Education. Expansion. PROUNI

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Previsão dos gastos tributários referentes ao PROUNI – 2007 a 2016	84
Gráfico 2 - Distribuição de teses e dissertações por região	86
Gráfico 3 - Distribuição das IES por região no estado de Alagoas	112
Gráfico 4 - Matrículas realizadas nas mesorregiões alagoanas no ano de 2014	114
Gráfico 5 - Evolução das matrículas em instituições privadas em relação as públicas entre 2009 a 2014	116
Gráfico 6 - Crescimento das IES no estado de Alagoas – 2009 a 2014	119
Gráfico 7 - Matrículas na Educação a Distância - EAD em Alagoas no período de 2009 – 2014	120
Gráfico 8 - Percentual de matrículas nas mesorregiões alagoanas em EAD de 2009 a 2014	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronologia e informação das primeiras universidades ocidentais.....	22
Quadro 2 - Distribuição das teses e dissertações sobre PROUNI por cursos e áreas do conhecimento	87
Quadro 3 - Teses e dissertações com similaridade com a temática em estudo..	88
Quadro 4 - Resultados de onze dissertações do Banco de Teses e Dissertações da CAPES	100
Quadro 5 - Cursos que mais ofertaram vagas em 2014.....	102
Quadro 6 - Evolução do número de instituições privadas de ensino superior em Alagoas entre os anos de 1996 a 2005.....	109
Quadro 7 - Matrículas total em cursos de graduação - presenciais e a distância 2010 – 2015	110
Quadro 8 - Evolução do número de instituições de educação superior, segundo a localização, categoria administrativa e organização acadêmica em Alagoas/ 2009 – 2014	117
Quadro 9 - Demonstrativo do número de bolsas ofertadas pelo PROUNI em Alagoas entre os anos de 2009 a 2016.....	122
Quadro 10 - Quantitativo de bolsas integrais do PROUNI por instituições na modalidade de ensino presencial em faculdades e institutos.....	124
Quadro 11 - Quantitativo de bolsas integrais do PROUNI por instituições na modalidade de ensino presencial em centros universitários	125
Quadro 12 - Quantitativo de bolsas integrais do PROUNI por instituições na modalidade de ensino a distância em universidades	126
Quadro 13 - Quantitativo de bolsas integrais do PROUNI por instituições na modalidade de ensino a distância em centros universitários	127
Quadro 14 - Quantitativo de bolsas integrais do PROUNI por instituições na modalidade de ensino a distância em faculdades.....	128
Quadro 15 - Distribuição de bolsas do PROUNI por área do conhecimento.....	129
Quadro 16 - Os dez cursos presenciais que mais receberam bolsas entre os anos de 2010 a 2016.....	130
Quadro 17 - Cursos que mais receberam bolsas EAD entre os anos de 2010 a 2016	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de instituições de educação superior por organização acadêmica e natureza administrativa - Brasil/1990-2000	77
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CESMAC	Centro de Ensino Superior de Alagoas
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Educação Superior a Distância
EES	Educação Superior Privadas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FENEP	Federação Nacional das Escolas Particulares
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FISCOSOFT	Informações Fiscais e Legais
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNEC	Fundação Educacional Alagoana
FUNESA	Fundação Universidade Estadual de Alagoas
GF	Governo federal
GT	Grupo de Trabalho
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MP	Medida Provisória
MEC	Ministério da Educação
OMC	Organização Mundial do Comércio
PSDB	Partido da Social Democracia
PT	Partido dos Trabalhadores
PEE	Plano Estadual de Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional da Educação
PND	Programa Nacional de Desestatização
PROUNI	Programa Universidade para Todos

REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RF	Receita Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNEAL	Universidade Estadual de Alagoas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR E CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE....	20
2.1	A Idade Média e a Criação da Universidade (século XII)	23
2.1.1	A estrutura curricular e o método de ensino na Idade Média.....	27
2.1.2	O acesso à universidade na Idade Média.....	29
2.2	Desenvolvimento da Universidade na Idade Moderna por Influência do Capitalismo Comercial e do Humanismo no Século XV	30
2.2.1	Uma formação para o nobre	31
2.2.2	Os interesses da reforma em popularizar o ensino	33
2.2.3	A educação da Contrarreforma voltada para os interesses da fé	34
2.3	Desenvolvimento Científico e Institucionalização da Ciência pela Universidade, Século XVII	35
2.4	A Implantação e a Estatização da Universidade Moderna até os Dias Atuais.....	36
2.5	A Universidade e sua Relação com o Brasil	39
3	O NEOLIBERALISMO E SUA INFLUÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS.....	53
3.1	Percurso Histórico do Neoliberalismo	53
3.1.1	As nações imperialistas e o Neoliberalismo.....	57
3.2	O Neoliberalismo no Contexto Brasileiro (Collor, FHC e a reforma do Estado em Lula).....	60
3.3	O Neoliberalismo nas Políticas Educacionais do Brasil	71
4	A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR E O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI.....	79
4.1	Histórico da Criação do PROUNI (contextualização do programa)	79
4.2	Mapeamento de Pesquisas sobre o PROUNI no Brasil (2006 – 2015)...	85
5	PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI): EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO EM ALAGOAS	104
5.1	A Educação Superior Pública no Estado de Alagoas	105
5.2	A Expansão do Ensino Superior Privado em Alagoas	108
5.3	O Contexto da Reforma da Educação Superior em Alagoas e seu Desenvolvimento a partir dos Anos de 1990.....	111

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
	REFERÊNCIAS	140

1 INTRODUÇÃO

Analisando as políticas educacionais desenvolvidas no Brasil sobre o ensino superior durante a década de 1990 percebemos que houve mudanças no ensino superior. Essas mudanças aplicadas na educação superior foram marcadas por políticas que priorizaram a naturalização¹ das instituições não universitárias e o crescimento do ingresso no ensino superior de natureza privada (DOURADO, 2011).

O governo federal criou o Programa Universidade para Todos (PROUNI) através da Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, sob a inspiração do discurso de democratização do ensino superior, viabilizando oportunidades para o estudante cursar uma graduação em instituições de ensino superior (IES) privadas com ou sem fins lucrativos.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005).

Os critérios para o aluno ter a concessão da bolsa do PROUNI foram estabelecidos pelo governo federal com o respaldo da Lei 11.096/2005, que estabeleceu o seguinte: o candidato à bolsa deveria ter estudado em escola pública ou ter sido bolsista integral em escola particular, ter alcançado o mínimo de 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ser brasileiro, não portador de diploma de graduação, possuir renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio; ou ser portador de necessidades especiais. Os professores da rede pública de ensino poderiam ser beneficiados com a bolsa do programa para cursarem as licenciaturas destinadas à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda que estes possuíssem, artigo 2º da Lei 11.096/2005.

O Programa Universidade para Todos - PROUNI tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa (BRASIL, 2013).

¹ Naturalização das instituições não universitárias significa colocar no mesmo patamar de universidades os centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos (DOURADO, 2011).

A escolha por pesquisar sobre a **EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO EM ALAGOAS: A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)** se deu por estar inserido diretamente como professor de uma instituição de ensino superior privada que goza dos benefícios e isenções fiscais oriundos do Programa Universidade para Todos. A experiência de 21 anos na docência em IES privada me permitiu perceber que o interesse da instituição privada está muito longe de oferecer uma educação para vida (MÉSZÁROS, 2008) e muito próxima de uma provável mercantilização da educação (SANTOMÉ, 2003).

Por ser pastor presidente da Igreja Batista da Graça em Maceió há 20 anos convivi com jovens trabalhadores que buscam a cada dia oportunidades para estudar em uma instituição pública e não encontram vagas suficientes para terem acesso ao ensino superior gratuito em uma universidade pública, o que, segundo a Constituição, é direito de todos (BRASIL, 1988).

Tendo em vista essa experiência e o fato de termos acompanhado a expansão do ensino superior privado em Alagoas, fomos inquietados a pesquisar sobre **o Programa Universidade Para Todos e sua relação com a expansão do ensino superior privado em Alagoas**. Com a intenção de obter resposta à questão levantada como objeto de pesquisa estabelecemos como objetivo geral: investigar a contribuição do PROUNI na expansão da educação superior privada em Alagoas e sua relação com as políticas neoliberais. Nesse sentido, estipulamos como objetivos específicos: verificar o papel do Estado em relação ao ensino superior; conhecer as organizações internacionais que têm uma influência direta na implantação das políticas neoliberais na educação superior no Brasil; e verificar o avanço do ensino superior privado no estado de Alagoas e sua relação com o Programa Universidade Para todos (PROUNI).

Ao desenvolvermos o projeto de pesquisa tínhamos as seguintes hipóteses: a) o programa PROUNI pode ser considerado um exemplo de medida de uma política pública de cunho neoliberal para atendimento dos interesses externos – Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) –, o que favoreceria a privatização do ensino superior no Brasil; b) é através do PROUNI que o governo federal transfere a sua responsabilidade de ofertar vagas para todos estudarem em uma instituição de ensino superior (IES) pública, ofertando vagas nas IES privadas, sem levar em consideração a qualidade deste ensino; e c) com o sucateamento das

universidades públicas e a aceleração da transferência via financiamento de recursos públicos para interesses privados o PROUNI tem se tornado um veículo muito importante para a consolidação dessa transferência e contribuído para a expansão do ensino superior privado em Alagoas.

Para alcançar os objetivos propostos elegemos a pesquisa de caráter qualitativo, que Araújo e Oliveira (1997, p. 11) resumem como um estudo que "se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada". Com o propósito de fundamentar este estudo, optamos pela pesquisa bibliográfica e pela pesquisa documental, visto que "a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório" (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38).

Embora a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental possuam semelhanças, algumas particularidades diferenciam uma da outra. Nesse sentido, podemos perceber que as fontes de dados da pesquisa documental são sempre primárias, algumas delas compiladas no momento do fato, outras algum tempo depois, e não são tratadas com o foco específico para o tema em estudo; já a pesquisa bibliográfica utiliza-se sempre de fontes secundárias e tem como foco as obras publicadas que abordam o tema em estudo.

Segundo Cervo e Bervian (1996, p. 48),

[...] a pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência. Como trabalho científico original, constitui a pesquisa propriamente dita na área das Ciências Humanas. Como resumo de assunto, constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica.

No desenvolvimento da investigação, à medida que analisávamos os textos selecionados, aprimorávamos as ideias. Várias vezes houve a necessidade de voltarmos a verificar alguns textos que já haviam sido analisados. Dessa forma, notamos que a pesquisa bibliográfica nos permitia essa volta constante aos textos.

O aporte teórico que utilizamos para embasamento desse trabalho foi de fundamental importância, pois serviu de fonte enriquecedora para a nossa pesquisa. Entre os teóricos de que lançamos mão para fundamentar o nosso texto destacamos: Trindade (1999, 2000), que traçou uma linha do tempo sobre a evolução da universidade a partir da sua origem até século XIX; Wood (2003), que falou sobre o surgimento da universidade como um fenômeno na Europa e atribui à

Igreja a sua origem; De Albuquerque Fávero (2006), que contribuiu com uma abordagem sobre a primeira reforma do ensino superior no Brasil; Dourado (2002, 2003, 2011), que fez uma alusão sobre a adequação da educação superior ao mercado; Cunha (1980, 2000, 2003), que discorreu sobre a federalização das faculdades reunidas em universidade; Buarque (1994), que considerou a universidade como filha da transição entre o período medieval e o período renascentista.

Destacamos ainda Moraes (2001), que discutiu sobre o Keynesianismo; Amaral (2007), que abordou o desenvolvimento do Neoliberalismo mundial; Anderson (1995, 2000), que tratou sobre a importância do Neoliberalismo para a sociedade moderna; Figueiras (2009), que abordou a inserção de políticas com características liberais no Brasil; Boito Jr. (1999, 2003), que discutiu sobre o continuísmo neoliberal de Lula no Brasil; Santomé (2003), que explicou sobre as implicações das políticas neoliberais em uma nação; Faceira (2009), que abordou o PROUNI como uma política pública que facilita acesso ao ensino superior; Leher (1998, 2004), que apresentou o PROUNI como uma salvação econômica para as IES privadas; Kullok, Aragão e Braz (2012), que discutiram sobre a expansão do ensino superior de Alagoas; e Verçosa e Cavalcante (2015), que abordaram o ensino superior e a criação da Universidade Federal de Alagoas.

Na pesquisa documental foram analisados pareceres, leis e resoluções que dizem respeito ao objeto pesquisado. Sobre a importância da pesquisa documental, Cellard (2008) diz que o documento escrito é uma fonte relevante para o pesquisador. Sá-Silva, De Almeida e Guindani (2009) afirmam que os documentos devem ser verificados com apreço porque a riqueza de informação que podemos encontrar neles justifica o uso dos mesmos em pesquisas no campo das Ciências Humanas e Sociais.

Considerando a importância da pesquisa de caráter documental, analisamos alguns documentos oficiais, pois entendemos a sua importância para o desenvolvimento da pesquisa. As fontes documentais analisadas foram as seguintes: Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (BRASIL, 1995), Estatística da Educação Superior (BRASIL, 2016), Constituição Federal (BRASIL, 1946, 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), Lei nº 10.981 (BRASIL, 2005), Medida Provisória nº 213 (BRASIL, 2004), Lei

nº 11.096 (BRASIL, 2005), Plano Nacional da Educação (BRASIL, 2010) e Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE (BRASIL, 2007).

Dessa forma, esta dissertação está estruturada em cinco capítulos. Na introdução apresentamos a contextualização do objeto, o aporte teórico da pesquisa sobre o Programa Universidade para Todos e os aspectos teórico-metodológicos. No segundo capítulo tratamos sobre a História da Educação Superior no Brasil. Todavia, fomos conscientes de que não poderíamos falar da história do ensino superior brasileiro sem discorrermos a respeito da trajetória histórica dos primórdios do ensino superior no mundo. Neste caminhar histórico pela trajetória da educação superior, consideramos o desenrolar político como fator importante para o surgimento da Universidade.

No terceiro capítulo discorreremos sobre o Neoliberalismo, realizamos uma abordagem considerando os seus antecedentes históricos na Europa, passando pela América Latina, chegando a sua introdução no Brasil. Ressaltamos os teóricos mais importantes do Neoliberalismo e as escolas Austríaca e de Chicago, que deram aporte teórico às ideias neoliberais. Neste capítulo, consideramos o Liberalismo Clássico, que legou três momentos importantes em sua trajetória de consolidação: Liberalismo Teológico, Liberalismo Político e Liberalismo Econômico. Por fim, abordamos o Neoliberalismo no contexto da educação superior brasileira.

No quarto capítulo realizamos um apanhado histórico da criação do Programa Universidade para Todos, traçamos um mapeamento das pesquisas do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre o PROUNI e analisamos a distribuição das teses e dissertações por cursos e áreas do conhecimento. Realizamos ainda um levantamento das teses e dissertações que possuem similaridade com o nosso objeto de estudo a fim de realizarmos uma análise sobre cada trabalho de pesquisa desenvolvido tanto no doutorado como no mestrado.

No quinto capítulo desenvolvemos uma análise da trajetória do PROUNI em Alagoas e a expansão do ensino superior privado e sua relação com o Programa Universidade para Todos no estado.

Nas considerações finais, chegamos ao entendimento de que o governo federal materializa as políticas neoliberais através do financiamento do ensino superior privado com dinheiro público. Percebemos a influência das políticas

neoliberais quando o governo federal faz essa transferência de verba pública para as empresas privadas. Inferimos também que o governo federal tem financiado o ensino superior no Brasil sob a forte influência das políticas de caráter neoliberal representadas pelos organismos internacionais – como o Banco Mundial, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outras entidades multilaterais – têm ditado as regras norteadoras da educação brasileira por meio de um modelo capitalista favorecedor da iniciativa privada e do mundo empresarial neoliberal (LEHER, 2010).

2 HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR E CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Este capítulo tem como objetivo principal discorrer sobre a história do ensino superior no Brasil. Entendemos que seria uma negligência indesculpável tratar de história universitária, seja do Brasil ou de qualquer outro país da América Latina, da Europa, da África ou da Ásia, sem sermos impelidos a fazer uma busca histórica dos primórdios da universidade.

É necessário considerarmos que desde a primeira universidade e sua expansão no mundo correu nas entrelinhas um desenrolar político que foi fator importante para a criação e disseminação das universidades no mundo europeu, medieval e moderno, o que não foi diferente também na implantação da universidade no Brasil.

Rashdall (1895 apud OLIVEIRA, T., 2007, p. 117)² diz:

as instituições que a Idade Média nos legou são de um valor maior e mais imperecível do que suas catedrais. E a universidade é nitidamente uma instituição medieval – tanto quanto a monarquia constitucional, ou os parlamentos, ou o julgamento por meio do júri. As universidades e os produtos imediatos das suas atividades, pode ser afirmado, constituem a grande realização da Idade Média na esfera intelectual. Sua organização, suas tradições, seus estudos e seus exercícios influenciaram o progresso e o desenvolvimento intelectual da Europa mais poderosamente, ou (talvez deveria ser dito) mais exclusivamente, do que qualquer escola, com toda a probabilidade, jamais fará novamente.

Ao analisar a gênese da universidade, percebemos que desde seu berço histórico medieval a sua consolidação e afirmação como centro de estudos acadêmico científico a história da universidade percorreu uma trajetória influenciada pelas transformações sociais e políticas que a sociedade europeia sofreu. Nesse sentido, consideramos a necessidade de traçar uma linha temporal da história da universidade a partir da sua gênese destacando a importância e a evolução histórica dessa instituição na Europa para entender o processo, as razões e contribuições da implantação da universidade brasileira.

² Conforme determina a Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) na NBR 10520, que dispõe sobre as características exigíveis para apresentação de citações em documentos, quando em um texto houver coincidência de sobrenomes de autores, acrescentam-se as iniciais de seus prenomes para especificar que autor está sendo citado. Em nosso texto, há semelhança de sobrenome entre alguns autores, tais como João Ferreira de Oliveira e Terezinha Oliveira, por isso a distinção na grafia dos nomes nas citações se faz necessária. Ver: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS (ABNT). **NBR 10520 - informação e documentação – citações em documentos – apresentação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

Portanto, neste capítulo focalizaremos os marcos históricos do ensino superior a partir de fatos que ocorreram. Faremos um delineamento da seguinte forma: o primeiro momento se deu a partir do século XII, no qual aconteceu a criação da universidade em meio à baixa Idade Média e se estendeu até o período renascentista; o segundo momento caracterizou-se pelo surgimento do capitalismo, que a partir do século XV influenciou profundamente o tipo de universidade que se esboçava; o terceiro momento, marcado por grandes descobertas científicas, se estendeu do século XVII até o século XVIII, com o Iluminismo; o quarto momento, em que a universidade, a partir do século XIX, se institucionalizou e desenvolveu uma relação mais próxima com o Estado.

Trindade (2000, p. 122) traça uma linha do tempo da evolução da universidade desde a sua gênese até o século XIX.

1. Do século XII até o Renascimento, caracterizado como “período da invenção da universidade em plena Idade Média em que se constituiu o modelo da universidade tradicional, a partir das experiências precursoras de Paris e Bolonha, da sua implantação em todo território europeu sob a proteção da Igreja.”
2. No século XV, época em que a universidade renascentista recebe o impacto das transformações comerciais do capitalismo e do humanismo literário e artístico, mas sofre também os efeitos da Reforma e da Contrarreforma.
3. A partir do século XVII, período marcado por descobertas científicas em vários campos do saber, e do Iluminismo do XVIII, a universidade começou a institucionalizar a ciência.
4. No século XIX, implantou-se a universidade estatal moderna, e essa etapa, que se desdobra até os nossos dias, introduz uma nova relação entre Estado e universidade.

O mundo estava sofrendo inúmeras transformações, a Polis³ substituindo a vida no campo, as imposições da fé dando lugar ao Liberalismo Clássico da razão. Sobre este Liberalismo, Mises (2010, p. 20) diz: “o Liberalismo Clássico defende a liberdade individual, a propriedade privada, o livre comércio e a paz – os princípios fundamentais dos quais todo o resto do programa liberal pode ser deduzido”. Havia ainda a ênfase ao atemporal dando lugar ao temporal, enfim, a Idade Média, depois de dez séculos de apogeu e de completo domínio religioso e político, dá lugar à Renascença⁴.

³ A Polis (πόλις) - plural: poleis (πόλεις) – diz respeito a um modelo das antigas cidades gregas, que tinha a sua própria constituição, sendo então sinônimo de cidade-Estado. A Polis era considerada um sistema de vida, ou seja, a forma os cidadãos que nela habitam.

⁴ A Renascença é o período da História da Europa aproximadamente entre fins do século XIV e o fim do século XVII que divide a história entre a Idade Média, a chamada "era das trevas", da "idade da luz", conhecida como a Idade Moderna. As principais características deste período foram a retomada dos valores da cultura greco-romana/cultura clássica pelos aspectos humanistas

É neste cenário de céleres transformações que surge a universidade. Buarque (1994, p. 21), escrevendo sobre este fato, chama a universidade de filha da transição.

[...] Na origem da universidade estava a transição da humanidade de uma etapa para outra: da vida rural para a vida urbana, do pensamento dogmático para o racionalismo, do mundo eterno e espiritual para o mundo temporal e terreno, da Idade Média para a Renascença. A universidade é a filha da transição e elemento dos novos tempos e de novo paradigma.

O quadro abaixo relaciona as primeiras universidades criadas a partir da Idade Média.

Quadro 1 - Cronologia e informação das primeiras universidades ocidentais

(continua)

NOME DA UNIVERSIDADE	ANO DE FUNDAÇÃO	INFORMAÇÕES SOBRE A UNIVERSIDADE
Universidade de Bolonha	1088	A primeira universidade ocidental. O termo "universidade", aliás, vem de sua criação. Durante as guerras mundiais, seus gestores buscaram se aproximar de países mais avançados tecnologicamente, o que permitiu que, ainda hoje, a instituição seja considerada uma das líderes do sistema universitário europeu.
Universidade de Paris	Não se sabe a data exata de sua fundação, mas estima-se que suas atividades tenham iniciado em 1096.	Ela foi separada, em 1970, em 13 universidades autônomas, dentre as quais a mais famosa é Sorbonne (fundada em 1257). A Universidade de Paris fechou três vezes em sua história: em 1229, durante uma revolta de seus alunos, em 1940, durante a invasão do exército alemão e em 1968, durante o chamado <i>Maio Francês</i> , conhecido como uma revolução cultural.
Universidade de Oxford	A data considerada é de 1096	A instituição se desenvolveu mais rapidamente depois de 1167, quando o rei Henrique II proibiu que ingleses estudassem na Universidade de Paris. Oxford fechou temporariamente duas vezes: a primeira vez em 1209, como protesto pela execução de dois de seus professores, e em 1355, em um episódio que ficou conhecido como "A Revolta do dia de Santa Escolástica".
Universidade de Montpellier	Ano da fundação 1150	Localizada em Montpellier, na França, acredita-se que já ministrava aulas antes de sua data oficial de fundação. A Universidade foi fechada durante a revolução francesa em 1793, mas as faculdades de ciência e letras foram restabelecidas em 1810, enquanto as aulas de direito voltaram apenas em 1880. No espírito do modernismo, a universidade foi 're-fundada' em 1969, com o foco em ciência e tecnologia.

defendidos por esse movimento e evidenciava o caráter burguês e desprezava a cultura medieval, consolidando uma nova, moderna e capitalista. Nesse período houve vários movimentos filosóficos dentre os quais estavam o Humanismo, Racionalismo (explicação científica para os acontecimentos), Individualismo, Hedonismo (valorização do prazer), Naturalismo Científico (compreender os fenômenos naturais e interferir na natureza), Classicismo (inspiração na cultura greco-romana) e Universalismo (o homem deve desenvolver todas as áreas do saber).

Quadro 1 - Cronologia e informação das primeiras universidades ocidentais

(conclusão)

NOME DA UNIVERSIDADE	ANO DE FUNDAÇÃO	INFORMAÇÕES SOBRE A UNIVERSIDADE
Universidade de Cambridge	Provável data de fundação 1209.	A segunda universidade mais antiga da língua inglesa, foi criada por dois acadêmicos que deixaram Oxford após uma disputa. Desde então, as duas instituições cultivam um clima de rivalidade. Atualmente, Cambridge figura na lista das cinco melhores universidades do mundo e é considerada a melhor universidade europeia. Em uma contagem feita em 2009, descobriu-se que ex-alunos de Cambridge possuíam 85 prêmios Nobel.
Universidade de Salamanca	Foi criada em 1218	Localizada na cidade homônima, na Espanha, e recebeu o título de Universidade pelas mãos do Papa Alexandre IV em 1225. Hoje, Salamanca é considerada especialista em estudos no campo das Ciências Humanas, principalmente no estudo de linguagens.
Universidade de Pádua	Fundação 1222	É a segunda universidade mais antiga da Itália, fundada por um grupo de estudantes e professores que deixaram a Universidade de Bolonha em busca de uma maior liberdade acadêmica. Ficou famosa a partir de 1595, com aulas de anatomia nas quais artistas e cientistas dissecavam corpos humanos em público.
Universidade de Coimbra	Datado de 1290	Ao assinar o <i>Scientia e e thesaurus mirabilis</i> , D. Dinis criava a universidade mais antiga do país e uma das mais antigas do mundo. O documento dá origem ao Estudo Geral, que é reconhecido no mesmo ano pelo Papa Nicolau IV. Um século depois do nascimento da nação, germinava a Universidade de Coimbra. Começa a funcionar em Lisboa e em 1308 é transferida para Coimbra, alternando entre as duas cidades até 1537, quando se instala definitivamente na cidade do Mondego.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de GALASTRI, 2013 e COIMBRA, 2015.

Neste período histórico a universidade surgiu e passou por um processo de consolidação.

2.1 A Idade Média e a Criação da Universidade (século XII)

É comum ouvirmos e lermos sobre a Idade Média como um período marcado pela repressão intelectual e de escuridão acadêmica. Daí o porquê de se atribuir a ela o título de "Idade das Trevas". Este é também um momento da história conhecido como o tempo do obscurantismo intelectual⁵. Atribuir a este período da história termos como "tempos da ignorância" é se fazer ignorante e dar provas claras de completo desconhecimento da relevância e da contribuição acadêmica que este

⁵ Trata-se de um contraste com a tradição Iluminista que envolveu as revoluções burguesas e floresceu ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista em sua luta ferrenha contra os resquícios de feudalismo nos séculos XVII e XVIII na Europa.

período legou à humanidade, pois foi na Idade Média que surgiu a universidade. O Papa figura como o principal personagem na criação dessa instituição, que foi concebida pela Igreja com fins eclesiásticos⁶, mas não ensinava apenas teologia. Na universidade, professores e alunos eram cristãos e considerados clérigos⁷. Pernoud (1996, p. 98), em sua obra *Luz sobre a Idade Média*, descreve a criação da universidade:

estas universidades são criações eclesiásticas, o prolongamento, de algum modo, das escolas episcopais, das quais diferem no facto de dependerem directamente do Papa e não do bispo do lugar. A bula *Parens scientiarum* de Gregório IX pode ser considerada como a carta de fundação da Universidade medieval, com os regulamentos promulgados em 1215 pelo cardeal-núncio Roberto de Courçon, agindo em nome de Inocêncio III, e que reconheciam explicitamente aos professores e aos alunos o direito de associação. Criada pelo Papado, a Universidade tem um carácter inteiramente eclesiástico: os professores pertencem todos à Igreja, e as duas grandes ordens que ilustram, no século XIII, Franciscana e Dominicana, vão lá, em breve, cobrir-se de glória, com um S. Boaventura e um S. Tomás de Aquino; os alunos, mesmo aqueles que não se destinam ao sacerdócio, são chamados clérigos, e alguns deles usam a tonsura — o que não quer dizer que aí apenas se ensine a teologia, uma vez que o seu programa comporta todas as grandes disciplinas científicas e filosóficas, da gramática à dialética, passando pela música e pela geometria.

Este legado medieval é, sem dúvidas, a mais relevante criação do ser humano em todos os tempos. Como diz Lowrie (1961, p. 4 apud WOODS; 2008, p. 46), “a única instituição na Europa que manifestava um interesse consistente pela preservação e cultivo do saber”. Nos dias atuais podemos ser unânimes em afirmar que a universidade é o mais importante centro de pesquisa e desenvolvimento de conhecimento que as gerações posteriores herdaram do medievalismo.

A universidade foi um fenómeno completamente novo na história da Europa. Nada de parecido existira na Grécia ou na Roma antiga. A instituição que conhecemos atualmente, com as suas Faculdades, cursos, exames e títulos, assim como a distinção entre estudos secundários e superiores, chegaram-nos directamente do mundo medieval. A Igreja desenvolveu o sistema universitário[...]. Não podemos estabelecer com precisão as datas em que as universidades surgiram em Paris e Bolonha, Oxford e Cambridge, visto que tiveram os seus primórdios nas escolas das catedrais e nas posteriores reuniões informais de professores e alunos. Mas podemos dizer com segurança que começaram a ganhar forma na segunda metade do século XII (WOODS, 2008, p. 56).

O reconhecimento de uma instituição como a universidade neste período passava por um rigoroso processo de aprovação aos moldes da sua época. Não

⁶ Que se refere ou pertence ao contexto da igreja, que prestam serviços como líderes e/ou sacerdotes.

⁷ O clérigo é o membro de um clero. O clero é formado por pessoas que foram consagradas para determinado serviço religioso.

existia um Ministério da Educação (MEC). As autoridades que conferiam o credenciamento de uma instituição universitária não estavam centradas em um órgão governamental como nos dias atuais. O papa, o rei ou o imperador eram os soberanos com autonomia e soberania para conferir, dar título e reconhecimento a uma universidade. Sobre esta questão, Woods (2008, p. 47) escreve o seguinte: "havia consenso em que uma universidade não podia conceder diplomas sem a aprovação do papa, do rei ou do imperador". Assim como em nossos dias, o ensino, a pesquisa e a extensão são as marcas que identificam uma instituição universitária.

Na Idade Média existiam também critérios rigorosos para que uma universidade recebesse o título de universidade. Esse fator é digno de destaque porque é neste enfoque que encontramos traços semelhantes aos estabelecidos na atualidade para o credenciamento de uma universidade. O reconhecimento de uma universidade no período medieval a levava a se expor aos rigores determinados pelas autoridades reconhecidas como soberanas, e a figura que representava essa autoridade era o Papa.

Considerando este aspecto de credenciamento de uma universidade, destacamos as palavras de Woods (2008, p. 46):

para identificarmos determinada escola medieval como universidade, devemos atentar para algumas características. Uma universidade possuía um núcleo de textos obrigatórios, com base nos quais os professores faziam as suas preleções e, ao mesmo tempo, expunham ideias próprias. Caracterizava-se também por estabelecer currículos acadêmicos bem definidos, que duravam um número de anos mais ou menos fixos, assim como por conferi diplomas. A concessão do título de "mestres" permitia a quem o recebesse o acesso ao grêmio dos docentes, tal como o artesão elevado a mestre era admitido no grêmio da sua profissão. Embora muitas vezes as universidades tivessem de batalhar junto das autoridades externas pela sua autonomia, geralmente conseguiam-na, assim como o seu reconhecimento legal como corporações.

No período conhecido como Baixa Idade Média - legado de conhecimento acadêmico que os seres humanos herdaram das primeiras universidades da Europa Medieval - destacaram-se figuras importantes como Jean de Salisbury (1120-1180), Alberto Magno (1193-1280), o Monge Tomás de Aquino (1225-1274) e Guilherme de Ockham (1285/90-1349). Estes pensadores foram os primeiros a discutir no ambiente da academia a temática do Empirismo, que serviu de ideia inicial para a construção do Empirismo de Francis Bacon, o qual, juntamente a René Descartes,

se destacou como pensador relevante na Idade Moderna ao discutir sobre as Ciências Modernas e o Empirismo⁸.

Oliveira, T. (2007, p. 115) faz um justo reconhecimento para o campo das ciências:

até há pouco tempo, era comum encontrarmos análises que consideravam os teóricos medievais como meros representantes da igreja e do Papado. Equivocadamente, atribuíam o nascimento das ciências modernas e do empirismo a Bacon e Descartes. Esses autores expressaram, indubitavelmente, mudanças profundas nas ciências, mas também é inegável que não podemos considerá-los como pioneiros do empirismo, a não ser ignorando pensadores como Roger Bacon (1215-1294), Guilherme de Ockham (1285/90-1349), Jean de Salisbury (1120-1180), Tomás de Aquino (1225-1274), Alberto Magno (1193-1280).⁴ Estes autores se dedicaram à investigação da natureza das coisas, valorizaram a importância das investigações empíricas e compreenderam que para tratar das ciências naturais, era preciso a experiência e o conhecimento de outras autoridades além das sagradas.

Para Oliveira, T. (2007), as universidades que emergiram na Idade Média foram instituições de fundamental importância para construção e preservação do patrimônio histórico cultural do Ocidente, pois elas estabeleceram uma nova modalidade de se desenvolver o conhecimento. Oliveira, T. (2007) diz que, ao considerarmos as universidades como um patrimônio histórico cultural, estamos nos assegurando de elementos importantes na formação da nossa identidade.

As primeiras universidades tiveram uma significância para a vida do homem medieval, que está representada na suntuosidade com que foram erguidos seus prédios porque estas constituíam autênticos espaços de desenvolvimento de sua intelectualidade, um centro de desenvolvimento do pensamento do homem europeu. Tocqueville (2000, p. 122) em *Viagens à Inglaterra e Irlanda*, descreve:

Oxford é agora uma das cidades mais curiosas que existem na Europa. Dá muito bem a ideia das cidades feudais da Idade Média. Vê-se lá reunidas numa superfície bastante estreita dezenove faculdades, a maioria das quais conserva com exatidão a arquitetura gótica. (...) ela me parece bastante superior, se não a arquitetura antiga, pelo menos à nossa arquitetura moderna. Tem, além do mais, o mérito de ser original. O primeiro sentimento que se experimenta quando se visita Oxford é um respeito involuntário pela antiguidade que fundou estabelecimentos tão imensos a fim de facilitar o desenvolvimento do espírito humano, e pelas instituições políticas do povo que as preservou intactas através dos tempos. (...) As faculdades, cujo conjunto constitui a Universidade de Oxford, foram fundadas originalmente para que nelas se pudesse adquirir toda a instrução que comportavam os séculos que as viram nascer. Foram ricamente dotadas no objetivo de nelas fixar os melhores mestres e oferecer gratuitamente a melhor educação possível. Tal é, evidentemente, o objetivo

⁸ Doutrina segundo a qual todo o conhecimento deriva da experiência.

e o espírito dessas funções, várias das quais remontam aos séculos XIII e XIV. Segundo o costume dessa época, que tinha poucos conhecimentos e prezava apenas a riqueza territorial, uma imensa extensão de terreno foi concedida às faculdades como propriedade inalienável.

A universidade que surgiu neste período exerceu um papel fundamental na formação do novo homem, que deixou para trás um tempo de economia feudalista⁹, para viver em função do capitalismo¹⁰ crescente. Neste momento da história foi criada a universidade para elevar o espírito humano a um estado de reflexão sobre o mundo à sua volta. Esta instituição tem a nobre missão de proporcionar ao homem que estava despontando para um novo tempo de modernidade um espírito crítico e reflexivo. Para tanto, este novo espaço do saber reflexivo surge de forma organizada, estruturada com uma grade curricular e com metodologia de ensino previamente estabelecida.

2.1.1 A estrutura curricular e o método de ensino na Idade Média

A universidade possuía em sua organização uma grade curricular que estava estruturada em disciplinas de conhecimento gerais para oferecer aos alunos uma base acadêmica que transcendia o ensino religioso e teológico. Esta grade curricular estava dividida em dois importantes momentos transmitidos pelo latim: no primeiro momento aplicava uma série de disciplinas básicas de nível médio, chamada de *Trivium*, que se constituía como condição necessária para o ingresso no ensino superior; no segundo momento os estudantes, uma vez aprovados no *Trivium*, encontravam-se em condições para ingressar no ensino superior e passavam a estudar disciplinas que lhes davam uma visão geral do conhecimento. O conjunto dessas disciplinas era chamado de *Quadrivium*. A metodologia usada pelos

⁹ Feudalismo foi um modo de organização social, político, cultural e econômico baseado no regime de servidão, em que o trabalhador rural era o servo do grande proprietário de terras, o senhor feudal. O feudalismo predominou na Europa durante toda a Idade Média (entre os séculos V e XV). Era um sistema econômico que imperava dentro do feudo, uma grande propriedade rural que abrigava um castelo fortificado, as aldeias, as terras para cultivo, os pastos e os bosques. Era uma unidade de produção do sistema feudal, na qual o servo plantava, colhia, fazia vinho, azeite, farinha, pão, criava gado, fabricava queijo, manteiga, caçava, pescava e trabalhava numa rudimentar indústria artesanal.

¹⁰ O capitalismo é um sistema no qual praticamente todos os bens e serviços são produzidos para e obtidos através do mercado. Outras sociedades tiveram mercados, mas somente no capitalismo a dependência do mercado é uma condição fundamental da vida. Este modo único de organizar a vida material tem uma história relativamente curta, tendo emergido no campo inglês no século XVI ou XVII, embora a palavra "capitalismo" só tenha aparecido muito mais tarde; o sistema só se tornou industrialmente maduro no século XIX.

medievais consistia na "*lectio e disputatio*"¹¹ (Leitura de um debate). Regine Pernoud (1996, p. 98) faz uma abordagem esclarecedora sobre a grade curricular, o idioma e a metodologia trabalhada na universidade:

o ensino é dado em latim; divide-se em dois ramos, o trivium, ou as artes liberais: Gramática, Retórica e Lógica, o quadrivium, quer dizer, as ciências: Aritmética, Geometria, Música e Astronomia; o que, com as três Faculdades de Teologia, Direito e Medicina, forma o ciclo dos conhecimentos. Como método, utiliza-se sobretudo o comentário: lê-se em texto, as Etymologies [Etimologias], de Isidoro de Sevilha, as Sentences [Sentenças], de Pedro, o Lombardo, um tratado de Aristóteles ou de Séneca, segundo a matéria ensinada, e glosava-se o texto, fazendo todas as observações às quais ele pode dar lugar, do ponto de vista gramatical, jurídico, filosófico, linguístico, etc. Este ensino é, portanto, sobretudo oral; dá um lugar importante à discussão; as Questiones disputate, questões na ordem do dia, tratadas e discutidas pelos candidatos na licenciatura, perante um auditório de professores e alunos, deram, por vezes, lugar a tratados completos de filosofia ou de teologia, e algumas glosas célebres, passadas a escrito, eram elas próprias comentadas e explicadas, na continuação dos cursos.

No início do ano o professor apresentava a disciplina e discorria sobre como seria o desenvolvimento dos conteúdos em suas aulas, apresentava os conteúdos seguidos da metodologia de ensino, o que nos esclarece o procedimento metodológico aplicado na universidade medieval. Para melhor compreensão dessa prática de aula, faremos alusão, no texto abaixo, à experiência do professor Odofredo, da universidade de Bolonha.

Quanto ao método de ensino, seguirei o método observado pelos doutores antigos e modernos e particularmente pelo meu mestre; o método é o seguinte: primeiro dar-vos-ei um resumo de cada título antes de proceder à análise literal do texto; segundo, farei uma exposição a mais clara e explícita possível do teor de cada fragmento incluído no título; terceiro, farei a Leitura do texto com o objetivo de emendá-lo; quarto, repetirei brevemente o conteúdo da norma; quinto, esclarecerei as aparentes contradições, acrescentando alguns princípios gerais de direito (extraídos do próprio texto), chamando comumente Brocardica, como também as distinções e os problemas sutis e úteis decorrentes da norma, com suas respectivas soluções, dentro dos limites da capacidade que a Divina Providência me concederá. Se alguma Lei merecer, em virtude de sua importância e dificuldade, uma repetição, essa repetição será feita à noite. As disputationes realizar-se-ão pelo menos duas vezes por ano: uma vez antes do Natal e uma vez antes da Páscoa, se estais de acordo (MANACORDA, 1989, p. 153-154).

¹¹ Esta metodologia trouxe consigo a sucessão de frequentes provas de exame e revestiu dois processos fundamentais, que mutuamente se implicavam — a *lectio* e a *disputatio* — cuja estrutura está em íntima correlação com a Escolástica, entendendo por esta expressão a cultura filosófico--teológica e o sentido da atividade docente das escolas medievais da época de Carlos Magno ao Renascimento.

Entendemos que a universidade medieval possuía uma linha de ensino que partia do mais simples para o mais complexo e procurava oferecer ao aluno uma visão geral do conhecimento por meio do *Trivium* e do *Quadrivium*. Para tanto, aplicava as disciplinas através de uma metodologia de ensino denominada de *Lectio* e *Disputatio* (Leitura de um debate). Percebemos que, apesar dos tempos serem outros, hoje há uma similaridade de procedimentos metodológicos e curriculares aplicados nas IES atuais.

Uma vez que compreendemos as bases curriculares e metodológicas da universidade medieval, veremos na sequência o processo de recepção dos alunos.

2.1.2 O acesso à universidade na Idade Média

Inicialmente, apenas os nobres e filhos da burguesia tinham acesso ao ensino superior; posteriormente, alguns filhos de agricultores passaram a ter acesso à universidade. Havia uma taxa de pagamento para estudar na universidade, mas os alunos pobres eram isentados de pagar esta taxa. Contudo, eram submetidos a uma cerimônia de iniciação, uma espécie de trote humilhante, entendido como uma forma de expurgar toda uma aparência negativa e um odor desagradável para dar lugar a um intelectual que chegava do campo (LE GOFF, 1989).

Percebemos que o acesso ao ensino superior, já na Idade Média, era excludente porque a maioria que tinha acesso a esta instituição fazia parte da nobreza e da burguesia. O número de filhos de camponeses que conseguiam ingressar na universidade era insignificante diante da maioria absoluta de filhos de nobres e burgueses que acessavam o ensino superior neste período da história.

Notamos que a universidade, desde sua criação, sempre se apresentou como espaço para os abastados e privilegiados economicamente. O texto em destaque a seguir procura afirmar o que temos entendido sobre o acesso ao ensino superior na Idade Média.

A iniciação do novato é descrita como uma cerimônia de "purgação" destinada a despojar o adolescente de sua rusticidade, até de sua bestialidade primitiva. Zomba-se de seu odor e besta-fera, de seu olhar perdido, de suas longas orelhas, de seus dentes parecendo presas. Extraem-lhe supostos chifres e excrescências. Banham-no e limpam-lhe os dentes. Em uma paródia de confissão, ele reconhece enfim enormes vícios. Assim, o futuro intelectual deixa sua condição original, que se assemelha intensamente à representação do camponês, a do rústico da literatura satírica da época. Da bestialidade à humanidade, da rusticidade à urbanidade: estas são as cerimônias onde o velho fundo primitivo aparece degradado e quase esvaziado de seu conteúdo original. Lembrando que o

intelectual foi arrancado do clima rural, da civilização agrária, do mundo selvagem da terra (LE GOFF, 1989, p. 69-70).

Notamos que a universidade, desde os seus primórdios, já dava sinal de um espaço para prática de exclusão social quando vemos que os nobres e burgueses eram privilegiados em relação aos pobres e camponeses.

Adiante, passaremos a focar aspectos da universidade renascentista com a finalidade de entender como esta instituição recém-criada desenvolveu-se na Idade Moderna.

2.2 Desenvolvimento da Universidade na Idade Moderna por Influência do Capitalismo Comercial e do Humanismo no Século XV

Com o declínio do Feudalismo¹², a ascensão do novo modo de produção conhecido como Capitalismo e o surgimento da burguesia foi marcada a passagem do Período Medieval para Idade Moderna ou Renascimento. Este novo momento histórico, cronologicamente datado a partir do século XV, teve início quando um grupo de intelectuais da sociedade europeia passou a ressuscitar as ideias, as artes e os textos do período Greco Romano rejeitados pela Igreja Católica, que representava a vertente de cristianismo mais influente naquele momento. Como afirma Cotrim (2006, p. 127),

o Renascimento inspirou-se no humanismo, movimento de intelectuais que defendiam o estudo da cultura greco-romana e o retorno a seus ideais de exaltação do homem e de seus atributos como: a razão e a liberdade. Com este reflorescer de ideias esquecidas por séculos, vai surgir a Idade Moderna.

Contudo, não podemos entender a Idade Moderna ou Renascimento como um momento apenas de rebuscadas ideias e fatos do passado. Este período se caracterizou também como um momento em que se vislumbrava uma nova concepção de homem, marcado por uma nova forma de ver o mundo e que não

¹² Declínio do feudalismo: o comércio, os artesãos e o sistema de corporações. Além do ressurgimento do comércio e da gradativa consciência dos camponeses rumo à liberdade de trabalho, também a progressiva utilização do dinheiro e a formação das cidades e da burguesia foram fatores decisivos do rompimento da velha ordem feudal. O progresso das cidades e o uso do dinheiro possibilitaram aos artesãos abandonar o trabalho servil na agricultura e viver do seu ofício, não mais para satisfazer suas necessidades apenas, mas, também, para atender à constante demanda (DIMATOS et al., 1999, p. 23).

estava mais preso aos ideais medievais. Muito mais do que ressuscitar ideias passadas, no Renascimento se começou a idealizar uma nova maneira de fazer educação que tem muita semelhança com a forma do fazer educativo dos dias atuais.

Luzuriaga (2001, p. 93), em sua obra, faz a seguinte referência a este período:

com a Renascença começa, no século XV, nova fase na história da cultura, a da educação humanista que por sua vez, constitui o princípio da educação moderna. A renascença não é apenas renascença, renascimento, ressurreição do passado, da antiguidade clássica, mas é antes de tudo a criação, geração de algo novo. [...] nova forma de vida, nova concepção de homem e de mundo, baseada na personalidade humana livre e na realidade presente.

O homem que se esboça no Renascimento é o ser livre, capaz de produzir o seu próprio conhecimento sem o gerenciamento dos poderes religiosos medievais. Nasce um homem cuja fonte do conhecimento está na sua própria razão e não nas forças divinas, sobrenaturais. Com a Renascença, o ser humano deixou a condição de expectador da vida para ser o protagonista¹³ da sua própria história.

2.2.1 Uma formação para o nobre

Com o surgimento da Idade Moderna, a concepção mercadológica baseada no modo de produção feudal estava perdendo espaço para o capitalismo emergente, marcado pelo surgimento da burguesia, a qual se caracterizou pela atividade comercial. Este novo modo de produzir passou a exigir da sociedade um novo tipo de homem cuja formação não fosse limitada à teologia medieval, associada à Igreja e ao Papa. O novo tempo precisava de homens cultos¹⁴ que tivessem capacidade de gerir o comércio em amplo estado de expansão. O Renascimento procurou, por

¹³ O personagem mais importante de; ator ou atriz que representa o papel mais importante numa peça, novela, filme; o personagem principal de um livro. O personagem mais importante do teatro grego clássico, em torno do qual se constrói a trama (DICIO, 2016).

¹⁴ "Importa sublinhar que a Sociedade do Conhecimento não é uma inevitabilidade histórica, ou seja, que a sua ocorrência não é guiada por qualquer determinismo histórico. Assim sendo, depende em boa parte de nós, como cidadãos e como professores, o sentido das transformações que formos capazes de, responsabilmente, imprimir tendo em vista a formação de cidadãos cientificamente cultos. As transformações que se sugerem no âmbito da Educação em Ciência (e muito particularmente na Ciência escolar) inscrevem-se precisamente nessa lógica de argumentos. ...Educação em Ciência deve dar prioridade à formação de cidadãos cientificamente cultos, capazes de participar ativamente e responsabilmente em sociedades que se querem abertas e democráticas" (CACHAPUZ; PRAIA; JORGE, 2004, p. 364-366).

meio de uma concepção humanística, atender a este anseio que passou a ocupar a vida do homem da Idade Moderna.

A educação renascentista tinha o propósito de formar o novo nobre, que não vinha apenas da sua origem sanguínea, mas da formação que esse novo tempo se propunha a oferecer ao homem renascentista. A proposta renascentista era de formar um homem com habilidades principalmente para os negócios comerciais que estavam em expansão naquele momento. Ponce (1996, p. 110), ao se reportar a esse contexto, fala sobre a nova proposta de formação do homem.

[...] Como reação ao feudalismo teocrático, o burguês do renascimento volveu os olhos para a antiguidade, para retomar a cadeia da unidade histórica no mesmo elo que o feudalismo, aparentemente rompera. Helenizar era então um modo de se opor à igreja e à nobreza. [...] Petrarca já havia dito que o "verdadeiro nobre não nasce, mas se faz". [...] O Renascimento propôs formar homens de negócios que também fossem cidadãos cultos e diplomatas hábeis. Uma língua universal, um tipo uniforme de cultura, a paz perpétua [...] por detrás dessas aspirações as necessidades de comércio.

Observamos que no contexto da Idade Moderna a formação do indivíduo não estava voltada para a classe popular, entendemos que era uma educação voltada à formação da nobreza e da burguesia. O ideal de educação pautado nas concepções teológicas medieval cedeu lugar a uma educação individualista e humanística, todavia, o ensino renascentista preservou e herdou da educação medieval o propósito da formação focada na elite de seu tempo.

Sobre este fato, Ponce (1996, p. 109), diz:

apesar do intenso movimento educativo que caracterizou o Renascimento, em nenhuma oportunidade surgiu a mais tímida tentativa de educação "popular". Neste período estava longe a ideia de se popularizar a educação; por que os interesses modernistas estavam focados na qualificação da geração burguesa.

Compreendemos que este período foi marcado pelo reflorescimento de concepções humanísticas esquecidas e sufocadas no período Greco-romano pela força hegemônica eclesiástica e pelo poder de influência do Papado. Período este marcado também pelo rompimento do modo de produção feudal e pela ascensão do camponês à condição de burguês por meio da florescente atividade comercial. Nesse período não havia interesse em tornar popular o acesso ao ensino superior.

2.2.2 Os interesses da reforma em popularizar o ensino

Em 31 de outubro de 1517 eclodiu na Europa um movimento que rompeu com o modelo hegemônico de cristianismo. A este movimento dá-se o nome de Reforma Protestante. A Reforma, com o intuito de ganhar força em todas as camadas da sociedade, procurou desenvolver uma relação mais próxima com os grupos societários por meio do ensino. Os reformadores, ao contrário do cristianismo medieval, não só buscaram manter uma relação proximal com os nobres e também com a burguesia em todos os seus níveis, mas também se interessou em oferecer uma formação às camadas mais populares da sua época.

Apesar de a reforma ser um movimento que contrariava as bases da Igreja Católica, não se desviou dos propósitos medievais eclesiásticos. No entanto, estava movida por uma intenção de formar o indivíduo com uma base teológica a partir da nova perspectiva de cristianismo. Logo, os reformadores tinham a intenção de capacitar os indivíduos das mais diversas classes sociais existentes nessa época para a Leitura da Bíblia. O movimento reformador ao mesmo tempo que se apresentava como uma das mudanças que o capitalismo comercial havia proposto, preservava o mesmo perfil de religiosidade da Idade Média.

Ponce (1996, p. 118), dá ênfase a essa intenção da Reforma:

apesar de ter sido menos audaz do que o renascimento pagão, a Reforma protestante teve consequências mais vastas. Do modo pelo qual se expressou as suas reivindicações, o Renascimento não poderia desbordar o estreito círculo da burguesia Patrícia que lhe deu impulso [...] A reforma, ao contrário, expondo as suas reivindicações em idioma nacional e conservando-se fiel ao cristianismo, não só conseguiu arrastar a média e a pequena burguesia, como também as massas camponesas e pré-proletárias, que, aliás, pretenderam ir mais longe ainda.

A reforma protestante teve a sua relevância na história da educação por ser a precursora da educação voltada para alcançar a todos os indivíduos. Segundo Luzuriaga (1963), o movimento protestante no fim do século XVI estabeleceu na Alemanha três formas de educação para a sociedade: a educação primária, elementar para o povo mais simples; a educação secundária, para a burguesia, que tinha a dupla finalidade de preparar os eclesiásticos e os profissionais liberais; e as universidades. Todos estes seguimentos educacionais possuíam um caráter religioso.

2.2.3 A educação da Contrarreforma voltada para os interesses da fé

O movimento da Contrarreforma foi uma iniciativa da Igreja Católica para a retomada do espaço que perdia para o protestantismo. Nesse momento, a Igreja sofreu uma perda considerável de fiéis, os quais estavam desenvolvendo uma nova concepção teológica divergente dos dogmas da Igreja. Com a finalidade de deter o avanço do protestantismo, a Igreja reage com o movimento da Contrarreforma, marcado por uma reforma interna no pensamento da Igreja. Este movimento foi caracterizado no campo educacional pela implantação de seminários cuja finalidade intrínseca era teológica; pela criação de colégios atrelados à Companhia de Jesus - os Jesuítas, que de forma excludente foram instituídos especificamente para educar as elites.

O Concílio de Trento, realizado de 1545 a 1563, associado à Companhia de Jesus, era o órgão que tinha a incumbência de tocar os ritmos da Contrarreforma. Luzuriaga (2001, p. 117) ratifica estas palavras:

a difusão da reforma protestante na Europa obrigou a Igreja católica a sair-lhe ao caminho e, para isso, empregar duas sortes de meios: um, a luta direta; outro a reforma interna da própria igreja. [...] o movimento chamado Contrarreforma que durou uns dois séculos. Pretendia-se volver, de certo modo, à situação anterior ao humanismo no sentido de suprimir o espírito crítico da razão e submeter a religião aos ditames das autoridades eclesiásticas. Esse movimento tem por sua vez dois órgãos de ação: a Companhia de Jesus e o Concilio de Trento.

Como podemos notar, a preocupação da Contrarreforma ao instituir os seminários e os colégios da Companhia de Jesus não tinha a intenção de secularizar o ensino, uma vez que o objetivo que impulsionou este movimento foi a preservação dos dogmas da Igreja e o estancamento da evasão dos fiéis para o protestantismo. A educação passou a receber uma atenção mais secularizada e voltada para o homem, independentemente da sua confissão religiosa, a partir do século XVII, quando a Ciência e as ideias iluministas começam a ser difundidas na Europa.

Considerando a importância dessa transformação no modo de pensar a educação, faremos a seguir uma discussão sobre estas mudanças ocorridas na educação da Europa e, em especial, no ensino superior.

2.3 Desenvolvimento Científico e Institucionalização da Ciência pela Universidade, Século XVII

No momento anterior, percebemos que o ensino superior estava voltado a atender os interesses da Igreja e, em especial, à preservação dos seus dogmas. A partir do século XVII a educação do mundo europeu tomou novos rumos. Enquanto a antiguidade se preocupava em fazer uma educação submetida à Teologia, na Idade Moderna, o conhecimento passou a ser objeto exclusivo da razão, o ensino deixou a subserviência religiosa e entrou para os domínios da razão.

A educação começou a deixar de ser serva da Teologia para ser mais humanística quando estabeleceu a razão como ponto de partida para desenvolver um verdadeiro conhecimento. Uma interpretação fiel das Leis que regem a natureza só poderia partir da razão e somente o conhecimento racional deveria respaldar uma interpretação da Lei da natureza. Para Aranha (2009), o modelo de racionalidade que então se esboça na Idade Moderna é de uma razão liberta das crenças e das superstições, fundada, agora, na própria subjetividade e não mais no autoritarismo político religioso.

Neste novo momento do ensino, as explicações teológicas e míticas sobre os eventos apresentados pela natureza foram relegadas a segundo plano em função da exaltação do homem como ser apropriado de um elemento que seria a fonte basilar e de respaldo para o conhecimento, estamos falando da razão humana. Pereira (2014, p. 14) fala sobre a realidade desse novo momento na vida do ensino superior da Idade Moderna renascentista:

no lugar de uma verdade revelada pela fé, instituía a razão humana como princípio de construção do conhecimento e como promessa de melhor condução da vida humana. A razão era a segurança de conhecer e interpretar as Leis da natureza, e posteriormente, as da sociedade, que dispensavam o uso de recursos externos ao indivíduo como a mediação com os deuses, as explicações mitológicas, as revelações divinas, a magia etc.

Como um período humanístico que era, a Idade Moderna não poderia ser diferente em relação ao fato de exaltar a razão como a base para definir todo conhecimento como verdadeiro. Por esta razão, Guedes (2016, p. 127) diz: "no sentido clássico, a razão era entendida como a força ativa na psique humana que habilita o indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, entre o conhecimento falso e

verdadeiro [...]". A modernidade estabeleceu a razão como parâmetro para definir a veracidade e a legitimidade do conhecimento.

O interesse do homem renascentista por exercer um domínio sobre as forças da natureza provocou o homem moderno a se distanciar do misticismo religioso medieval para, por meio de estudos fundamentados na razão, desenvolver experimentos racionais com a finalidade de conhecer os fenômenos naturais, as suas causas, buscando assim obter um controle da natureza. Cotrim (2006, p. 127) fala a respeito desta tendência de estudos naturais que: “o pensador moderno buscava não somente conhecer a realidade, mas exercer controle sobre ela. Ele queria descobrir as Leis que regem os fenômenos naturais. O objetivo era prever para prover”. Através dessa nova forma de encarar a natureza, o homem moderno passa a ver a natureza de modo diferente em relação ao homem medieval que possuía uma visão da natureza como um fenômeno inacessível e incompreensível ao ser humano. O Renascimento, ao exaltar a razão humana, queria de fato exercer domínio completo sobre o mundo.

Pereira (2014, p. 14), em sua obra, diz que:

a natureza começou a ser pensada como composta por Leis acessíveis ao homem por meio de métodos racionais. O ponto central de interesse da ciência moderna era a sua crença e ambição na capacidade humana de compreender, construir e manipular o mundo. O domínio científico da natureza prometia ausência de escassez, de necessidades e domínio das calamidades naturais

A universidade chegou ao século XIX, para ser implantada e desenvolver uma nova relação com o Estado, trazendo consigo e imprimindo na mentalidade do homem europeu os ideais humanísticos.

2.4 A Implantação e a Estatização da Universidade Moderna até os Dias Atuais

A universidade na Idade Moderna passou por consideráveis transformações marcadas pelo desapego ao método tradicional teológico e sua imersão aos estudos científicos baseados na perspectiva humanística da razão. Como consequência dessa transformação do modo de entender a realidade, a educação superior deixou de ser propriedade exclusiva da Igreja e passou desenvolver uma relação com o Estado. A universidade moderna foi formada pela atuação do Estado Nacional da

Europa e influenciada pelo Iluminismo¹⁵ e pelo o Enciclopedismo¹⁶. No plano político e social, encontrou sua base na Revolução Francesa de 1789 (TRINDADE, 2000).

Esta relação tomou corpo e forma crescente a partir do século XIX. Aprofundou-se de maneira que os Estados Nacionais se apoderaram dos estudos científicos dando novos rumos à universidade que, em sua gênese, tinha como propósito primário os estudos das ideias e a pesquisa voltada para o conhecer. Sobre essa nova relação com o Estado Trindade (2000, p. 122) afirma que:

além da entrada das ciências nas universidades, o fato relevante é que se iniciou uma nova relação entre a universidade e o Estado, rompendo com seu formato tradicional e, tornando-se tributária dessa complexa interdependência. As novas tendências da universidade caminham em direção do modelo estatal (França e Alemanha) e do fim do monopólio corporativo dos professores.

Neste período da universidade moderna, notamos que a ciência foi introduzida no ensino universitário e, com esta, abriu-se uma nova relação entre universidade e Estado. Assim, a universidade rompeu com o seu modelo tradicional e caminhou rumo a um modelo estatal moderno. Trindade (2000, p. 122), cita países como França, Itália e Prússia, que foram impulsionados pela estatização universitária na Idade Moderna:

na França, a Universidade Imperial organizou-se subordinada ao Estado. Em pleno expansionismo militar, Napoleão fundou, em 1806, a

¹⁵ **Iluminismo** foi um **movimento intelectual** que ocorreu na Europa do século XVIII, e teve sua maior expressão na França, palco de grande desenvolvimento da Ciência e da Filosofia. Além disso, teve grande influência a nível cultural, social, político e espiritual em diversos países. Também conhecido como "**Época das Luzes**", este foi um período de transformações na estrutura social na Europa, onde os temas giravam em torno da **Liberdade**, do **Progresso** e do **Homem**. O Iluminismo foi um processo desenvolvido para corrigir as desigualdades da sociedade e garantir os direitos naturais do indivíduo, como a liberdade e a livre posse de bens. Os iluministas acreditavam que Deus estava presente na natureza e também no próprio indivíduo, sendo possível descobri-lo por meio da razão.

¹⁶ Os filósofos e economistas difundiram suas ideias mediante livros e folhetos, oralmente (nos "salões", reuniões de caráter social, equivalentes às nossas conferências) e, sobretudo, na Enciclopédia. A Enciclopédia foi "um quadro geral dos esforços do intelecto humano em todos os gêneros e em todos os séculos". Era um resumo ordenado e sistemático, disposto em ordem alfabética, da forma de um dicionário. A Enciclopédia foi redigida por uma sociedade de filósofos e economistas – os chamados "enciclopedistas" – dirigidos pelo filósofo Diderot (1713-1784) e pelo matemático D'Alembert (1717-1783). Diderot e seus colegas desenvolveram, nas páginas da Enciclopédia, um fervoroso programa de reivindicações sociais e políticas. Reinava na França, nesse tempo, um espírito policial de intolerância. Assim, pois, os enciclopedistas evitaram a propaganda aberta dos seus ideais libertários. Introduziram sorrateiramente as suas idéias nos verbetes de menor significação política, a fim de iludir a vigilância da censura. Colaboraram na Enciclopédia, entre outros: Voltaire, Rousseau, Quesnay, Necker, Torgot, Buffon, Condorcet, Helvetius, Holbach. A Enciclopédia foi editada com dificuldades. Duas vezes foi proibida. Ficou suspensa durante oito anos. Começada em 1751, foi concluída em 1772. Constava de 35 volumes.

Universidade, subdividida em Academias, articulando as faculdades profissionais isoladas que se tornaram um poderoso instrumento para criar quadros técnicos e políticos. O novo modelo se instituiu pelo poder do governo de nomear professores, assistido por um conselho central, fazendo da educação um monopólio. A Universidade napoleônica e suas Academias se estendem aos Países Baixos e à Itália.

Na Prússia, a concepção de uma instituição acadêmica, estabelecida sob o princípio da pesquisa e do trabalho científico desinteressado, amadureceu, também, sob o impulso do Estado. Com a nomeação de Humboldt para o Departamento dos Cultos e da Instrução Pública, em 1809, a Universidade de Berlim nasceu da fusão da Academia de Berlim, garantindo a liberdade dos cientistas sob a proteção do Estado do qual dependia seu orçamento. O problema da educação nacional foi tão central na Prússia, quanto na França napoleônica. A diferença era que, na ausência de um Estado-nação até a segunda metade do século XIX, o Estado prussiano era o portador potencial da civilização nacional e a Universidade de Berlim, concebida como o laboratório da nova nação, tornava-se o eixo da luta pela hegemonia intelectual e moral na Alemanha.

Em Berlim, no ano 1809, foi criada a primeira universidade moderna. Seu fundador foi Wilhelm Von Humboldt. Essa universidade passou a se pautar nos parâmetros das regras da racionalidade e da ciência como princípio basilar para a formação universitária. Com a criação da Universidade de Berlim, foi introduzido no ensino superior o princípio da pesquisa e a associação entre ensino e pesquisa. O propósito de Berlim era promover a interrelação entre as variadas áreas do conhecimento e uma interação entre os pesquisadores.

A importância da Universidade de Berlim está no fato de que foi a partir dessa instituição que se passou a imprimir na educação superior um modelo de universidade que inspirou o ensino superior na Europa e nos demais continentes da terra. Na Universidade de Berlim, a estrutura curricular aí exerceu uma influência significativa em outras universidades pelo mundo, tanto no século XIX como também no século XX.

Sguissardi (2005, p. 16) argumenta que

a universidade moderna, que tem início marcado pela fundação da Universidade de Berlim, em 1809, por W. Humboldt, incorpora os valores do desenvolvimento da racionalidade e da ciência, como finalidade da formação universitária. A universidade moderna vai se basear nos parâmetros da modernidade de construir e entender conhecimento e vai se estruturar sobre as regras do pensamento racional. Essa forma de ver e fazer ciência vai influenciar profundamente a organização curricular e estrutural das universidades nos séculos XIX e XX. Foi a Universidade de Berlim que introduziu o princípio da pesquisa na universidade e também o princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa que, pelo menos no discurso, tem sido adotado pela maioria das universidades nos países ocidentais. A Universidade de Berlim previa a articulação entre os conhecimentos e a interação entre os pesquisadores de todas as ciências básicas. Na estruturação da Universidade de Berlim, estas ciências foram alocadas em uma única faculdade, a de Filosofia. No entanto, o que vai

ocorrer com as ciências é justamente o contrário, tanto no campo científico como no da organização das universidades. Incrementadas pelo método científico, as ciências vão se multiplicando e se fragmentando em áreas cada vez mais restritas.

Com o passar do tempo, a universidade foi perdendo o seu caráter inicial de formar o cidadão produtor de ideias. A consolidação e expansão do capitalismo no mundo foi o elemento que impulsionou esse desvio de rota do ensino superior, pois com a expansão do mundo capitalista movido pela revolução industrial do século XVIII, que se consolidou entre os séculos XIX e XX, o perfil do ensino superior deixou de ser aquele cuja proposta inicial era a produção de ideias para ser um ensino mais pragmático e utilitário.

Nesse sentido, a universidade, a partir dessas mudanças, começou a se preocupar em preparar o indivíduo para o mercado e não para vida. Para Lyotard (1983, p. 18), “o ensino tem tomado como princípio preparar para o mercado e não transmitir a cultura, desenvolver o todo do indivíduo ou preparar o cidadão”. Inicialmente, a universidade era formadora de ideias, nesse novo momento, como afirma o autor (1983), a universidade tornou-se formadora de competência que não prepara o homem para a vida, para a cidadania, mas para o mercado do capital.

O olhar que temos é que no decurso da universidade nos séculos da modernidade aconteceu uma fissura na sua proposta inicial como produtora do ser pensante. Este desvio de proposta aconteceu a partir do momento que a universidade passou a ceder às determinações do capitalismo movido pela força industrial. Habermas (1990) pondera que a razão da falha do projeto da Modernidade se deu justamente ao permitir que a totalidade da vida se fragmentasse em especialidades independentes sob a competência específica dos especialistas. A fragmentação do conhecimento induz o indivíduo à perda da totalidade, impede que o homem entenda a complexidade que há entre as distintas áreas do conhecimento, bloqueia a possibilidade de compreensão da relação e da amplitude que há entre as ciências.

2.5 A Universidade e sua Relação com o Brasil

Fazendo uma retrospectiva para entender a trajetória do ensino superior brasileiro, desde sua implantação e consolidação, percebemos que o Brasil se encontra marcado por um atraso educacional de 300 anos se comparado a países

da América Latina colonizados pelos espanhóis (LIVEN, 2002). Os territórios ocupados no processo de colonização pelo povo espanhol já caminhavam com uma educação superior há mais de três séculos. A exemplo disso, temos o Caribe, que recebeu a sua primeira universidade, importada pelos espanhóis, já no século XVI. Esta instituição foi inspirada no modelo de Salamanca. Segundo Trindade (2000), foi a primeira das Américas, conhecida como a Universidade de Santo Domingo, em 1538. Ainda neste mesmo século, a universidade foi introduzida pelos espanhóis em países da América Latina como México, Guatemala, Peru, Cuba, Chile e Argentina.

Esta realidade histórica que mencionamos acima demonstra que o Brasil tem, em relação à implantação e consolidação da educação superior em seu território, um déficit em relação a outros países das Américas. Portugal, como um país colonizador, não esboçava nenhum interesse em implantar qualquer tipo de ensino e menos ainda uma instituição de ensino superior em território brasileiro porque, no entender da Coroa, isso poderia despertar os jovens para uma vida de autonomia em relação ao reino colonizador.

Em função da ligação colonizador e colonizado entre Brasil e a nação portuguesa, os filhos dos colonos que representavam a elite brasileira eram encaminhados à Universidade de Coimbra motivados pelo propósito de ingressar no ensino superior e impulsionados pelo movimento da Contrarreforma, que tinha como intenção primordial preservar os princípios da fé católica na mente dos brasileiros que estavam ingressando em uma vida acadêmica de nível superior. Vale ressaltarmos que estes estudantes enviados para Portugal eram brasileiros, porém filhos dos colonizadores portugueses.

Como afirma Oliven (2002, p. 30) no texto que segue:

essa universidade, confiada à Ordem Jesuítica, no século XVI, tinha, como uma de suas missões, a unificação cultural do Império português. Dentro do espírito da Contrarreforma, ela acolhia os filhos da elite portuguesa que nasciam nas colônias, visando a desenvolver uma homogeneidade cultural avessa a questionamentos à fé Católica e à superioridade da Metrópole em relação à Colônia. A Universidade de Coimbra, no dizer de Anísio Teixeira, foi a "primeira universidade": nela se graduaram, em Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina e Filosofia, durante os primeiros três séculos de nossa história, mais de 2.500 jovens nascidos no Brasil.

Os anos de 1530 a 1815 são conhecidos por alguns historiadores como o período de colonização portuguesa do território brasileiro. Neste período não foi implantada no Brasil nenhuma universidade. O ensino superior no Brasil somente foi implantado após 300 anos do seu descobrimento. A razão para tanto se deu em

função da chegada da família real ao Brasil, vinda de Portugal, fugida por causa da invasão francesa ao território português e da imposição do Bloqueio Continental que impedia os filhos da elite de cruzarem os oceanos para estudar nas universidades europeias (DE ALBUQUERQUE FÁVERO, 2006).

Com a família real estabelecida no Brasil foram criadas escolas de nível superior no território brasileiro. Neste momento, o Brasil possuía a necessidade de proteger a sua costa para impedir a invasão de outros países. Existia também uma carência no campo da medicina e da engenharia militar. Com a finalidade de suprir as necessidades vigentes, como a formação de médicos para atender as pessoas no cuidado à saúde, a formação de engenheiros militares para tratar da engenharia militar e a formação de militares da marinha e do exército para cuidar da defesa da colônia, o rei tomou a iniciativa da criação das primeiras instituições de ensino superior no Brasil.

As primeiras medidas a respeito da educação tomadas por D. João VI assim que chegou ao Brasil, em 1808, foram a criação de escolas de nível superior para atender às necessidades do momento, ou seja, formar oficiais do exército e da marinha (para defesa da colônia), engenheiros militares, médicos e abertura de cursos especiais de caráter pragmático. Vejamos algumas dessas realizações. Academia Real da Marinha (1808) e Academia Real Militar (1810): após 1832 foram anexadas, compondo uma instituição de engenharia militar, naval e civil; com sucessivas junções e desmembramentos, a Escola Militar organizou-se em 1858 e a Escola politécnica em 1874, como instituições que preparavam para a carreira militar e formavam engenheiros civis, respectivamente, Cursos médico cirúrgicos: a partir de 1808, na Bahia e no rio; visavam a formação de médicos para a Marinha e o Exército. Diversos cursos avulsos de economia, química e agricultura, também na Bahia e no Rio (ARANHA, 2006, p. 221).

Percebemos que as escolas superiores criadas no Brasil tiveram como finalidade a proteção da colônia e atender aos interesses da coroa portuguesa. Nesse sentido, notamos claramente que não se esboçava nenhuma possibilidade de uma educação superior para o povo. Até a independência do Brasil de Portugal, o que se tinha em terras brasileira no tocante ao ensino de terceiro grau eram as referidas escolas criadas para atender os interesses do rei. Em 1827 foram criados dois cursos jurídicos que posteriormente se tornariam faculdades propriamente ditas (ARANHA, 2006). Apenas depois da independência foram criados os dois cursos jurídicos, um em São Paulo (no Largo de São Francisco) e o outro em Olinda. A educação superior mudou o perfil de Escola de Ensino Superior para Faculdade, mas não o perfil elitista de atender às classes mais privilegiadas da sociedade.

Conforme Moreira (1960), os cursos criados em 1827 mantiveram o mesmo perfil elitista europeu porque estes não tinham outra intenção se não a formação da elite e dos intelectuais do império. Era uma educação voltada exclusivamente para atender os aristocratas que concediam o privilégio de estudar em uma dessas escolas somente à nobreza e aos latifundiários em detrimento da oportunidade para o povo de um modo em geral. Este modelo de faculdade que ascendeu no século XIX não tinha intenção de manifestar qualquer interesse, por menor que fosse, de alcançar as classes economicamente desfavorecidas do Brasil. Para corroborar estas palavras nos apropriamos das palavras de Aranha (2006, p. 226), que diz:

os cursos superiores, mesmo quando transformados em Faculdades, permaneceram como institutos isolados, sem que houvesse interesse na formação de Universidades (que só surgiram no século XX). De qualquer forma, a atenção especial dada ao ensino superior reforçava o caráter elitista e aristocrático da educação brasileira, que privilegiava o acesso aos nobres, aos proprietários de terras e uma camada intermediária, surgidas da ampliação dos quadros administrativos e burocráticos.

Percebemos que a ideia de uma universidade no Brasil ainda necessitava de um bom tempo para sair do mundo das ideias e chegar à realidade. Considerando que a autora acima citada (2006) aponta que um projeto real de universidade só veio a tomar forma no Brasil a partir do século XX, o que até então existia eram apenas cursos isolados de nível superior.

Entre o período de 1889 a 1930 a educação superior no Brasil foi marcada por várias alterações em seu rumo, isso aconteceu em função de dispositivos legais que foram promulgados. O Positivismo¹⁷ de Augusto Comte influenciou de maneira intensa as políticas educacionais brasileiras e um dos mais ilustres representantes dessas ideias foi Benjamin Constant.

A influência do ideário positivista, no grupo de oficiais que proclamou a República, foi um fator que contribuiu, sobremaneira, para o atraso na criação de universidades no Brasil. Como instituição medieval e adaptada às necessidades do Velho Continente, a universidade era considerada, pelos líderes políticos da Primeira República (1889-1930), uma instituição ultrapassada e anacrônica para as necessidades do Novo Mundo. Em função disso, eram francamente favoráveis à criação de cursos laicos de

¹⁷ Positivismo é uma **corrente de pensamento filosófico, sociológico e político** que surgiu em meados do século XIX na França. A principal ideia do positivismo era a de que o **conhecimento científico** devia ser reconhecido como o **único conhecimento verdadeiro**. O principal idealizador do movimento positivista foi o pensador francês **Auguste Comte** (1798-1857), ganhando destaque internacional entre metade do século XIX e começo do XX. Segundo o positivismo, as superstições, religiões e demais ensinamentos teológicos devem ser ignorados, pois não colaboram para o desenvolvimento da humanidade (SIGNIFICADOS, 2016).

orientação técnica profissionalizante (OLIVIEN, 2002, p. 33).

Um fato que contribuiu muito para o retardamento da fundação de uma universidade no Brasil ficou por conta de Rivadávia Corrêa, então Ministro da Justiça do governo de Hermes da Fonseca (1910 a 1914), que propôs a desoficialização do ensino secundário e do ensino superior. A ideia de Rivadávia era eliminar do ensino superior o seu perfil de ensino oficial, ou seja, a educação promovida pelo governo, passando assim à condição de cursos livres. A reforma teve como nome oficial Reforma Rivadávia e aconteceu em 1911. Essa reforma pouco contribuiu para acelerar o processo de implantação da universidade no Brasil.

Tal orientação é ainda mais acentuada com a Reforma Rivadávia Corrêa, em 1911, que instituiu também o ensino livre. Embora o surgimento da universidade, apoiado em ato do Governo federal, continuasse sendo postergado, o regime de “desoficialização” do ensino acabou por gerar condições para o surgimento de universidades, tendendo o movimento a deslocar-se provisoriamente da órbita do Governo federal para a dos Estados (DE ALBUQUERQUE FÁVERO, 2006, p. 21).

Dentro desse contexto influenciado pelas ideias positivistas foi implantada em Manaus, no ano de 1909, a Universidade Livre de Manaus. No Estado de São Paulo foi organizada a Universidade Livre de São Paulo, no ano de 1911, e, no Estado do Paraná, em 1912, foi inaugurada a Universidade Livre do Paraná (MICHELOTTO, 2006). O governo federal não tinha gerenciamento dessas instituições, pois eram instituições livres.

A Primeira universidade brasileira surgiu em 1920 no Rio de Janeiro amplamente amparada pelo Decreto-Lei nº 14.343, no limiar do século XX, que diz: “Art. 1º Ficam reunidas, em «Universidade do Rio de Janeiro», a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, dispensada esta da fiscalização” (BRASIL, 1920).

Sobre a primeira universidade brasileira, De Albuquerque Fávero (2006, p. 22) afirma:

em decorrência, a 7 de setembro de 1920, por meio do Decreto nº 14.343, o Presidente Epitácio Pessoa instituiu a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), considerando oportuno dar execução ao disposto no Decreto de 1915. Reunidas aquelas três unidades de caráter profissional, foi-lhes assegurada autonomia didática e administrativa. Desse modo, a primeira universidade oficial é criada, resultando da justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características.

É importante considerarmos que a universidade criada neste ano não detinha o perfil da universidade atual quanto ao seu papel e função (ensino, pesquisa extensão). Havia duas correntes de pensamentos entre os intelectuais da educação: a primeira concebia a ideia de uma universidade voltada para se aplicar à produção científica e, ao mesmo tempo, dedicar-se à formação profissional; a segunda corrente de ideias considerava a priorização da formação profissional por parte da universidade e não a ênfase na pesquisa científica.

Em meio a essa dualidade de pensamentos em relação ao papel e à função da universidade recém-criada no Brasil, aconteceu, em um momento muito oportuno, no ano de 1927, na cidade de Curitiba, a Primeira Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação (ABE), cujo tema da tese apresentada por Amoroso Costa era *As Universidades e a Pesquisa Científica*, e que tinha como objetivo discutir a importância da pesquisa científica e consolidar a pesquisa como núcleo da universidade.

Sobre este fato de relevância histórica para educação superior brasileira, Soares (2002, p. 31) destaca o seguinte:

a primeira universidade brasileira foi criada em 1920, data próxima das comemorações do Centenário da Independência (1922). Resultado do Decreto nº 14.343, a Universidade do Rio de Janeiro reunia, administrativamente, Faculdades profissionais pré-existent sem, contudo, oferecer uma alternativa diversa do sistema: ela era mais voltada ao ensino do que à pesquisa, elitista, conservando a orientação profissional dos seus cursos e a autonomia das faculdades.

Os estudos de Soares (2002) nos fazem perceber uma ironia quando dizem que o Brasil estava às portas de comemorar cem anos de independência da Coroa Portuguesa embora fosse dependente da intelectualidade de Portugal. Entendemos que houve uma independência política e não uma independência acadêmica porque o Brasil ainda estava em processo de organização da sua primeira universidade. Isto nos faz compreender que muitos brasileiros ainda dependiam de Portugal para obter uma formação de nível superior. O que se esboçava como universidade em 1920 não tinha nenhum compromisso com a pesquisa, pois seu principal objetivo era a formação profissionalizante.

Os anos de 1920 foram os últimos anos da Primeira República ou República Velha, que teve fim em 1930 quando o presidente Washington Luís foi deposto, sendo este o último presidente da Primeira República. Justamente na década de 1920 a primeira universidade brasileira foi fundada. Esta instituição, criada com a

finalidade profissionalizante, precisava passar por uma reforma radical para promover mudanças que pudesse dar à universidade um perfil de instituição promotora de conhecimento e não somente formadora de profissionais para o trabalho.

Com o fim da República Velha foi implantado o Governo Provisório e criado o Ministério da Educação e Saúde (1930). Este novo governo nomeou como ministro dessa pasta Francisco Campos, o qual iniciou uma reforma ampla na educação brasileira. A reforma de Campos contemplou o ensino secundário, superior e comercial, todavia estas medidas foram importantes para contemplar as camadas mais pobres da sociedade, facilitando a estas o acesso ao ensino superior.

As medidas que compuseram o projeto de reforma no ensino superior foram: a criação do Estatuto das Universidades Brasileiras pelo Decreto-Lei nº 19.851/31; a estruturação da Universidade do Rio de Janeiro por meio do Decreto-Lei nº 19.852/31 e a implantação do Conselho Nacional de Educação pela via legal do Decreto-Lei nº 19.850/31. De Albuquerque Fávero (2006, p. 23), falando sobre a origem da universidade no Brasil, diz:

se a Primeira República é caracterizada pela descentralização política, a partir dos anos 20 e, sobretudo, após 1930, essa tendência se reverte, começando a se incrementar uma acentuada e crescente centralização nos mais diferentes setores da sociedade. Nesse contexto, o Governo Provisório cria o Ministério da Educação e Saúde Pública (14/11/1930), tendo como seu primeiro titular Francisco Campos, que, a partir de 1931, elabora e implementa reformas de ensino – secundário, superior e comercial – com acentuada tônica centralizadora. Trata-se, sem dúvida, de adaptar a educação escolar a diretrizes que vão assumir formas bem definidas, tanto no campo político quanto no educacional, tendo como preocupação desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho.

As reformas introduzidas a partir de 1931 na educação superior foram fundamentais para desenhar um novo perfil da universidade brasileira, já que a instituição estava mais preocupada com a instrução profissional, sem desenvolver interesse pela pesquisa. Campos (1931, p. 4) afirma que a finalidade da universidade “transcende o exclusivo propósito do ensino, envolvendo preocupações de pura ciência e de cultura desinteressada”.

O pensamento de Campos (1931) foi inspirado nas ideias dos Pioneiros da Educação¹⁸:

¹⁸ Trata-se de um documento escrito por 26 educadores com o título “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova - A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo”. Circulou em

quando se reuniu em dezembro de 1931, a IV Conferência Nacional de Educação, à qual o Governo havia solicitado a elaboração de diretrizes para uma política nacional de educação, a polêmica em torno do ensino Leigo e da escola pública se tornou tão acirrada, que não houve clima, nem condições para atender o pedido do Governo, com o que ficou configurada a falta de uma definição objetiva do que era e do que pretendia o movimento renovador. Foi então que os líderes desse movimento resolveram precisar seus princípios e torná-los públicos, através de um documento endereçado “Ao Povo e ao Governo”. Surge, pois, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, publicado em 1932 (ROMANELLI, 1999, p. 144).

Nesse sentido, percebemos que as reformas introduzidas por Francisco Campos contemplavam uma universidade voltada para a pesquisa. É importante ressaltar que, nestas reformas, a influência do pensamento dos Pioneiros da Educação Nova foi essencial para as reformas implantadas pelo ministério de Campos. O fundamento está registrado no documento redigido por Fernando de Azevedo e assinado por um grupo de 26 intelectuais brasileiros que representavam o anseio de um povo por uma educação para todos, pública, laica e gratuita.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova propôs uma reestruturação do sistema educacional brasileiro em todas as séries da educação; portanto, o Manifesto mostrou-se extremamente importante para as mudanças no ensino superior no Brasil. Os Pioneiros, através deste documento, apresentaram uma proposta da criação de uma universidade com as características e perfil de universidades respaldadas em ensino, pesquisa e extensão. O texto seguinte destaca trecho do documento dos Pioneiros da Educação Nova (AZEVEDO 1932, p. 110 apud RIBEIRO, 1993, p. 90):

V. Criação de Universidades, de tal maneira organizadas e aparelhadas que possam exercer a tríplice função que lhes é essencial, elaborar e criar a ciência, transmiti-la e vulgarizá-la, e sirvam, portanto, na variedade de seus institutos: à pesquisa científica e à cultura livre e desinteressada; à formação do professorado para as escolas primárias, secundárias, profissionais e superiores (unidade na preparação do pessoal do ensino); à formação de profissionais em todas as profissões de base científica; à vulgarização ou popularização científica, literária e artística, por todo os

âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação e representou, simultaneamente, um plano de ação nacional em busca da estruturação de um sistema educacional e um documento de discussão e reflexão sobre o ambiente político e social dos anos de 1920 e 1930. Os objetivos do Manifesto eram traçar diretrizes de uma nova política nacional de educação e ensino em todos os níveis, aspectos e modalidades. O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação. Redigido por Fernando de Azevedo, o texto foi assinado por 26 intelectuais, dentre eles: Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles.

meios de extensão universitária.

Passado o tempo de Campos e suas reformas, o Brasil começou a viver um curto período conhecido como Governo Constitucional, que aconteceu entre 1934 e 1936. Em seguida foi implantada pelo Presidente Getúlio Vargas a ditadura, denominada de Estado Novo, que se estendeu do dia 10 de novembro de 1937 até o dia 29 de outubro do ano de 1945. O ministro da Educação Gustavo Capanema participou da transição do período Constitucional para o período ditatorial de Vargas e permaneceu no cargo por cerca de 11 anos, desenvolvendo reformas importantes na educação brasileira, o que o tornou um dos mais importantes ministros da história da educação no Brasil (BOMENY, 2009). Entre as reformas de Capanema podemos citar a institucionalização do sistema universitário público federal. Quanto às demais realizações dos 11 anos do ministério de Capanema, Bomeny (2009, s/p) alega que:

falar de educação no segundo governo Vargas (1951-1954) nos obriga voltar ao primeiro governo (1930-1945). Foi ali que se criou o Ministério da Educação e Saúde (1930), que se construiu um sistema nacional público de ensino, e que foram feitas reformas que perduraram muitas décadas além da de 1940. A Reforma do Ensino Secundário de 1942, a Reforma Universitária, com a criação e padronização do sistema universitário público federal, a criação da Universidade do Brasil, a criação do Serviço Nacional da Indústria (SENAI), em 1942, estão entre tais iniciativas. No caso do ensino primário, a política que talvez melhor exprima o tom daquele governo tenha sido a nacionalização do ensino, ou seja, o fechamento de escolas estrangeiras, a construção de unidades escolares e a imposição de um sistema nacional de ensino. A educação do primeiro governo Vargas ficou identificada com o ministro Gustavo Capanema, que esteve à frente do ministério da Educação por 11 anos, de 1934 a 1945.

A promulgação da Constituição dos Estados Unidos do Brasil ocorreu em 18 de setembro de 1946. A Ditadura saiu de cena e foi restabelecido o estado de direito do povo brasileiro. A Mesa da Assembleia Constituinte promulgou a Constituição dos Estados Unidos do Brasil e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias nos termos dos seus artigos. A educação permaneceu com sua estrutura semelhante à implantada na Reforma de Campos, em 1932, e de Capanema, em 1934, todavia conservou seu caráter elitista sem oferecer aos desfavorecidos o acesso ao ensino superior. Cunha (2000, p. 107) diz:

com o fim do Estado Novo e a retomada do Estado de direito, a constituição de 1946 reflete o processo de redemocratização do país, garantindo os direitos individuais de expressão, reunião e pensamento, apesar de, a organização educacional permanecer a mesma. Onde a estrutura do ensino médio dividida entre o ensino propedêutico (para as elites) e o ensino profissional (para a classe trabalhadora), de maneira discriminatória já

definida como seria conduzido ao ensino superior.

Segundo Cunha (2000), com o fim do Estado Novo, foi reaberto o processo de redemocratização brasileira. Mais uma vez, ironicamente, falou-se em redemocratização limitando o acesso à educação superior às classes populares da sociedade brasileira. Não se pode falar em democracia cerceando o direito de um cidadão. É lamentável que o Brasil, mesmo debaixo dos discursos por uma educação para todos propalado pelos Pioneiros da Educação, ainda desprezasse os menos afortunados, negando-lhes o acesso ao ensino superior. Como se podia, então, falar em democracia, quando só a elite tinha acesso à educação superior?

A democracia no Brasil era um dos pontos importantes abordado no manifesto de 1932. A educação era vista como instrumento de reconstrução da democracia, permitindo a integração dos diversos grupos sociais. Nesse sentido, o governo federal deveria defender bases e princípios únicos para a educação, mas sem ignorar as características regionais de cada comunidade (MENEZES; SANTOS, 2001, p. 16).

Os anos de 1950 a 1954 foram marcados pelo retorno de Vargas ao governo da República. Neste momento, houve uma lenta expansão das universidades no território nacional. Todavia, devemos considerar que neste período foram dados passos importantes que contribuíram para a expansão do ensino superior no território nacional. O governo de Vargas propôs uma equiparação entre os cursos profissionais e os cursos secundários. Nesse sentido, todos os cursos de nível médio foram equiparados. Medidas como estas contribuíram consideravelmente para o aumento da demanda para cursar o nível superior. Sobre este fato, Cunha (2000, p. 171) fala de forma mais especificada:

a expansão das oportunidades de escolarização no ensino secundário e a equivalência dos cursos médios ao secundário aumentaram a demanda pelos cursos superiores, que foi respondida principalmente pelo governo federal. Tal resposta assumiu três formas. Em primeiro lugar, a criação de novas faculdades onde não as havia ou onde só havia instituições privadas de ensino superior. Em segundo lugar, pela gratuidade de fato dos cursos superiores das instituições federais, ainda que a legislação continuasse determinando a cobrança de taxas nos cursos públicos. Em terceiro lugar, a "federalização" de faculdades estaduais e privadas, reunindo-as, em seguida, em universidades.

Este quadro sofreu modificações a partir da década de 1960, quando o Brasil experimentou uma expansão do ensino superior com a inserção de campus universitários federais nas mais importantes capitais do país. Este fato aconteceu devido à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no ano de

1961 (Lei de nº 5.692/1961). O número de estudantes no ensino superior passou de 95.69, em 1960, para 1.345.000, em 1980. Durham (2003, p. 17) afirma que

a prosperidade econômica e a relação do regime com as novas classes médias que o apoiaram talvez ajudem a entender porque, ao contrário de outros países da América Latina, como Argentina e Chile, onde os regimes autoritários provocaram uma queda drástica nas matrículas e, conseqüentemente, uma contração de seus sistemas universitários, no Brasil a repressão política não sustou o crescimento do ensino superior, público ou privado, mas o promoveu. O ensino superior universitário e não universitário se ampliou de maneira extraordinária, desde o início do regime, em 1965 até o final da década de 70. Em cerca de quinze anos, o número de matrículas no ensino superior passou de 95.691 (1960) para 1.345.000 (1980), sendo os anos de 1968, 1970 e 1971 os que apresentaram as maiores taxas de crescimento.

No ano de 1968, as universidades brasileiras vivenciavam um momento de crise. Por esta razão, surgiu entre os estudantes a necessidade de exigir do governo federal medidas que pudessem contribuir para solucionar os problemas que levaram as universidades a esse estado de crise. Por conta das pressões impostas pelo movimento estudantil de 1968, o governo federal, no intuito de produzir respostas imediatas ao movimento, criou, através do Decreto nº 62.937 de 02 de julho de 1968, um Grupo de Trabalho (GT) para agilizar, através de estudos e debates, respostas que viessem a somar para solucionar os problemas que estavam contribuindo para a crise das universidades. A intenção do governo era que o GT sugerisse medidas para trazer soluções às universidades em crise. Portanto, o objetivo da formação do GT, segundo De Albuquerque Fávero (2006, p. 32-33), foi: "[...] estudar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país".

Em 1968, o sistema universitário do Brasil passou por uma reforma com respaldo da Lei de número 5.540/68 aprovada no Congresso Nacional. Esta reforma teve algumas especificidades e seu objetivo foi tornar a universidade mais produtiva e mais eficiente no cumprimento do seu papel como instituição de ensino superior. As medidas tomadas durante este período constituíram-se como características das mudanças que a universidade vivenciaria a partir de 1968.

Dentre as medidas que contribuíram para esta reforma universitária podemos destacar, conforme De Albuquerque Fávero (2006, p. 34): "o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação". Ressaltamos que

a unidade departamental foi legalmente aprovada como unidade de desenvolvimento de pesquisa.

Martins (2009, p. 16), sobre a reforma, acrescenta:

a Reforma de 1968 produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro. Por um lado, modernizou uma parte significativa das universidades federais e determinadas instituições estaduais e confessionais, que incorporaram gradualmente as modificações acadêmicas propostas pela Reforma. Criaram-se condições propícias para que determinadas instituições passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa, que até então – salvo raras exceções – estavam relativamente desconectadas. Aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica. Para atender a esse dispositivo, criou-se uma política nacional de pós-graduação, expressa nos planos nacionais de pós-graduação e conduzida de forma eficiente pelas agências de fomento do governo federal. Nos últimos 35 anos, a pós-graduação tornou-se um instrumento fundamental da renovação do ensino superior no país.

A reforma de 1968 foi importante para modernização e implantação de universidades em várias regiões do país; entre outros passos importantes, incentivou a produção científica. Todavia, antagonicamente, a reforma de 1968 foi um marco para aceleração do crescimento de IES privadas. Ao tempo que esta reforma universitária proporcionou uma modernização e implantação dos campi universitários, esta incentivou o avanço das IES privadas. Corroborando com o texto acima, lemos:

é determinação dessa reforma, por exemplo, o sistema de crédito, a departamentalização e o vestibular classificatório. Também determinou que o ensino superior deveria ser ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado (BARBALHO, 2007, p. 77).

A partir de 1968, iniciou-se um ciclo representado por instituições superiores de caráter privado com fins lucrativos, visando atender aos excedentes das universidades federais que não dispunham de vagas suficientes para suprir a demanda de alunos candidatos ao ensino superior. O número de matrículas nas IES privadas se multiplicou durante toda a década de setenta e início dos anos 1980. Martins (2009, p. 23) relata dados numéricos e percentuais sobre o avanço da privatização do ensino superior brasileiro neste período:

entre 1965 e 1980, as matrículas do setor privado saltaram de 142 mil para 885 mil alunos, passando de 44% do total das matrículas para 64% nesse período. Em sua fase inicial, ou seja, desde o final dos anos de 1960 até a década de 1970, a expansão do setor privado laico ocorreu basicamente através da proliferação de estabelecimentos isolados de pequeno porte. A partir da segunda metade da década de 1970, o processo de organização

institucional do setor privado sofreu uma transformação gradual. Num primeiro momento, alguns estabelecimentos isolados transformaram-se em federações de escolas, através de um processo de fusão. Num momento posterior, a partir do final da década de 1980, o movimento de transformação de estabelecimentos isolados em universidades se acelerou: entre 1985 e 1996, o número de universidades particulares mais do que triplicou, passando de 20 a 64 estabelecimentos.

A década de 1990 foi o período que aconteceu nova expansão do ensino superior (MACEDO et al., 2005, p. 130). O governo federal iniciou um processo de democratização do ensino motivado pela falta de vagas no setor público universitário e pela escassez de recursos orçamentários. Para ampliação dessas vagas públicas, iniciou um processo de expansão do ensino superior privado, concedendo facilidades às empresas privadas com a finalidade de implantação de novos cursos superiores.

A partir dos anos de 1990, o ensino superior consolidou-se como uma mercadoria que busca uma adequação ao mercado capitalista. O número de matrículas na rede privada cresceu, em 1980, de 885.054 para 961.455 no ano de 1990. Dezoito anos depois, em 1998 este número saltou para 1.321.229 matrículas (BRASIL, 2000 p. 20).

Tendo em vista este crescimento, Dourado (2002, p. 245-246) afirma que, nesse contexto, a educação universitária passou por uma metamorfose.

Na prática, [...] ao segmentarem a educação superior por meio do estímulo à expansão das matrículas e à diversificação institucional, naturalizam esse campo como serviço e, na maioria dos casos, restringem a educação superior à função de ensino. Como desdobramento desse processo, ocorre uma profunda diferenciação institucional que acarreta, fundamentalmente, mudanças na identidade e na função social da universidade, que passa por um processo de clara metamorfose institucional, ao ser alocada no setor de prestação de serviços e, ao mesmo tempo, que passa a ser entendida, não mais como instituição historicamente autônoma em relação ao Estado e ao mercado, mas, agora, como organização social, heterônoma, resultando em novas formas de adequação ao mercado...

A mudança a que Dourado (2002) se refere é entendida pela apresentação dos números do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) quando mostram que a educação superior pública federal, em 1980, ofertou 316.715 contra 885.054 ofertada pela educação superior privada (BRASIL, 2000, p. 20). Esta diferença foi notada em 1990, com 308.867 matrículas nas universidades públicas contra 961.455 nas privadas. Fazendo o comparativo entre a educação superior pública e a privada no ano de 1998, notamos que o salto de oferta de vagas

da privada foi muito superior em relação à da pública. A pública matriculou 408.640 e a privada, neste ano, realizou 1.321.229. Dourado (2002) diz que este avanço contribuiu para elevar a educação superior a um serviço e, simultaneamente, reduzi-la à função de ensino.

Com o incentivo do governo federal por meio do discurso de democratização da educação superior, vimos um avanço das matrículas no ensino superior privado e, como consequência desse avanço, o surgimento de vários grupos educacionais voltados a ofertar vagas no ensino superior privado. Considerando este crescimento, no próximo capítulo, trataremos sobre o Neoliberalismo com a intenção de verificar qual a relação das políticas neoliberais com a privatização do ensino superior.

3 O NEOLIBERALISMO E SUA INFLUÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

3.1 Percurso Histórico do Neoliberalismo

Neste capítulo traçaremos uma breve história do Neoliberalismo, considerando: antecedentes históricos, a definição do termo em questão e a ascensão da corrente política neoliberal na América Latina até chegar ao Brasil. Serão ressaltados os principais inspiradores das ideias neoliberais, suas respectivas escolas, a influência e as consequências sobre os países que caminharam pelas linhas das políticas neoliberalistas.

Diante da relevância do assunto em questão, que gira em torno do ideário neoliberal, não podemos seguir discorrendo sobre esta temática desconsiderando os seus antecedentes históricos. Para tanto, pretendemos, de forma introdutória e sucinta, neste capítulo, fazer uma abordagem também histórica das raízes do Neoliberalismo.

O Neoliberalismo encontrou inspiração nas ideias liberais discorridas e desenvolvidas a partir do século XVII, com o início do Liberalismo Clássico, o qual está distribuído em três momentos: Liberalismo Teológico, Liberalismo Político e Liberalismo Econômico. Sobre o Liberalismo, Santos e Andrioli (2005, p. 5) acrescentam:

historicamente, o Neoliberalismo é filho do *liberalismo*. O liberalismo surgiu e se desenvolveu nos séculos XVII e XVIII em oposição à monarquia absoluta, esta, fundada na ideia de hierarquia divina, social e natural, baseada na estrutura feudal de produção, bem como numa concepção teocrática do poder. Baseado na ideia de que os seres humanos são, por natureza, livres e iguais, o direito liberal rompe com a ideia de direito divino do monarca e, portanto, com a hierarquia estabelecida.

O primeiro momento se deu com o Liberalismo Teológico, que primava pela liberdade de consciência, rompendo com o imperialismo medieval religioso. Constanza (2005, p. 80) diz: "no que se refere ao liberalismo teológico há quem o defina como uma forma de pensamento religioso que empreende a investigação sistemática da fé com base em uma norma diferente da autoridade da tradição". O movimento protestante do século XVI exerceu um papel crucial na formação do pensamento liberal clássico, a partir da reivindicação da liberdade de consciência.

O segundo momento formador do Liberalismo Clássico é denominado como Liberalismo Político, que teve como seu principal representante o filósofo Inglês,

empirista e iluminista, John Locke. O liberalismo lockiano aponta para uma soberania humana e não estatal. No pensamento político de Locke o povo é o soberano e não o Estado. Ele contrariou a teoria do direito divino do Rei. Na ótica de Locke, o Estado deve se submeter e respeitar as Leis naturais e civil. Sobre esta superação do homem em relação ao Estado, Locke (1998, p. 36) ressalta o seguinte:

[...] para impedir a todos os homens que invadam os direitos dos outros e que mutuamente se molestem, e para que se observe a Lei de natureza, que importa na paz e na preservação de toda a Humanidade, põe-se, naquele estado, a execução da Lei da natureza nas mãos de todos os homens, mediante a qual, qualquer um tem o direito de castigar os transgressores dessa Lei em tal grau que impeça a violação [...].

Locke considerava que o estado de natureza do homem era de liberdade, ou seja, o ser humano possui a liberdade como algo inerente a sua natureza e não por uma concessão do governo ou do Estado, portanto, este deve estar abaixo do homem. Esta consideração está relacionada ao fato de que o homem, por ser livre, cria o Estado e suas Leis. A sociedade civil é o resultado da vontade do povo, o poder legislativo produz as Leis da sociedade civil e todo indivíduo que almeja ser parte integrante dela deve se sujeitar às normas e regras estabelecidas para organizar e harmonizar as relações entre os cidadãos.

O terceiro momento da história do Liberalismo, o qual é conhecido como Liberalismo Econômico, está, de forma mais clara, relacionado ao Neoliberalismo. Seu principal foi o economista Adam Smith, que se notabilizou ao publicar, em 1776, a sua obra intitulada *As riquezas das Nações*. Em seu pensamento, ele defende a livre iniciativa do mercado, defendendo a liberdade dos homens em suas relações comerciais sem a intervenção e aplicação das regras do Estado. Começou no liberalismo econômico de Smith a ideia de privatizar as atividades econômicas da sociedade, colocando o Estado com ações mínimas voltadas para oferecer algumas garantias contratuais entre os indivíduos e assumir a responsabilidade com os serviços públicos.

Morais (2001, p. 5) ratifica estas palavras com o seguinte:

Smith afirma que o mundo seria melhor — mais justo, racional, eficiente e produtivo — se houvesse a mais livre iniciativa, se as atitudes econômicas dos indivíduos e suas relações não fossem limitadas por regulamentos e monopólios garantidos pelo Estado ou pelas corporações de ofício. Prega a necessidade de desregular e privatizar as atividades econômicas, reduzindo o Estado a funções definidas, que delimitassem apenas parâmetros bastante gerais para as atividades livres dos agentes

econômicos. São três as funções do governo na argumentação de Smith: a manutenção da segurança interna e externa, a garantia da propriedade e dos contratos e a responsabilidade por serviços essenciais de utilidade pública.

O Liberalismo, como fundamento do Neoliberalismo, estimula a livre iniciativa do mercado, fazendo-o independente em relação ao Estado. Na concepção apresentada por Moraes (2001), a responsabilidade do Estado é mínima. É a partir de princípios como este que compreendemos o Liberalismo como o berço do Neoliberalismo, pois a ideia de um Estado mínimo se constitui como a espinha dorsal desta doutrina. O Neoliberalismo se espraia em ideias liberais, como: privatização das estatais, livre iniciativa mercadológica e a redução e minimização das atividades do Estado em relação ao mercado econômico.

Nesse sentido, Moraes (2001, p. 5) afirma que para “entender o Neoliberalismo é preciso, inicialmente, registrar quais são as ideias mestras do liberalismo clássico e contra quem elas se movem: as instituições reguladoras do feudalismo, das corporações de ofício e do Estado mercantilista”.

A partir do conhecimento histórico sobre o Neoliberalismo, Petry (2008, p. 3) cita importantes pensadores das ideias neoliberais:

os principais ideólogos do Neoliberalismo são: L. von Mises (1881-1973), F. von Hayek (1899-1992), M. Friedman (1912-2007), K. Popper (1902-1994) e L. Robbins (1898-1984), partidários que se associam para combater o socialismo, o solidarismo e o Estado do bem-estar social. Afirmam a liberdade econômica e política como absolutas, que se regeriam pelo funcionamento dos mecanismos de mercado.

O Neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas e econômicas inspirado no Liberalismo Clássico do século XVIII, que tem como essência a liberdade do indivíduo. O economista e sociólogo alemão Alexander Rustow, no ano de 1938, na cidade de Paris, na conferência *Colóquio Walter Lippman*, citou pela primeira vez o termo Neoliberalismo como uma remodelagem do Liberalismo Clássico Europeu Lockiano. Moraes (2001, p. 3) apresenta o seguinte sobre a definição do termo Neoliberalismo:

1. Uma corrente de pensamento e uma ideologia, isto é, uma forma de ver e julgar o mundo social;
2. Um movimento intelectual organizado, que realiza reuniões, conferências e congressos, edita publicações, cria think-tanks, isto é, centros de geração de ideias e programas, de difusão e promoção de eventos;
3. Um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70, e propagadas pelo mundo a partir das organizações multilaterais criadas pelo acordo de Bretton Woods (1945), isto é, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Como é notório, o termo Neoliberalismo, segundo Moraes (2001), tem conceitos opostos que, no entanto, carregam consigo uma similaridade em sua significância. Os conceitos apresentados retomam a ideia liberal de livre circulação do capital e um modelo ideal para a sociedade capitalista. Para o autor (2001), o Neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas que fortalece o capitalismo. Corroborando com essa compreensão sobre o Neoliberalismo, Boito Jr (1999, p. 45) acrescenta: “o discurso neoliberal procurava mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal”. Este, surgiu em caminhos opostos ao Estado de Bem-estar Social¹⁹ (Welfare State). Esta corrente política teve como um dos principais representantes John Maynard Keynes (1883-1946), que desenvolveu o Keynesianismo²⁰ cuja proposta principal girava em torno da intervenção do Estado na economia.

O Welfare State deveria ser um agente regulador do mercado e da economia em consonância com os sindicatos e as empresas privadas, além de promover e assumir a responsabilidade social para com o cidadão, garantindo-lhe serviços públicos como: educação, saúde, segurança e moradia. Os principais teóricos que inspiraram o Neoliberalismo foram Friedrich A. Hayeck, quando em 1944 publicou o livro *O Caminho da Servidão*, e Milton Friedman que publicou os livros *Capitalismo e Liberdade* e *Liberdade de Escolher*. Obras que tiveram como objetivo principal criticar o Keynesianismo. Seguindo essa linha neoliberal, Harvey (2008, p. 12) afirma que, desde os seus primórdios, o Neoliberalismo em suas bases das críticas

[...] propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados.

¹⁹ O Estado do Bem-estar também é conhecido por sua denominação em inglês, Welfare State. Estes termos traduzem o Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos. A crise do Welfare State está intimamente atrelada a crise fiscal provocada pelo desequilíbrio entre o crescimento do sistema capitalista e os gastos públicos.

²⁰ Teoria Keynesiana constitui-se como um conjunto de ideias que propunham a intervenção estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. As teorias de Keynes tiveram enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado. Acreditava-se que a economia seguiria o caminho do pleno emprego, sendo o desemprego uma situação temporária que desapareceria graças às forças do mercado.

A afirmação anterior nos leva a entender que o Estado mínimo tem a função de dar garantias de preservação da propriedade privada, dos direitos básicos de uma sociedade e de liberação do mercado, elementos que provavelmente se constituem como bases fundantes do Neoliberalismo.

Estas propostas foram desenvolvidas a partir de escolas de ideias que surgiram na Europa e nos Estados Unidos no início do século XX. Estas Escolas²¹ foram: a Escola Austríaca e a Escola de Chicago.

3.1.1 As nações imperialistas e o Neoliberalismo

Com o fim da segunda Guerra Mundial, o Keynesianismo passava por um momento de solidificação devido à necessidade que muitas nações vivenciavam em função das destruições proporcionadas pela guerra que se findava. Por esta razão, as ideias de Hayek publicadas, no ano de 1944, em seu livro *O Caminho da Servidão* e, anos mais tarde, na década de 1960, as ideias de Friedman expressadas em suas obras *Capitalismo e Liberdade* e também *Liberdade de Escolher* passaram por um período de esquecimento em função da forte propagação do pensamento de Keynes, com a implantação do Estado do Bem-Estar Social.

As políticas orientadas por essa doutrina reformadora pareciam firmemente estabelecidas. Na Inglaterra, por exemplo, não atraíam apenas os reformadores, trabalhistas, fabianos e "novos liberais" - o que seria compreensível -, mas também os conservadores liderados por Harold MacMillan. Parecia disseminado e solidamente implantado um amplo acordo sobre o papel positivo do Estado: na criação de pleno emprego; na moderação de desequilíbrios sociais excessivos e politicamente perigosos; no socorro a países e áreas economicamente deprimidos; na manutenção de uma estrutura de serviços de bem-estar (habitação, saúde, previdência, transporte urbano, etc.); na gradual implantação de políticas sociais que atenuassem desigualdades materiais acentuadas pelo funcionamento não monitorado do Mercado etc. (MORAIS, 2001, p. 15).

Ao mesmo tempo, as nações capitalistas precisavam reestruturar suas economias e promover um fortalecimento do capitalismo para combater o pensamento socialista que era crescente naquele momento com o surgimento da Guerra Fria.

Mesmo isolados e na defensiva, os neoliberais preservaram suas crenças

²¹ Para saber mais sobre a Escola de Chicago e a Escola Austríaca com seus principais representantes, vide: SOUZA, Thaís Godoi; LARA, Ângela Mara de Barros. Os fundamentos teórico-metodológicos das escolas neoliberais do século xx: implicações nas políticas educacionais. In: X ANPED SUL. 10. 2012. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, ANPED, 2012, 1-16. e BECKER, Howard. A escola de Chicago. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177-188, out. 1996.

ortodoxas. E voltaram à cena, na ocasião propícia, no fim dos Trinta Gloriosos, os anos de reconstrução e desenvolvimento do capitalismo do pós-guerra, tempos que pareciam entronizar o Keynesianismo e a economia capitalista regulada como padrões incontestáveis de pensamento e ação (MORAIS, 2001, p. 15).

Com a crise do capitalismo e da economia, que teve início depois da Segunda Guerra, cerca de 30 anos após, no limiar da década de 1970, quando todo o mundo capitalista, principalmente a Europa, experimentava um momento de forte recessão e baixa taxas de crescimento e com uma inflação crescente, a visão do mundo econômico mudou, e o Neoliberalismo, neste momento, começou a ganhar força e espaço nos países da Europa.

No ano de 1979 criou-se um cenário oportuno para o fortalecimento das políticas neoliberais na Europa devido ao avanço da crise econômica que veio se arrastando em meio à economia das nações. Neste momento, se estabeleceu o governo de Margaret Thatcher, o qual foi o primeiro governo de regime capitalista a aderir às ideias neoliberais. No ano seguinte (1980), o presidente Ronald Reagan assumiu a presidência dos Estados Unidos da América e também implantou as políticas neoliberais. Em 1982 foi a vez da Alemanha e, em 1983, a Dinamarca seguiu essa tendência mundial. Assim, o Neoliberalismo foi sendo implantado em vários países do mundo.

O propósito principal que motivou estes países a abraçarem as ideias neoliberais foi a redução da pobreza e da desigualdade social, principalmente, nos países de terceiro mundo. Os resultados do que se esperava com o Neoliberalismo foram o contrário:

entre 1975 e 2003, período típico do predomínio neoliberal, a taxa de crescimento *per capita* mundial, além de polarizar-se entre as zonas prósperas e regiões atrasadas, caiu, em média, mais da metade em relação ao período de 1950-1975. O desenvolvimento não só tem sido estreitado, mas tem-se tornado mais volátil, mais propenso a contágios, mais inclinado a alargar os anos depressivos e a encurtar os de bonança. Ao mesmo tempo, se amplia a brecha do atraso da África e da América Latina. Desde a década de 1970, os países da OCDE cresceram a um ritmo médio de 2% anual, enquanto a América Latina apenas o fez a 0.6% e os países africanos subsaarianos, a -0,7% (IBARRA, 2011, p. 238-248).

As ditaduras militares formaram a representação do governo na América Latina, em especial na década de 1970. Durante este período foram implantadas medidas severas para a economia das nações que estavam submetidas a este regime de caráter militar. Foram imposições como: proibição de greves, instalações de empresas multinacionais e arrochos salariais. No momento em que este regime

se estabelecia através de imposições normativas, instalava-se no mundo uma crise petrolífera que, conseqüentemente, atingiu os países de economia terceiro-mundistas, entre os quais encontravam-se arroladas não só as nações africanas, como também os países latino-americanos. Estes, em função do estado de crise que se encontravam, foram motivados a abrir a economia e a política de suas nações às propostas neoliberais como forma de solucionar os problemas instalados na economia dos países latino-americanos. Nesse sentido, Amaral (2007, p. 125) comenta:

com a evolução do capitalismo mundial, a perspectiva neoliberal de desenvolvimento ganha espaço teórico e ideológico no último quarto do século XX e é justamente nos países periféricos que sua efetiva implementação ocorreu de forma pioneira e concentrada, aprofundando sua situação de dependência nos termos antes apontados.

O FMI e o BM são instituições criadas durante a segunda Guerra Mundial para controlar as economias do terceiro mundo com a finalidade de submetê-las aos países que se encontravam na condição de nação primeiro mundo. Estas instituições foram as mais contundentes incentivadoras para que os países da América Latina abraçassem o Neoliberalismo.

O Chile foi a primeira nação a ceder às determinações do Neoliberalismo durante a ditadura do General Augusto Pinochet. As demais nações da América Latina, como México, Peru, Bolívia, entre outras, seguiram também as políticas do Neoliberalismo.

No Brasil, as políticas de caráter neoliberal foram introduzidas tardiamente em relação aos países da América do Sul, por intermédio do governo de Fernando Collor de Mello, passando pelo breve governo de Itamar Franco e consolidado no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

No início dos anos 90, o Brasil, tendo à frente o Governo Collor de Mello, foi o último país da América Latina a aderir e implementar o projeto político-econômico neoliberal, sistematizado doutrinariamente em 1989, de forma inequívoca, pelo chamado "Consenso de Washington". Com a deposição constitucional desse governo em 1992, e sua substituição pelo Governo Itamar Franco, o ritmo de implantação desse projeto diminuiu durante o período 1993/1994, sendo retomado posteriormente com toda a força, e amplamente executado, pelos dois Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) (FILGUEIRAS, 2009, p. 01).

FHC governou por oito anos (1995-2002) e, neste período, pôde estabelecer e consolidar as políticas neoliberais cujas características principais foram as privatizações de empresas estatais e a abertura para a globalização. O que se nota

com bastante evidência na experiência neoliberal do Brasil é o crescimento das desigualdades sociais, a expansão da pobreza e a apropriação das riquezas pela minoria formada pela classe empresarial. O Neoliberalismo acirrou mais as condições de dependência da sociedade dos serviços de um Estado que não consegue suprir a demanda social emergente. Anderson (2000, p. 23) relata o fracasso das políticas neoliberais:

[...] economicamente, o Neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o Neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o Neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas.

Para Anderson (2000), o Neoliberalismo não obteve o sucesso previsto por seus criadores no âmbito da economia, mas o sucesso foi real no sentido de imprimir na sociedade a ideologia de que a proposta neoliberal é a única proposta ideal para sociedade moderna. O autor (2000) acrescenta ainda que todos os favoráveis e os não favoráveis às suas propostas devem buscar uma forma de se adequar as normas estabelecidas pelo Neoliberalismo.

A ideologia neoliberal apresentou um projeto de globalização do capital, levando a sociedade a enxergar as suas propostas como a única alternativa, como o único caminho para solucionar os problemas sociais. A sociedade brasileira aceitou as políticas neoliberais, assim como em vários países do mundo, sem perceber que por trás dessa ideologia estava a intenção de atender aos interesses dos organismos internacionais e dos governos dos países capitalistas de primeiro mundo.

3. 2 O Neoliberalismo no Contexto Brasileiro (Collor, FHC e a reforma do Estado em Lula)

No ano de 1990 ascendeu ao Palácio do Planalto como o primeiro presidente da República do Brasil, eleito por meio do voto direto do povo brasileiro, Fernando Collor de Mello. Collor foi o mais jovem presidente eleito de forma democrática na República Federativa do Brasil. Ele teve a iniciativa de protagonizar uma reforma no Estado, considerando que o país acabara de sair de um regime militar que durou 20

anos e precisava passar por mudanças para se alinhar ao novo regime democrático brasileiro. Nessa intenção, Collor passou a realizar a inserção de uma estratégia política para expandir os princípios econômicos e políticos do Neoliberalismo, princípios estes que já haviam sido implementados em vários países da Europa e da América Latina. E o Brasil, por meio do seu presidente, espelhou-se nessas nações para iniciar um processo de transformações na economia interna nacional. Abrucio (2007, p. 68) acrescenta o seguinte acerca da necessidade de uma reforma do Estado pós o regime militar:

o processo recente de reforma do Estado no Brasil começou com o fim do período militar. Naquele momento, combinavam-se dois fenômenos: a crise do regime autoritário e, sobretudo, a derrocada do modelo nacional-desenvolvimentista. Era preciso atacar os erros históricos da administração pública brasileira, muitos deles aguçados pelos militares, e encontrar soluções que dessem conta do novo momento histórico, que exigia um *aggiornamento* da gestão pública. Entretanto, a principal preocupação dos atores políticos na redemocratização foi tentar corrigir os erros cometidos pelos militares, dando pouca importância à necessidade de se construir um modelo de Estado capaz de enfrentar os novos desafios históricos. De fato, o regime autoritário foi pródigo em potencializar problemas históricos da administração pública brasileira, como o descontrole financeiro, a falta de responsabilização dos governantes e burocratas perante a sociedade, a politização indevida da burocracia nos estados e municípios, além da fragmentação excessiva das empresas públicas, com a perda de foco de atuação governamental.

Abrucio (2007) aponta que a motivação para a reforma do Estado se deu logo após a ditadura militar por conta da crise em que o então autoritarismo militar se encontrava e por causa do fracasso das políticas desenvolvimentista. O propósito da reforma era corrigir erros da administração pública gerida pela ditadura militar e apontar soluções para o novo tempo que se esboçava nas políticas públicas no território brasileiro.

Segundo Maciel, D. (2011), podemos entender que nos governos que antecederam a Collor de Mello, especificamente dos presidentes Figueiredo (1979-1985) e Sarney (1985-1990), foram aplicadas algumas medidas e determinações de caráter neoliberal, porém a implementação de um conjunto de princípios neoliberal no Brasil como sujeito norteador das atividades governamentais nas diversas áreas de uma administração pública ocorreu somente a partir do presidente Fernando Collor de Mello, em seu diminuto governo que se estendeu entre os anos de 1990 a 1992. O presidente Collor permaneceu na Presidência da República em um curto período de dois anos, tempo suficiente para deixar a sua marca na história como o pioneiro dos ideais neoliberais no Brasil.

O Neoliberalismo de Collor foi marcado pelas práticas de políticas econômicas inspiradas no Consenso de Washington²², visto que início a uma série de privatizações e reformas na economia todas com características liberais. Sobre essas intervenções políticas na estrutura da economia do Brasil, Filgueiras (2000, p. 84) ratifica a abordagem mencionada acima sobre o Governo Collor e o Neoliberalismo:

com o Governo Collor e seu plano econômico, assistiu-se a uma ruptura econômico-político que marcou definitivamente a trajetória do desenvolvimento do Brasil na década de 1990. Pela primeira vez, para além de uma política de estabilização, surgiu a proposta de um projeto de longo prazo, que articulava o combate à inflação com a implementação de reformas estruturais na economia, no Estado e na relação do país com o resto do mundo, com características nitidamente liberais. No entanto, esse projeto, conduzido politicamente de maneira bastante inábil, acabou por se inviabilizar naquele momento.

Para Filgueiras (2000), o presidente Collor proporcionou uma ruptura econômico-política que, sem dúvidas, interferiu na caminhada do desenvolvimento brasileiro nos anos de 1990. Cabe ressaltar que o referido governo desempenhou um papel reformulador das relações exteriores com marcas indelévels de políticas liberais.

Esse processo, que culminou em transformações notáveis na economia do Brasil, com vista a um desenvolvimento econômico nacional, foi indubitavelmente composto pelos reflexos e consequências das transformações das políticas econômicas que estavam se desenrolando pelo mundo afora. Primeiramente, na América do Sul com o ditador General Augusto Pinochet. Este ficou para história

²² Sendo o Consenso de Washington um conjunto de medidas formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C, o mesmo traçou propostas, por intermédio de dez medidas: 1. Ajuste fiscal: o Estado limita seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público. 2. Redução do tamanho do Estado: limitação da intervenção do Estado na economia e redefinição de seu papel, com o enxugamento da máquina pública. 3. Privatização: o Estado vende empresas que não se relacionam à atividade específica de regulamentar as regras sociais e econômicas e de programar políticas sociais. 4. Abertura comercial: redução das alíquotas de importação. Estímulo ao intercâmbio comercial, de forma a ampliar as exportações e impulsionar o processo de globalização da economia. 5. Fim das restrições ao capital externo. 6. Abertura financeira: fim das restrições para que instituições financeiras internacionais possam atuar em igualdade de condição com as do país. Redução da presença do Estado no seguimento. 7. Desregulamentação: Redução das regras governamentais para o funcionamento da economia. 8. Reestruturação do sistema previdenciário. 9. Investimento em infraestrutura básica. 10. Fiscalização dos gastos públicos e fim das obras faraônicas (BRESSER-PEREIRA, 1998. p. 49-95).

como o pioneiro que introduziu nas políticas de uma nação as práticas do Neoliberalismo²³ mundial.

Segundo Gennari (2002, p. 02), no tocante à efetivação e consolidação do Neoliberalismo, “a política neoliberal foi inaugurada no Chile no período do ditador Pinochet, entretanto, foi na Inglaterra de Margareth Thatcher que ganhou seus contornos mais definitivos e acabados”. Como primeira Ministra da Inglaterra, ela entrou para história como a primeira mulher a assumir um dos cargos mais importantes da Inglaterra, e foi neste governo que passou a haver na Inglaterra uma dedicação em implementar o Neoliberalismo de forma a se consolidar como a principal nação da Europa a pôr em práticas as políticas de perfil neoliberal. Ronald Reagan foi o Presidente Republicano dos Estados Unidos que introduziu o Neoliberalismo na América do Norte (BASTOS, 2007).

Sobre este fato, de forma mais abrangente e enfática Anderson (1995, p. 23) diz:

a hegemonia deste programa não se realizou do dia para a noite. Levou mais ou menos uma década, os anos 70, quando a maioria dos governos da OCDE – Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento – tratava de aplicar remédios Keynesianos às crises econômicas. Mas, ao final da década, em 1979, surgiu a oportunidade. Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita.

Anderson (1995), traça uma verdadeira linha do tempo da trajetória do Neoliberalismo nos países da Europa. Acompanhando essa linha temporal, percebemos que sete anos após a Dinamarca implantar o Neoliberalismo o Brasil, por meio do presidente Collor, em 1990, introduziu as ideias neoliberais nas políticas econômicas da república brasileira. Como já mencionamos, o pioneirismo de Collor

²³As ideias neoliberais surgiram inicialmente em 1947, com o célebre encontro entre um grupo de intelectuais conservadores em Monte Pélier, na Suíça, onde formaram uma sociedade de ativistas para combater as políticas do Estado de Bem-estar social. Essas ideias foram formuladas pelo economista Friedrich August Von Hayek. A obra *O Caminho da Servidão* (HAYEK, 1994), escrita em 1944, é considerada seu ponto de partida. Nessa obra, Hayek expôs os princípios mais gerais da doutrina, assegurando que o crescente controle do estado levaria fatalmente à completa perda da liberdade, afirmando que os trabalhistas conduziram a Grã-Bretanha pelo mesmo caminho dirigista que os nazistas haviam imposto à Alemanha. A outra vertente do Neoliberalismo surgiu nos Estados Unidos e se concentrou na chamada escola de Chicago do prof. Milton Friedman. Esta combatia a política de New Deal do Presidente F. D. Roosevelt por ser intervencionista e pró-sindicatos. O economista Milton Friedman publicou em 1962 a obra *Capitalismo e Liberdade* (PEREIRA; LIMA, 2008, p. 275).

em implantar o Neoliberalismo no Brasil, o que não foi possível a consolidação do avanço dessas políticas por meio do Governo do presidente Fernando Collor de Mello, porque o mandato do presidente em questão foi denunciado com a acusação de fortes práticas de corrupção, fato este, que resultou na abertura de um processo de Impeachment e em 29 de setembro de 1992 o presidente foi impedido do exercício do seu mandato, o qual veio ao seu mais alto estado de gravidade quando consolidou-se em 29 de dezembro de 1992, com a cassação do seu mandato. A tendência pioneira de Collor foi confirmada ao ser ele também, o primeiro presidente do Brasil eleito pelo voto direto a sofrer um processo de Impeachment seguido da cassação de seu mandato. A respeito dessa realidade, Gennari (2002, p. 8), acrescenta:

nesse sentido, no Governo Collor, teve início o mais radical processo de abertura comercial já registrado desde pelo menos a chamada mudança do eixo dinâmico, nos anos trinta, brilhantemente descrito por Celso Furtado em sua obra *Formação Econômica do Brasil*. As alíquotas médias passaram de 30,5% em 1989 para 32,2% em 1990. Baixaram para 25,3% em 1991 e reduziram mais ainda para 20,8% em 1992, último ano de governo efetivo de Collor de Mello que sofreu processo de impeachment em outubro de 1992 devido às denúncias de corrupção num ambiente de completo fracasso do Plano Collor II.

Com o Impeachment, o presidente Collor, apesar de iniciar uma série de mudanças nas políticas econômicas do Brasil; não pôde levar adiante as suas políticas devido ao fato de seu mandato como presidente da república ter sido interrompido precocemente. Mesmo assim, o presidente Collor conseguiu desenvolver uma política cujo propósito era oportunizar exclusividade para o mercado em detrimento do Estado. Com as políticas de globalização neoliberal, o que se desenhava nas medidas deste governo era um Estado que perdia cada vez mais a exclusividade de interferência no mercado, instituindo, assim, um Estado mínimo. Collor não consolidou o Neoliberalismo, mas iniciou as políticas neoliberais no país; quando assumiu o governo, ele estabeleceu diretrizes²⁴ que culminaram em privatizações de empresas estatais através do Programa Nacional de Desestatização (PND) (GENNARI, 2002).

²⁴ Dentre as principais diretrizes do governo Collor destacaram-se: a mudança do signo da moeda, a desindexação geral, principalmente entre preços e salários, reformulação dos mercados cambiais, com a criação do dólar livre para as operações de exportação, importação e transações financeiras, programa de privatização, de desregulamentação, supressão de subsídios, reforma administrativa com o objetivo de instalar a demissão de funcionários públicos federais etc. (OLIVEIRA, J., 2006).

Collor abriu a economia brasileira e estabeleceu uma competitividade no mercado, viabilizou prioridade para o mercado, reduziu os preços e minimizou Estado. Nesse sentido, Carvalho (2000, p. 210) acrescenta:

ao assumir o governo em 15 de março de 1990, o presidente Collor de Mello passa a desenvolver uma política de corte neoliberal com prioridade absoluta para o mercado, enquanto orientação e caminho para uma nova integração econômica internacional e modernidade institucional. Tal política tem como eixo a diminuição do papel do Estado, na perspectiva de um Estado mínimo, dentro das orientações dos centros hegemônicos para o ajuste dos países periféricos. Assume, como diretrizes gerais de atuação de governo, estratégias básicas da agenda de Washington: abertura comercial; reforma administrativa, patrimonial e fiscal do Estado; programa e privatizações; renegociação da dívida externa; liberalização dos preços; desregulamentação salarial; redução dos gastos públicos.

O governo de Fernando Collor foi sucedido pelo governo do presidente Itamar Franco, que também não consolidou o processo de implantação do projeto Neoliberal porque o seu mandato durou apenas dois anos (1992-1994). Cabe ressaltar que Itamar Franco era o vice-presidente de Fernando Collor e assumiu a presidência após este ficar impedido de concluir o mandato de quatro anos para o qual foi eleito. Todavia, o presidente Itamar, ao implantar o plano Real, conseguiu chamar a atenção da comunidade nacional e internacional, levando o país a introduzir algumas transformações na sua economia. Apesar de essas transformações não resultarem na implantação, de fato, do Neoliberalismo no país, Itamar teve a sua importância na preparação dos caminhos para uma introdução dessas políticas pelo seu sucessor.

Nesse sentido, Carinhato (2008, p. 39) afirma:

concluído o processo de impeachment, o vice-presidente Itamar Franco assumiu o posto para completar os dois últimos anos restantes daquele mandato. Suas principais orientações eram resgatar a ética na política e preparar o país para implantação de um novo plano de estabilização.

Em meio a este governo transitório, protagonista de mudanças significativas para uma futura sucessão, surgiu a era FHC, como ficou conhecido mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito pelo povo democraticamente. Foi neste governo, realizado em dois momentos, com duração de oito anos de (1994 - 2002) que as políticas Neoliberais, encontraram as bases para a sua consolidação no cenário brasileiro.

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi responsável pela consolidação do projeto neoliberal no país. Com diversos processos de privatização de estatais e uma abertura desenfreada de instituições privadas de ensino superior, seu governo, através do Ministro da Educação

Paulo Renato de Souza, desenvolveu entre outras coisas mecanismos de avaliação como Provão e ENEM, que correspondem em larga medida ao processo de criação de mecanismos que favorecem o ensino privado em detrimento do ensino público (BASTOS, 2007, p. 49).

Seguindo os rastros do Neoliberalismo, o governo de FHC assumiu posições políticas e econômicas que alteraram significativamente o liame existente na vivência do Estado com o mercado. O objetivo central dessa ação foi aplicado de forma sutil para que não se percebesse as intervenções nas políticas estatais da reconhecida característica do Neoliberalismo, a qual podemos chamar de minimização do Estado, que visa transferir as obrigações constitucionais em relação ao público para a iniciativa privada, limitar a intervenção do Estado na economia do mercado e equiparar o trato entre as empresas de capital interno brasileiro e as empresas de capital internacional. O êxito do presidente Fernando Henrique Cardoso com essas ações se deu pelo fato de o seu governo possuir a maioria no Congresso Nacional, o que facilitou o avanço nas aplicações dessas medidas transformadoras na política e na economia do Brasil. FHC conseguiu, com a ampla maioria do Congresso, aprovar uma reforma na Constituição Federal.

Sallum Jr (1999, p. 31) pontua da seguinte forma as reformas mais significativas obtidas no Congresso Nacional:

os mais relevantes foram: a) o fim da discriminação constitucional em relação a empresas de capital estrangeiro; b) a transferência para a União do monopólio da exploração, refino e transporte de petróleo e gás, antes detido pela PETROBRÁS, que se tornou concessionária do Estado (com pequenas regalias em relação a outras concessionárias privadas); c) a autorização para o Estado conceder o direito de exploração de todos os serviços de telecomunicações (telefone fixo e móvel, exploração de satélites, etc.) a empresas privadas (antes empresas públicas tinham o monopólio das concessões).

Como é notório, a reforma do Estado realizada no governo de Fernando Henrique Cardoso passou plenamente pela chancela das políticas minimizadoras das ações do Estado implementadas no mundo pelo Neoliberalismo. Estas reformas concentraram-se em mudanças nas empresas de telecomunicações e de explorações de minerais preciosos, como foi com o petróleo. Com Cardoso, a iniciativa privada passou a ter amplo privilégio no tocante à exploração dos serviços de telecomunicações, o que antes era de exclusividade do Estado. Neste período, iniciou-se uma consolidação de privilégios às empresas de capital estrangeiro no território nacional. Destacamos que o Governo de FHC não teria logrado nenhum sucesso sem o apoio do Congresso Nacional.

Além de desencadear este conjunto de reformas constitucionais, o governo Fernando Henrique estimulou fortemente o Congresso a aprovar Lei complementar regulando as concessões de serviços públicos para a iniciativa privada, já autorizadas pela Constituição (eletricidade, rodovias, ferrovias, etc.), conseguiu a aprovação de uma Lei de proteção à propriedade industrial e aos direitos autorais nos moldes recomendados pelo GATT e preservou o programa de abertura comercial que já havia sido implementado. Sustentado pela legislação que permitia e regulava a venda de empresas estatais desde o período Collor e pelas reformas constitucionais promovidas desde 1995, executou um enorme programa de privatizações e de venda de concessões tanto no âmbito federal como no estadual (SALLUM JR, 1999, p. 32).

O período do governo brasileiro presidido por FHC foi marcado por uma reforma no Estado cuja bandeira levantada tinha em sua estampa os traços da privatização das empresas públicas. Foi uma reforma que priorizou a transferência da gestão das empresas públicas para a administração autoritária capitalista existente na iniciativa privada. Assim, desencadeou uma privatização ou transferência do patrimônio público para os grandes grupos capitalistas nacionais e internacionais privados. Nesse contexto, o Estado “deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (BRASIL/MARE, 1995, p. 12).

Nesta reforma, o Estado perdeu o seu status de senhor do desenvolvimento econômico para ser o elemento que exerce uma função de regulação da economia. No governo FHC, por meio de uma política neoliberal, o Estado passou a ceder ao privado a exclusividade de serviços que antes eram de pertencimento do poder estatal. Neste governo iniciou-se uma reforma do Estado cujo propósito era transferir as competências do Estado para o mercado capitalista. Do conjunto de serviços sociais que era de pertencimento exclusivo do Estado e que passou a ser gerido também pelo mercado podemos arrolar a educação, a saúde, entre outros, que passaram a ser oferecidos também pelo mercado. Sobre essa forma de minimizar as ações do Estado, Azevedo (2014, p. 26) afirma:

há uma interferência das atribuições sociais e econômicas do estado para o mercado, cabendo ao estado, serviços mínimos necessários para garantir a ordem, ou seja, é uma regulação social por meio do mercado. De fato, na ótica neoliberal os serviços sociais como educação, saúde, emprego e renda, previdência, não mais somente serão ofertados pelas políticas públicas do Estado, mas também por indivíduos e pelo próprio mercado, sob a justificativa de que a educação enquanto política social e objeto concorrente para minimização das desigualdades sociais permanecem subsidiados pelo Estado.

É evidente que a partir das mudanças estabelecidas no governo de FHC as intenções neoliberalistas foram ocupando espaço enquanto o Estado perdia paulatinamente a exclusividade em ofertar serviços que seria da sua própria natureza oferecer à sociedade. É importante ressaltarmos que mudanças dessa natureza foram incentivadas pelos organismos internacionais, o que conduziu o governo a menosprezar as conquistas adquiridas na Constituição de 1988. Entre estas conquistas, ressaltamos, nas políticas públicas, aquelas de perfil social. Netto (1999, p. 89) simplifica este modo sutil de estabelecer as políticas neoliberais no país com a seguinte expressão: “Estado Mínimo para os trabalhadores e o Estado Máximo para o Capital”. Dessa maneira, a proposta emergente Neoliberal estava se consolidando como instrumento norteador das políticas no Brasil.

A Educação Superior, nos oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, não esteve imune às influências das políticas neoliberais que estavam sendo consolidadas neste mandato governamental. Neste governo, a educação superior era vista como um ponto de partida para o desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e social, portanto seria inevitável a identidade de uma educação superior com caráter puramente econômico. Essa proposta de uma educação superior com identidade econômica sustentava-se nas propostas de um projeto neoliberal porque, em sua essência, objetivava o fortalecimento das instituições privadas. No olhar de Cunha (2003, p. 38-39), seria necessário realizar uma parceria entre setor público e privado para garantir o sucesso dessa proposta na Educação.

A característica mais marcante da educação como meta prioritária da proposta é o destaque para o papel econômico da educação, como “base do novo estilo de desenvolvimento”, cujo dinamismo e sustentação provêm de fora dela mesma – do progresso científico e tecnológico. Essa indução atuaria no sistema educacional pelo topo, isto é, pela universidade, entendendo-se que a competência científica e tecnológica é fundamental para garantir a qualidade do ensino básico, secundário e técnico, assim como aumentar a qualificação geral da população. Para se conseguir isso, a proposta afirmava a necessidade de se estabelecer uma “verdadeira parceria” entre setor privado e governo, entre universidade e indústria, tanto na gestão quanto no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico (CUNHA, 2003, p. 38-39).

Percebemos que, conforme Cunha (2003), a educação superior no governo FHC estava passando para um outro momento em sua história cuja finalidade era estabelecer uma relação mais próxima com a iniciativa privada. Notamos que a partir desse governo estava se fortalecendo a ideia de se promover um financiamento

público nas instituições privadas. Assim, durante o governo FHC, o projeto neoliberal foi ganhando forma e se consolidando em todos os setores, inclusive, no setor educacional brasileiro.

A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao governo federal, no ano de 2003, foi marcada pela continuidade das reformas do Estado iniciadas pelos governos anteriores, aqui mencionados, com uma perspectiva neoliberal voltada para atender os interesses da classe dominante brasileira. Todavia, não podemos deixar de destacar que este continuísmo teve como base de apoio as classes que mais têm sofrido as consequências dessas reformas no Estado. Como diz Boito Jr (2003, p. 14), “o continuísmo do governo Lula dispõe também de bases de apoio na classe média e, inclusive, no campo operário e popular”. Nesse sentido, podemos falar que a classe operária representada pelo sindicalismo exerceu um papel fundamental na sustentação do governo de Lula. Boito Jr (2003, p. 5) ressalta o seguinte sobre o continuísmo neoliberal de Lula:

no campo das classes trabalhadoras, o primeiro ponto de apoio do qual dispõe o governo para manter o modelo neoliberal é o setor que representa o núcleo duro do novo sindicalismo. Trata-se de uma parte dos trabalhadores assalariados que usufrui condições de trabalho e de remuneração superiores aos da grande massa operária e popular e que dispõe de grande capacidade de organização e de luta sindical. Essa camada está representada, em primeiro lugar, pelos operários das montadoras de veículos e de outras grandes empresas multinacionais, por petroleiros, por bancários de grandes bancos privados e estatais e alguns outros setores. O segundo ponto de apoio popular para o continuísmo do governo Lula tampouco é criação sua. Na verdade, é uma das heranças políticas e ideológicas conservadoras dos governos Collor e FHC e representa um verdadeiro achado da política neoliberal no Brasil e na América Latina.

Lula não só manteve as bases do paradigma capitalista em seu governo, como também ampliou as práticas neoliberais que seus antecessores iniciaram. É claro que o governo Lula não realizou mudanças no programa do projeto político econômico iniciado no limiar da década de 1990 pelos presidentes que lhe antecederam.

Ainda sobre a reforma do Estado em Lula, no que diz respeito ao seu governo (2003–2010), passou a ser desenvolvida uma reforma nas políticas de investimentos por meio de financiamento de recursos públicos nas empresas de educação superior privadas. Estas práticas foram veementemente criticadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na ocasião do governo gerido pelo Partido da Social Democracia

(PSDB) que tinha como representante o Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Leher, (2010, p. 371) acrescenta sobre este fato:

o governo Cardoso foi asperamente criticado pelo PT por ter ampliado as matrículas na educação superior privada a partir da concessão de empréstimos subsidiados aos estudantes pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior FIES. No entanto, as matrículas subsidiadas pelo Fies cresceram em ritmo ainda maior no governo Lula da Silva.

Como podemos perceber, o governo de Luís Inácio Lula da Silva foi uma continuação mais acentuada das reformas no Estado com a marca das políticas neoliberais. Klering, Porsse e Guadagnin (2010) afirmam que o presidente Lula, no transcorrer dos anos de 2003 a 2010, período que compreendeu os seus dois mandatos, preservou e reproduziu as políticas gerencialistas da reforma de 1995 iniciadas por FHC, visto que ele, em seus projetos, ele deu ênfase aos programas sociais de inclusão. Sobre estas reformas acrescenta:

as reformas propostas pelo governo Lula agregam um conjunto de ações voltadas para um Estado promotor da inclusão social, as quais envolvem três categorias que guardam semelhanças com a reforma dos anos 90, na qual foram implantadas reformas estruturais (Reforma do Estado e do seu aparelho) e reformas administrativas (da administração pública), sendo essas últimas voltadas para a retomada da performance e da qualidade dos serviços públicos (KLERING; PORSSE; GUADAGNIN, 2010, p. 9).

O Estado em Lula passou por uma reforma, conforme mencionado acima, compreendida a partir de três eixos identificados pela reforma no paradigma da gestão pública. O primeiro eixo contemplava ações por meio de programas do governo federal com avaliações de desempenho; o segundo eixo estava voltado para um aperfeiçoamento do perfil dos serviços públicos; e o terceiro eixo alcança mudanças na estrutura do executivo. Esses indicativos de reforma do Estado em Lula mostraram um continuísmo das reformas iniciadas no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Ainda a respeito do contexto de atuação do governo Lula, Abrucio (2007) discorre sobre o continuísmo das ações em experiências governamentais que antecederam o período da governança petista, a partir da representação personificada no Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O governo Lula continuou uma série de iniciativas advindas da experiência anterior da modernização do Estado brasileiro, particularmente no reforço de algumas carreiras, no campo do governo eletrônico e na nova moldagem que deu à Controladoria Geral da União, hoje um importante instrumento no combate à ineficiência e à corrupção. Além disso, aproveitou sua inspiração na democracia participativa para discutir mais e melhor o PPA com a sociedade, em várias partes do Brasil, realizando um avanço no campo do

planejamento. Só que a experiência petista no plano local, com vários casos de sucesso, tem sido menos aproveitada do que se esperava, infelizmente (ABRUCIO, 2007, p. 77).

Lula alimentou a esperança de um governo democrático com a participação do povo e voltado para atender, em primeira instância, aos interesses das camadas sociais menos favorecidas. Apesar dos programas sociais desenvolvidos em seu governo, como o Bolsa Família, o Brasil Alfabetizado, o Educação Jovens e Adultos (EJA) e o PROUNI, este foi marcado por iniciativas e comprometimentos com os mecanismos internacionais cujo interesse era atender as conveniências e favorecer os grupos empresariais do capitalismo brasileiro.

3.3 O Neoliberalismo nas Políticas Educacionais do Brasil

Com a introdução do ideal neoliberal no contexto das políticas brasileiras, passou-se a pensar, a partir daí, em uma reestruturação do sistema de ensino no Brasil. Tratava-se de uma reforma educacional impulsionada pela necessidade de melhorar a qualidade da educação brasileira, e o seu fim seria desviado por conta do novo contexto social e político. O papel da educação deixou de ser o de preparar o indivíduo para a vida ou para a cidadania e assumiu o posto de capacitar o homem para o mercado.

As mudanças introduzidas pelo Neoliberalismo foram alavancadas com o argumento de que o Estado seria o responsável pela crise instalada na economia e na sociedade de modo geral, mas, na verdade, havia a intenção de desviar a atenção da sociedade da própria crise do capitalismo. O propósito do ideário neoliberal era insinuar que o Estado não estava apto para gerir o mercado, uma vez que este era o causador da desestabilização do mercado e, por isso, consistia numa pessoa jurídica ineficiente para intervir no mercado.

A proposta neoliberal pautava-se em substituir o papel de interventor do mercado e da economia, a instituição pública pela iniciativa privada. O mercado seria gerido pelo seguimento privado, uma vez que este seguimento seria mais eficiente em termos de gestão do próprio mercado. Nesse sentido, serviços essenciais para o bem-estar da sociedade que deveriam ser ofertados pelo setor público passariam a ser mercantilizados às pessoas pelas empresas privadas.

Essa ideologia de exaltação do mercado se expressa através de um discurso polêmico: ela assume, no mais das vezes, a forma de uma crítica agressiva a intervenção do Estado na economia. O discurso neoliberal

procurava mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal (BOITO JR, 1999, p. 45).

O Neoliberalismo tem como política basilar a exaltação do mercado capitalista em detrimento do gerenciamento da iniciativa pública no mercado do capital. Por esta razão, as políticas neoliberais se pautam no discurso da fragilidade estatal em gerenciar o mercado. O objetivo é enfraquecer o poder do Estado sobre o mercado e fortalecer a economia privada como gestora e interventora das políticas econômicas no mercado do capital.

Frigotto (1995, p. 83) defende que “comprados e regidos pela férrea lógica das Leis do mercado. Na realidade, a ideia de Estado mínimo significa o Estado suficiente e necessário unicamente para os interesses da reprodução do capital”. Então, a minimização da máquina estatal serviria exclusivamente para a reprodução do capital e não para atender à sociedade com os serviços que seriam de sua competência. O mercado sob a não intervenção do Estado passa viver um novo momento em sua dinâmica:

nessa linha de raciocínio, o ideário neoliberal pregou a “nova era do mercado”, que passa a ser defendida como a única via possível da sociabilidade humana. A “ética utilitarista e individualista do liberalismo conservador” é reafirmada e aprofundada, e a exclusão e a desigualdade são justificadas como elementos fundamentais para a competitividade, necessária à motivação humana (MANCEBO; MAUÉS; CHAVES, 2006, p. 40).

Com a difusão das políticas neoliberais, acirra-se a competitividade social no mercado, que tem como componentes importantes a exclusão e a desigualdade social. Essa competitividade reflete diretamente na educação, que passa ter a função de capacitar os personagens que encenarão a competitividade na sociedade. Nesse sentido, as pessoas que não conseguirem uma formação que lhes ofereça condições e competências para ocupar o seu espaço no mercado serão excluídas do mesmo. Frigotto (1998, p. 14) acrescenta que nesse estado de constante competição “busca-se firmar uma consciência alienada de que os vencedores ou os incluídos devem-no a seu esforço e competência. Os excluídos, os derrotados ou os miseráveis pagam o preço de sua incompetência ou de suas escolhas”. No estado neoliberal, o mérito ou demérito que definem a posição de cada indivíduo na sociedade.

É notório que o Neoliberalismo, ao difundir e implantar as suas políticas sustentadas pelo mercado do capital e a competitividade social, contribuiu consideravelmente para o aceleramento das desigualdades sociais no Brasil e no

mundo. No território nacional, a relação desigual acontece no circuito interestadual e também na convivência interna dos estados da Federação. O Estado liberal, que legou à sociedade capitalista mundial a herança neoliberal, tem em sua dinâmica a reificação dos indivíduos, levando-os à desumanização. É dessa forma que o Neoliberalismo amplia a condição desigual das classes e exclui da sociedade as pessoas que não conseguem um mérito para se sobressair entre os demais cidadãos. Na sociedade neoliberal, privatista, excludente e meritocrática, o cidadão, para alcançar um nível mais elevado na sociedade e se destacar da margem social, pode comprar a sua formação no mercado, que tem a educação como uma mercadoria a ser vendida para as pessoas de melhor status financeiro. O Neoliberalismo só aumenta a desigualdade e faz da educação uma mercadoria no mercado como outra qualquer.

As desigualdades tanto entre Estados como dentro de cada Estado aumentaram dramaticamente durante a era do Neoliberalismo global. O capital global em sua presente forma neoliberal degrada, desumaniza e leva a um aumento das desigualdades entre as classes sociais dentro dos Estados e globalmente. Estes efeitos aumentam as desigualdades entre as classes sociais (influenciadas pela raça e o gênero) dentro dos Estados, aumentando as desigualdades das classes sociais (influenciados pela raça e o gênero) entre os Estados. A degradação e a capitalização da humanidade, inclusive a degradação ambiental, tem efeitos relacionados especialmente às classes sociais. Aqueles que podem comprar água potável não morrem de sede ou de diarreia. Em relação ao ensino, aqueles que têm capital econômico e cultural conseguem ter posição de vantagem nos “quase-mercados” (quasimarkets) das escolas locais. Aqueles que não têm, sofrem as consequências (HILL, 2003, p. 28).

Privatizar é a bandeira levantada pelo Neoliberalismo. O propósito é reduzir o quanto for possível a ação do Estado em serviços para a população que seriam da sua alçada. Ressaltamos que essa maratona privatista só seria interessante para a iniciativa privada caso esse negócio auferisse lucros. Com essa intenção, o BM estimulou a criação de um mercado que fosse capaz de oferecer a viabilidade das privatizações de maneira que as empresas privatizadas pudessem ser rentáveis economicamente. O BM incentivou o Estado a desenvolver uma política de cortes de gastos em setores que ofereciam serviços públicos; tais serviços passam a ser ofertados sem qualidade e, assim, beneficiam a iniciativa privada que oferta o mesmo serviço com uma aparente qualidade.

Acerca deste aspecto devastador do serviço público de bem-estar social, Mancebo, Maués e Chaves (2006, p. 41) argumentam que:

enquanto na política econômica Keynesiana o Estado assumia papel central no desenvolvimento do modo de produção capitalista, no novo sistema de

acumulação flexível ou capitalismo financeiro, fundamentado no ideário neoliberal, a privatização assume posição central, com vistas ao enxugamento do Estado, gerando, em decorrência, o fortalecimento do mercado.

A tendência neoliberal é a de promover um processo de sucateamento das instituições públicas para fortalecer o argumento da necessidade urgente de realizar uma reforma no Estado caracterizada pela privatização das estatais, passando a posse dessas instituições para as empresas capitalistas privadas. Nesse sentido, o Neoliberalismo causa um impacto avassalador na educação ao desenvolver políticas e programas com caráter social, porém privatista. Assim, podemos dizer que o Neoliberalismo fundamentado no ideário da privatização se propõe, por intermédio do Estado, a intervir nas políticas educacionais do Brasil.

As regras do projeto neoliberal são ditadas pelos organismos internacionais. Nesse sentido, o BM imprimiu políticas que favorecem as empresas privadas. Dentro deste contexto de imposição dessas políticas, a educação superior passou por intervenções quando o BM estabeleceu a ideia de ampliar a implantação de instituições de ensino superior não universitário sob a gestão ampla e irrestrita da iniciativa privada.

A introdução de uma maior diferenciação no ensino superior, ou seja, a criação de instituições não universitárias e o aumento de instituições privadas, podem contribuir para satisfazer a demanda cada vez maior de educação superior e fazer com que os sistemas de ensino melhor se adequem às necessidades do mercado de trabalho (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 31).

O BM juntamente com outros organismos internacionais estabeleceu determinações sobre o estado nacional brasileiro que incentivam a desenvolver uma política educacional com um direcionamento voltado para o mercado do capital. Assim, a educação brasileira passou, por influência dos organismos internacionais, a ofertar uma educação não voltada para preparar o indivíduo para vida, mas para atender as demandas do mercado.

As instituições mundiais propuseram uma reestruturação dos sistemas educacionais pautada nas políticas neoliberais, levando o governo a tomar medidas que favorecessem o empresariado brasileiro. Dentre essas medidas podemos citar a privatização de empresas e serviços públicos. Na educação, a privatização se dá quando começam a surgir, com incentivo e facilitação do governo federal, os mais diversos grupos que instalam IES privadas.

A reestruturação mundial dos sistemas de ensino e educacionais faz parte de uma ofensiva ideológica e política do capital neoliberal. A privatização dos serviços públicos, a capitalização e a reificação da humanidade e dos comandos globais das agências do capital internacional – apoiados pela desestabilização de governos que resistem e, por fim, pelas cavalarias armadas dos EUA, seus aliados e mandatários – resultaram na criação de mercados competitivos quase globais (se não universais) para os serviços públicos e aqueles voltados ao bem-estar social, tais como a educação. Estes mercados educacionais são marcados pela seleção, exclusão e são acompanhados por, e situam-se dentro de, um quadro de crescimento exponencial das desigualdades, quer no âmbito da nação, quer internacionalmente (HILL, 2003, p. 25).

Essas determinações só aprofundam mais ainda as condições de desigualdade da sociedade, estabelecem a competitividade educacional e dão à educação o perfil de mercadoria, vista como uma coisa qualquer.

A década de 1990 entrou para história por ter sido neste período que as políticas neoliberais passaram a tomar forma a partir dos governos que foram instituídos ao longo desses anos.

No cenário brasileiro, todo esse ideário só é implementado com sistematicidade a partir de 1990, quando foi iniciada uma série de reformas no Estado, tendo como centralidade a privatização. O discurso privatista dos governos brasileiros, desde Fernando Collor de Mello, proclama a superioridade do setor privado sobre o público, ao mesmo tempo em que atribui ao mercado características de impulsor do crescimento econômico (MANCIBO; MAUÉS; CHAVES, 2006, p. 41).

Neste período, ficou evidente a intenção de se estabelecer uma exaltação à iniciativa privada em relação ao setor público. O mercado passou a ser a bola da vez, visto como o único meio de impulsionar e favorecer indubitavelmente o desenvolvimento da economia.

Esse foi o perfil da década de 1990, um período que abriu os portais da República Federativa do Brasil para as políticas neoliberais. Como essas políticas tinham tendências de penetrar e propor mudanças em todos os setores da sociedade, a educação superior não se encontrava calcada em privilégios que lhe excluísse do raio de penetração do ideário neoliberal. Nesse contexto, o Neoliberalismo entrou na história da educação brasileira, incentivado pelos organismos internacionais e impôs mudanças no sistema educacional mediante suas políticas excludentes, capitalistas e de competitividade para atender às exigências do mercado do capital. Em relação ao discurso neoliberal, Prado (2012, p. 78) afirma:

há vários anos o Brasil vinha organizando suas políticas educacionais em função das determinações político-econômicas internacionais, mas é,

especificamente a partir da década de 90 que o país se rende por completo às pressões dos organismos multinacionais, em especial dos bancos, como o Banco Mundial - BM e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD. O discurso neoliberal passa a fazer parte do cenário educacional, reorganizados em função dos critérios de mercado.

O período datado de 1º janeiro de 1995 a 31 de dezembro 2002 marcou o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Chamamos a atenção para este período porque foi neste que o processo de privatização no ensino superior teve início como uma das medidas da ideologia Neoliberal. O governo federal foi o maior incentivador da disseminação dessas instituições privadas, ampliando o credenciamento das IES privadas e facilitando o financiamento estudantil para o ingresso nestas instituições. O governo de FHC foi marcado pelo sucateamento das IES públicas e, em contrapartida, pelo favorecimento das IES privadas com benefícios e isenções fiscais, o que contribuiu muito para o crescimento de universidades e centros universitários privados.

Procurando uma visão de conjunto, podemos concluir que as políticas do governo FHC voltadas para as esferas pública e privada do ensino superior são distintas, mas compatíveis e convergentes. O protagonismo de agentes do setor público e do setor privado, eficaz a ponto de se refletir na legislação federal, produziu pelo menos duas mudanças profundas no campo do ensino superior brasileiro: a diferenciação das instituições privadas com fins lucrativos, que ficarão excluídas dos benefícios dos recursos públicos, e a diferenciação das instituições dotadas de autonomia universitária, tanto públicas quanto privadas, a maioria delas tendencialmente “rebaixadas” à nova categoria dos centros universitários, onde o princípio constitucional da indissociação entre ensino, pesquisa e extensão deixa de prevalecer (CUNHA, 2003, p. 58).

O incentivo dado pelo governo federal neste período favoreceu a multiplicidade das IES privadas. Com este aumento as empresas voltadas para o ensino superior passaram a considerar a educação superior como um negócio. Essa nova visão auxiliou no surgimento de um ambiente de competitividade no mercado da educação superior. A iniciativa privada não tinha um olhar de educação para formar cidadão, a visão dos empresários da educação era de mercado, portanto a educação privatizada tinha o foco em preparar o estudante para o mercado, não sendo mais vista como bem público para o público, mas como um produto no mercado, exposto ao lado das outras mercadorias a serem vendidas. Em relação a este momento de competitividade, Oliveira e Dourado (2003, p. 80) reiteram que:

a competitividade mercantil foi incorporada na lógica das políticas do governo federal na medida em que houve um processo de facilitação da criação de instituições e de cursos, da adoção de uma perspectiva de tratamento dos alunos como clientes e/ou consumidores de produtos

acadêmicos, da ênfase em uma expansão pela via das IES e cursos privados, da redução de gastos nas IFES, dentre outras.

A tabela da página seguinte mostra em termos estatísticos, colhidos do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, a expansão do ensino superior privado a partir dos anos de 1990, quando as políticas neoliberais foram iniciadas no contexto da educação superior brasileira.

Tabela 1 - Número de instituições de educação superior por organização acadêmica e natureza administrativa - Brasil/1990-2000

Ano	Total	Universidades		Fac. Integradas e Centros Universitários		Faculdades, escolas e Institutos		Centros de Educação Tecnológica	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
1990	918	55	40	0	74	167	582	-	-
1991	893	59	40	3	82	160	549	-	-
1992	893	60	46	3	81	164	539	-	-
1993	873	61	53	3	85	157	514	-	-
1994	851	68	59	3	84	147	490	-	-
1995	894	72	63	10	101	128	520	-	-
1996	922	72	64	11	132	128	515	-	-
1997	900	77	73	1	90	133	526	-	-
1998	973	77	76	0	93	132	595	-	-
1999	1097	72	83	2	*111	102	711	16	0
2000	1180	71	85	**3	▲137	83	782	19	0

Fonte: INEP, 2003.

* 39 Centros Universitários

** 01 Centro Universitário

▲ 49 Centros Universitários

Notamos que o número de instituições privadas dobrou em relação as públicas entre os anos de 1990 a 2000. Considerando o ano 2000, percebemos que a evolução das instituições privadas foi bem maior que as públicas. No ano de 1990, existia 55 universidades públicas e 40 universidades particulares, 74 Faculdades Integradas e nenhuma pública, 167 Faculdades, Escolas e Instituições públicas, contra 582 privadas. Dez anos depois, precisamente no ano 2000, existia 71 universidades públicas e 85 universidades particulares, 137 Faculdades Integradas privadas e apenas 3 públicas, 83 Faculdades, Escolas e Instituições públicas, contra

782 privadas. É notório o elevado crescimento das IES privadas em comparação com as públicas. Ressaltamos que o número de Faculdades isoladas cresceu quase 4 vezes mais em relação ao crescimento das públicas.

4 A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR E O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI

Este capítulo é composto por duas seções. Na primeira, faremos um breve histórico sobre o Programa Universidade para Todos (PROUNI) no contexto da reforma do ensino superior, pois entendermos que este foi um dos programas que materializou a referida reforma. Na segunda seção faremos um levantamento das pesquisas sobre o Programa Universidade para Todos (PROUNI) desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação das universidades brasileiras nos níveis de mestrado e doutorado, considerando um recorte temporal entre os anos de 2006 a 2015. Esse levantamento do estado da arte do conhecimento justifica-se por entendermos a sua relevância para discutir e situar o PROUNI.

4.1 Histórico da Criação do PROUNI (contextualização do programa)

O programa Universidade Para Todos nasceu dentro de um contexto em que o Presidente Lula (2003-2006) deu sequência as políticas privatistas iniciadas em governos anteriores. Políticas estas inseridas no conjunto de reformas do sistema educacional brasileiro, dentre as quais se destacam:

- a) Decreto 4.914, de 11/12/2003 dispõe sobre os centros universitários alterando o art. 11 do Decreto nº 860, de 9 de julho de 2001;
- b) Lei nº 10.861, de 14/04/2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES;
- c) Lei nº 10.973, de 2/12/2004 que dispõe sobre incentivos à inovação tecnológica;
- d) Lei nº 11.079, de 30/12/2004 que institui a Parceria Público Privado;
- e) Decreto Presidencial nº 5.225, de 1/10/2004 que elevou os Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs à categoria de Instituições de Ensino Superior;
- f) Decreto Presidencial nº 5.205, de 20/12/2004 que regulamenta as fundações de apoio privadas no interior das IFES;
- g) Decreto Presidencial nº 5.622, de 19/12/2005 que regulamenta a educação à distância no Brasil e consolida a abertura do mercado educacional brasileiro ao capital estrangeiro;
- h) o Decreto nº 5.773, de 9/05/2006 que estabelece normas para as funções de regulação, supervisão e avaliação das IES;
- i) Decreto Presidencial nº 5.245, de 18/10/2004 transformado na Lei nº 11.096/05 (que criou o Programa Universidade para Todos – PROUNI); e
- j) o Projeto de Lei nº 7.200/06, encaminhado pelo governo federal ao Congresso Nacional, em junho de 2006, que estabelece nova regulamentação para a educação superior brasileira (BRASIL, 2005).

As medidas normativas expressas nesses Decretos estabelecem e prosseguem com as políticas de expansão da educação superior motivadas pelas

políticas privatistas neoliberais. Destacamos que a expansão e multiplicidade das instituições de ensino superior privadas fazem parte das determinações do BM para a educação superior na América Latina, estabelecida na proposta de *La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia*. Nesta, o Banco Mundial (1995, p. 31) orienta que:

a introdução de uma maior diferenciação no ensino superior, ou seja, a criação de instituições não universitárias e o aumento de instituições privadas, podem contribuir para satisfazer a demanda cada vez maior de educação superior e fazer com que os sistemas de ensino melhor se adequem às necessidades do mercado de trabalho.

Neste contexto, o governo federal por meio da medida provisória nº 213 de 10 de setembro de 2004 instituiu o Programa Universidade Para Todos - PROUNI. Com a aprovação do Congresso Nacional, quatro meses depois, em 13 de janeiro de 2005, esta medida foi transformada na Lei nº 11.096/2005. O texto da referida Lei diz:

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005).

O programa, dentro do contexto das políticas públicas do governo, almeja a inserção social e educativa associada a um favorecimento fiscal de tributos permitido pelo governo federal às IES privadas. Nesse sentido, é exigido dessas empresas a concessão de bolsas aos estudantes necessitados. O PROUNI, no conjunto das políticas públicas afirmativas²⁵ do governo federal, tem como foco garantir o acesso e permanência aos estudantes contemplados pela bolsa na vida acadêmica. Assim, o PROUNI abre oportunidade a esses estudantes que historicamente enfrentaram barreiras no acesso ao ensino superior. Nesse sentido, Faceira (2009, p. 51) afirma:

O Prouni consiste numa política pública voltada à garantia do acesso, permanência e produtividade acadêmica desses estratos da população no ensino superior e, conseqüentemente, contribuindo para a sua inclusão social.

²⁵O termo foi empregado pela primeira vez pelo então presidente americano Lyndon Johnson na Howard University, em 1965, passando a significar a exigência de favorecimento de algumas minorias socialmente inferiorizadas e juridicamente desiguais por preconceitos histórico e culturalmente fixados (HAAS; LINHARES, 2013, p. 842).

O propósito do governo federal ao criar o PROUNI era o de oferecer aos estudantes mais necessitados a oportunidade de ingresso em um curso superior, proporcionando-lhes a possibilidade de superar a pobreza que, como um ciclo, vem atingindo essas pessoas de geração em geração.

O Programa Universidade Para Todos visa oportunizar formação superior ao cidadão brasileiro principalmente àqueles que, em virtude de sua condição financeira, não tiveram capacidade acadêmicas para competir com os estudantes que estudaram em instituições particulares na seleção para ingresso em uma instituição de ensino superior pública federal, estadual ou municipal. Seguindo essa linha de pensamento, a finalidade do PROUNI é levar estes estudantes a ocuparem vagas nas instituições de ensino superior privado por meio de bolsas oferecidas pelo governo federal. Sobre este Programa, o portal do PROUNI, acrescenta:

o Programa Universidade para Todos - PROUNI tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa (MEC, 2017).

O PROUNI oferta bolsas de estudos direcionadas a estudantes de Ensino Médio que estudaram na rede de escolas públicas e a bolsistas integrais de escolas privadas. São oferecidas duas modalidades de bolsas para os estudantes: bolsas integrais e bolsas parciais. Os alunos contemplados com as bolsas parciais terão direito cinquenta por cento do valor normal da mensalidade do curso em que ingressar e deverão comprovar uma renda familiar de até 3 (três) salários mínimos para receber a bolsa. O candidato à bolsa integral deverá comprovar uma renda familiar de até 1 (um) salário mínimo e 1/2 meio para assegurar o direito de usufruir do Programa.

Os candidatos a ocupar uma vaga na rede de instituições privadas de ensino superior através do Programa Universidade Para Todos deverão submeter-se aos critérios de aquisição da bolsa estabelecidos pelo Ministério da Educação.

Ao criar o PROUNI, o governo federal estabeleceu que o candidato selecionado para a bolsa seria o que alcançasse, no mínimo, 450 pontos no ENEM, obtivesse nota acima de zero na redação e que não fosse portador de diploma de graduação. Em relação aos professores da rede pública que estivessem em pleno exercício do magistério, estes poderiam pleitear uma bolsa do PROUNI com a

finalidade de capacitação para o ensino da educação básica. Neste caso, o candidato não teria a necessidade de comprovar a renda mínima.

O trecho da Lei 11.096/2005, art. 2º, 3º, 4º diz que:

Art. 2º A bolsa será destinada:

I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II - a estudante portador de deficiência, nos termos da Lei;

III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou sequencial de formação específica, dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo Ministério da Educação.

Art. 3º O estudante a ser beneficiado pelo Prouni será pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ou outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação, e, na etapa final, selecionado pela instituição de ensino superior, segundo seus próprios critérios, à qual competirá, também, aferir as informações prestadas pelo candidato.

Parágrafo único. O beneficiário do Prouni responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por ele prestadas.

Art. 4º Todos os alunos da instituição, inclusive os beneficiários do Prouni, estarão igualmente regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos da instituição (BRASIL, 2005).

A recente portaria normativa de nº 11, de 29 de setembro de 2015 que regulamenta o PROUNI, não alterou os critérios de adesão à bolsa referidos na Lei 11.096/2005, art. 2º, 3º, 4º.

Percebemos que o programa tem como finalidade beneficiar especificamente as IES privadas, oferecendo condições contratuais cômodas²⁶ e preenchendo um número de vagas que por vias normais não seria preenchido. Devido ao custo elevado das mensalidades para os estudantes nas IES, estas vagas ficariam ociosas, o que inviabilizaria a permanência das IES de menor porte no mercado. O

²⁶Art. 8º A instituição que aderir ao Prouni ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão: (Vide Lei nº 11.128, de 2005)

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;

II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;

III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e

IV - Contribuição para o Programa de Integração Social, instituída pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970.

§ 1º A isenção de que trata o caput deste artigo recairá sobre o lucro nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, e sobre a receita auferida, nas hipóteses dos incisos III e IV do caput deste artigo, decorrentes da realização de atividades de ensino superior, proveniente de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica.

governo federal, ao criar o PROUNI, proporcionou uma alternativa lucrativa para as IES privadas, que seria como uma válvula de escape²⁷ para estas empresas. Sobre esse direcionamento das vagas do programa, a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 diz:

Art. 5º A instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá aderir ao Prouni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para o equivalente a 10,7 (dez inteiros e sete décimos) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo Prouni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados.

§ 1º O termo de adesão terá prazo de vigência de 10 (dez) anos, contado da data de sua assinatura, renovável por iguais períodos e observado o disposto nesta Lei.

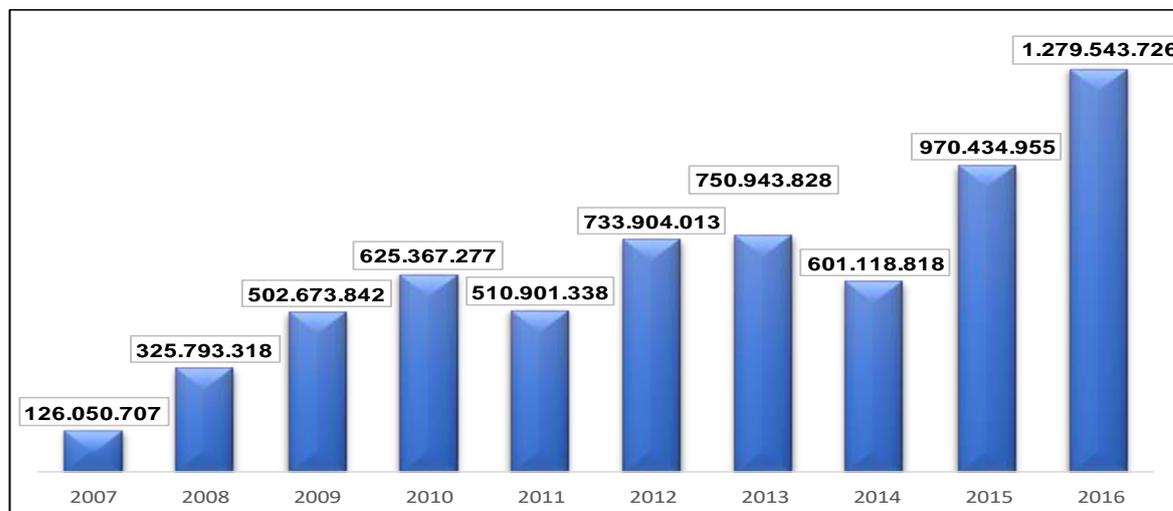
§ 2º O termo de adesão poderá prever a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a 1/5 (um quinto) das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno (BRASIL, 2005).

Observando o parágrafo 1º da referida Lei, notamos a comodidade comercial que o governo federal oferece à iniciativa privada da educação quando diz que o contrato tem duração de 10 anos, podendo ser renovado por mais 10 anos. Nesse caso, as empresas privadas do ramo em apreço passam a ser favorecidas com recursos públicos concedidos pelo governo federal.

Essa proposta mostra-se bastante interessante para as instituições que aderem ao programa e aponta para uma provável comercialização altamente lucrativa para o setor privado porque o governo federal deixa de recolher vários tributos que somariam muito para os cofres da União. Nesse caminho, as IES privadas beneficiadas com a adesão ao programa passam a lucrar muito mais porque deixam de pagar os tributos devidos, como mostra o gráfico abaixo.

²⁷ Expressão que designa um modo de escapar de alguma situação turbulenta (SANTOS, 2016).

Gráfico 1 - Previsão dos gastos tributários referentes ao PROUNI - 2007 a 2016



FONTE: Receita Federal, 2016

Para endossar esta desoneração tributária, a Secretaria da Receita Federal (2016) fez uma previsão dos gastos tributários referentes ao PROUNI entre o período de 2007 a 2016. Esta previsão diz que, em 2007, a desoneração foi de R\$ 126.050.707; em 2008, os gastos quase dobraram e ficaram em R\$ 325.793.318; no ano de 2009, as despesas tributárias alcançaram o valor de R\$ 502.673.842; em 2010 a desoneração não teve um crescimento elevado se comparado à elevação da desoneração tributária dos anos anteriores, ainda assim houve um crescimento e o total chegou ao valor de R\$ 625.367.277.

No ano seguinte, em 2011, os gastos caíram em torno de 18% e o governo deixou de arrecadar para os cofres públicos R\$ 510.901.338; no ano de 2012, a desoneração voltou a crescer e ficou em torno de R\$ 733.904.013; já em 2013, o valor dessa despesa quase estagnou, ficando em R\$ 750.943.828; em 2014, as despesas tributárias voltaram a cair para R\$ 601.118.818 e, no ano de 2015, o valor das despesas tributárias ficou em R\$ 970.434.955. De acordo com a Receita Federal (2016), o salto na desoneração tributária ocorreu em 2016, quando alcançou o valor de R\$ 1.279.543.726.

Para melhor compreensão, segue trecho da Lei 11.096/2005 que trata sobre a isenção tributária.

Art. 8º A instituição que aderir ao Prouni ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão: (Vide Lei nº 11.128, de 2005)

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;

II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;

III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e

IV - Contribuição para o Programa de Integração Social, instituída pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970.

§ 1º A isenção de que trata o caput deste artigo recairá sobre o lucro nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, e sobre a receita auferida, nas hipóteses dos incisos III e IV do caput deste artigo, decorrentes da realização de atividades de ensino superior, proveniente de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica. (BRASIL, 2005, s/p).

Ao analisar esta Lei, percebemos que este programa fortalece muito as IES privadas quando o governo federal abre mão de receber os tributos das empresas que aderirem ao programa. A Lei é bastante clara quando, no caput do Art. 8º, trata da isenção de impostos para estas instituições.

Por ser o PROUNI, desde a sua criação, objeto de estudos por parte das Universidades, a seguir faremos um mapeamento dessas pesquisas desenvolvidas no Brasil.

4. 2 Mapeamento de Pesquisas sobre o PROUNI no Brasil (2006 – 2015)

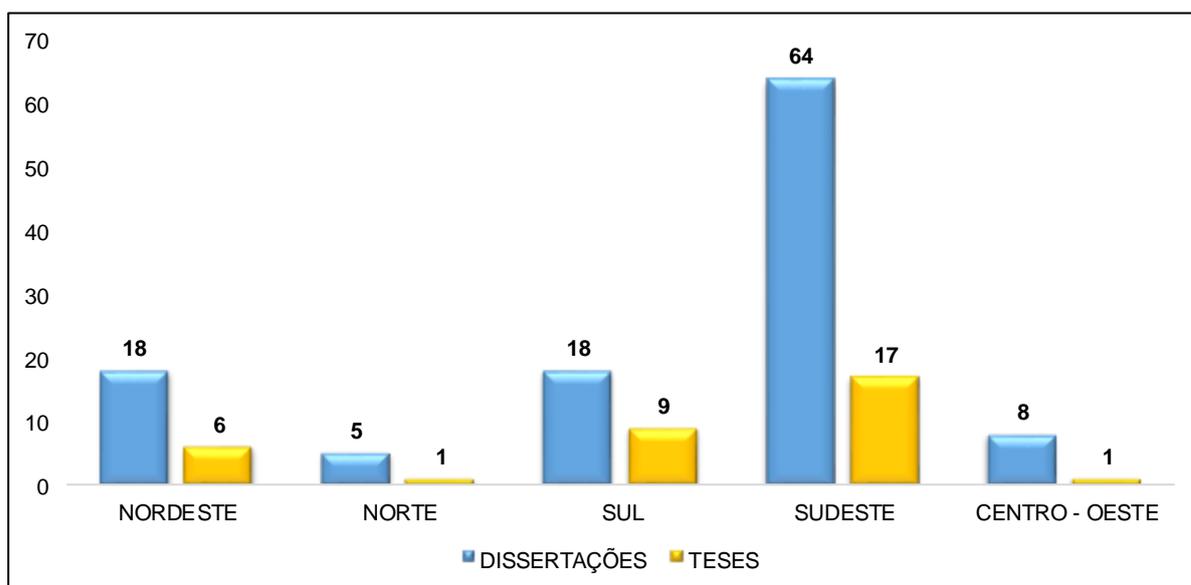
Nesta seção, temos como proposta desenvolver um mapeamento das pesquisas engendradas pelos Programas de Pós-Graduação das Universidades brasileiras nos níveis de mestrado e doutorado sobre o financiamento público do ensino superior e as políticas neoliberais, considerando especificamente o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Para tanto, entendemos que é crucial fazer uma listagem de dissertações e teses que fazem uma abordagem sobre o referido programa e o financiamento público do ensino superior.

Entendemos que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ser um órgão atrelado ao Ministério da Educação – que desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e solidificação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) – soma crédito suficiente para respaldar as informações objetivadas por este trabalho de pesquisa. As pesquisas selecionadas neste banco de dados foram desenvolvidas no período que compreende os anos de 2006 a 2015.

Para melhor compreensão do levantamento dos dados encontrados, escolhemos a elaboração de quadros e gráficos que vão permitir uma visualização numérica dos resultados. Com base nas informações extraídas do Banco de Teses e

Dissertações da CAPES, fizemos um levantamento inicial, a partir das cinco regiões brasileiras, para verificar a distribuição das pesquisas no espaço geográfico conforme o gráfico na página seguinte.

Gráfico 2 - Distribuição de teses e dissertações por região



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da CAPES, 2016.

Percebemos que os trabalhos de pesquisas *stricto sensu*, mestrado e doutorado, sobre o PROUNI entre os anos de 2006 a 2015, estão distribuídos da seguinte forma: a Região Nordeste desenvolveu dezoito dissertações e seis teses; a Região Norte apresentou cinco dissertações e uma tese; a Região Sul desenvolveu pesquisa com dezoito dissertações e nove teses; o Sudeste se destaca com sessenta e quatro dissertações e dezessete teses e a Região Centro-Oeste desenvolveu pesquisas sobre o Programa Universidade para Todos com oito dissertações e uma tese.

Ressaltamos que a Região Norte foi a região que menos desenvolveu pesquisa sobre o Programa Universidade para Todos e a Região Sudeste se destacou em número de pesquisas sobre o PROUNI, apresentando uma elevada diferença numérica de trabalhos sobre o programa em estudo em relação as outras regiões do Brasil. Não podemos deixar de considerar que a Região Nordeste neste período permaneceu entre as três regiões que mais desenvolveram pesquisas sobre o programa, ficando atrás apenas do Sudeste e do Sul. Em relação ao Sul, o

Nordeste desenvolveu o mesmo número de dissertações. A Região Nordeste fica atrás da Região Sul no número de teses, esta defendeu três teses a mais.

No quadro abaixo apresentaremos um quantitativo e distribuição de teses e dissertações sobre o PROUNI, entre o período de 2006 e 2015, por cursos e áreas do conhecimento. O total de defesas em seus respectivos programas neste período foi de 111 dissertações e 32 teses.

Quadro 2 - Distribuição das Teses e Dissertações sobre PROUNI por cursos e áreas do conhecimento

ÁREAS	DISSERTAÇÕES	TESES
Educação	60	24
Economia	7	0
Administração	5	2
Sociologia	4	1
Políticas Sociais e Cidadania	2	0
Arquitetura e Urbanismo	1	0
Ciências Sociais	2	1
Ciência Política	3	0
Serviço Social	7	1
Políticas Públicas	6	0
Direito	7	2
Psicologia	3	0
Ciências Contábeis	1	0
Bioética	1	0
Engenharia de Produção	1	0
Antropologia	0	1
Desenvolvimento Regional	1	0

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da CAPES, 2016.

O quadro acima apresenta as informações retiradas do Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Está evidente que, de acordo com as informações representadas neste quadro, a área do conhecimento que mais apresentou resultados de desenvolvimento de pesquisas entre os anos de 2006 e 2015 foi a Educação, com uma diferença de 53 dissertações e de 22 teses a mais em relação ao curso de Direito, que ficou em segundo lugar entre os cursos e suas pesquisas

sobre o PROUNI. O resultado em termos percentuais apresentado pelo Banco de Teses e Dissertações da CAPES é que a Educação possui 54,05% das dissertações publicadas e 75% das teses defendidas neste mesmo período.

No quadro 3 apresentaremos as pesquisas que possuem alguma similaridade com a questão do financiamento público do ensino superior privado e o Neoliberalismo. Faremos uma análise de cada trabalho objetivando identificar os resultados das mencionadas pesquisas.

No primeiro momento faremos uma análise das seis teses desenvolvidas e depositadas na CAPES. Para melhor compreensão e identificação do quadro 3, seguiremos a ordem numérica que se encontra ao lado esquerdo do título do trabalho no interior do quadro.

Quadro 3 - Teses e dissertações com similaridade com a temática em estudo

(continua)

Nº	TÍT.	INSTITUIÇÃO	AUTOR	ESTADO ANO	TÍTULO
1	TESES	Univ. Fed. Do Ceará	Antônia Rosimar Machado Rocha	Ceará 2009	O Programa Universidade para Todos - PROUNI e a pseudodemocratização na contra -reforma da Educação Superior no Brasil.
2		Univ. Fed. Da Paraíba	Maria Helena Ribeiro Maciel	Paraíba 2008	Hegemonia, ajuste neoliberal e ensino superior no Brasil.
3		Univ. Fed. de Pernambuco	Paulo Alcivam de oliveira	Pernambuco 2007	A relação entre o público e o privado na Educação Superior no Brasil e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).
4		Univ. Fed. de São Paulo	Wilson Mesquita de Almeida	São Paulo 2012	Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do PROUNI na cidade de São Paulo
5		Univ. Fed. de Goiás	Ana Maria Gonçalves de Sousa	Goiás 2008	Financiamento Público Estudantil do Ensino Superior: uma análise comparativa dos casos do Brasil e de Portugal.
6		Univ. Fed. do Paraná	Kátia Regina kopfer	Paraná 2011	Estado Capitalista e Estratégias de Gestão de Instituições de Ensino Superior Privadas: o PROUNI como política social e como asseguração da acumulação do capital.

Quadro 3 - Teses e dissertações com similaridade com a temática em estudo

(conclusão)

Nº	TÍT.	INSTITUIÇÃO	AUTOR	ESTADO/ANO	TÍTULO
1		Univ. Estadual do Ceará	Leiliana Rebouças Freire.	Limoeiro do Norte / 2015	O Ensino Superior Brasileiro Mercantilizando: PROUNI e FIES no contexto da crise estrutural do capital
2		Univ. Fed. do Piauí	Marcio Rodrigo de Araújo Souza	Piauí/2013	A Política de Expansão da Educação Superior no Brasil: avaliação e análise do Programa Universidade para Todos
3		Univ. Fed. do Amazonas	Ingrid Camara Areque	Amazonas/2014	O Programa Universidade para Todos - PROUNI no Contexto da Reforma Universitária (1990-2010)
4		Univ. Fed. de Juiz de Fora	Elaine de Almeida Cabral	Minas Gerais/2013	PROUNI e Avaliação: uma discussão sobre financiamento, acesso e qualidade na Educação Superior
5		Univ. Fed. Fluminense	Sergio Campos de Almeida	Rio de Janeiro/2006	O Avanço da Privatização na Educação Superior Brasileira: o PROUNI como uma nova estratégia para a transferência de recursos públicos para o setor privado
6		Univ. Fed. do Rio de Janeiro	Pedro Henrique de Sousa Tavares	Rio de Janeiro/2014	Fundos de Investimentos e o Movimento do Capital na Educação Superior Privada? Mercantilização de Novo Tipo?
7		Univ. Cidade de São Paulo	Rosangela da Silva Pardo	São Paulo/2013	Efeitos Financeiros do Programa Universidade para Todos (PROUNI) em uma instituição de educação superior privada
8		Univ. Cidade de São Paulo	Francisco Carlos D'Emílio Borges	São Paulo/2012	Financiamento público e ampliação do acesso ao Ensino Superior no Brasil: Repercussão em instituições particulares de ensino
9		Centro Universitário de Brasília	Daniel Cavalcante Silva	Distrito Federal/2007	A finalidade Extrafiscal da Norma Tributária como Mecanismo de Implementação de Políticas Públicas: análise da casuística do programa universidade para todos (PROUNI)
10		Fundação Uni. Fed. de Mato Grosso do Sul	Eduardo Henrique Oliveira da Silva	Mato Grosso do Sul/2011	Financiamento de bolsas de estudos para o ensino superior: O Programa Universidade para Todos (PROUNI) em Mato Grosso do Sul, no período de 2005 a 2010
11		Univ. Fed. Tuiuti do Paraná	Marcos José Valle	Paraná/2009	PROUNI: Política Pública de Acesso ao Ensino Superior ou Privatização?

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da CAPES, 2016.

Rocha (2009), da Universidade do Ceará, na sua tese intitulada *O Programa Universidade para Todos - PROUNI e a pseudodemocratização na contrarreforma da educação superior no Brasil* chegou à seguinte conclusão:

[...] o estudo que hora concluímos, confirma, portanto, a nossa tese de que o PROUNI é uma política pseudodemocratizante para educação superior que se diz promover o acesso da classe trabalhadora a essa educação, mas que, sequer minimamente é capaz de garantir qualidade na formação. Ao invés de corrigir as debilidades educacionais da educação superior como o acesso e a permanência da classe trabalhadora, o PROUNI é, na verdade o aprofundamento das desigualdades socioeducacionais significando concretamente, por meio da negação do direito ao acesso à educação superior de qualidade e socialmente referendada (ROCHA, 2009 p. 205).

Entendemos que Rocha (2009) chegou à conclusão que o governo federal, ao lançar o Programa Universidade para Todos, apresentou uma falsa democratização do acesso ao ensino superior, distanciou a classe trabalhadora da universidade, deixando de ofertar ensino, pesquisa e extensão e teve como propósito beneficiar a iniciativa privada.

Na tese desenvolvida por Maciel, M. (2008), da Universidade Federal da Paraíba, a pesquisa ponderou sobre o tema *Hegemonia, ajuste neoliberal e ensino superior no Brasil*. A autora alcançou o seguinte resultado em sua tese:

[...] o Programa Universidade para Todos tem como característica principal a canalização de recursos públicos para o setor privado. O processo consiste no compromisso de pagar as mensalidades dos alunos carentes nas universidades privadas, independente da qualidade da educação que elas possam oferecer. Através desse programa, oficializa-se o investimento público nas Instituições de Ensino Superior privadas, com o discurso de estender a educação superior para os alunos carentes (MACIEL, M., 2008 p. 144).

Com base nos resultados da pesquisa de Maciel, M. (2008), compreendemos que as políticas neoliberais foram determinantes ao definir as diretrizes da reforma do ensino superior no Brasil em favor do capitalismo mundial, favorecendo o mercado do capital, ao propor uma educação voltada para atender às demandas do mercado, abdicando de uma educação que tenha como pilares ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, o PROUNI se destaca como um canal de investimento de dinheiro público nas instituições de ensino superior privado. O governo federal transfere estes recursos públicos para o privado sem considerar a qualidade do ensino oferecido aos bolsistas.

A tese apresentada por Oliveira (2007), da Universidade Federal de Pernambuco, pesquisou sobre *A Relação entre o público e o privado na educação*

superior no Brasil e o Programa Universidade para Todos (PROUNI). O autor chegou ao entendimento de que:

[...] os resultados do Programa traduzem tantas conquistas sociais, enfatizando sua dimensão pública, quanto ganhos para o mercado, enfatizando sua dimensão privada. Essas constatações puderam ser verificadas por meio da análise de documentos, instrumentos legais de regulação das políticas públicas para a educação superior, pronunciamentos dos agentes diretamente vinculados ao tema, assim como por meio dos dados resultantes da implementação das citadas políticas, procedimentos estes, fundamentados na metodologia da Triangulação de Métodos, pela qual articulamos perspectivas de diversas disciplinas e diferentes técnicas de coleta e análises de dados (OLIVEIRA, 2007, p. 7).

Verificamos que, para Oliveira (2007), o Programa Universidade Para Todos, proporcionou conquistas sociais ao público, como a lucratividade para a iniciativa privada.

A tese de autoria de Almeida, W. (2012), da Universidade de São Paulo, abordou a referida temática: *Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do PROUNI na cidade de São Paulo*. Almeida, W. (2012) enfatiza em seu trabalho que o programa, apesar de favorecer a iniciativa privada, tem contribuído para a produção de lucros com a ocupação das vagas ociosas. Salaria ainda que o PROUNI foi importante, dentro de um ponto de vista sociológico, quando abriu oportunidade para estudantes de baixo poder aquisitivo estudarem em uma instituição de ensino superior.

A tese escrita por Sousa (2008), da Universidade Federal de Goiás, discorreu sobre o seguinte tema o *Financiamento público estudantil do ensino superior: uma análise comparativa dos casos do Brasil e de Portugal*. Os resultados apresentados foram:

[...] que o fundo público está sendo, cada vez mais, usado para subsidiar as IES privadas, em vez de o Estado ampliar a oferta pública desse nível de ensino. Além disso, implementou-se, sobretudo no caso português, a ideia de que o ensino superior deve ser pago e de que a competição entre as IES, públicas e privadas, pelos recursos públicos é salutar para o desenvolvimento do sistema de ensino superior (SOUSA, 2008, p. 226).

Na conclusão de Sousa (2008) sobre a experiência do Brasil em relação ao acesso ao ensino superior privado é que este tem sido financiado pelo poder público. Observando o caso de Portugal, conforme a análise de Sousa (2008), percebemos que a experiência portuguesa com o ensino superior revela que este deve ser pago e que a competição pelos recursos públicos entre as IES é saudável para a educação superior.

A tese que foi resultado da pesquisa de Hopfer (2011), da Universidade Federal do Paraná, versou acerca do *Estado capitalista e estratégias de gestão de instituições de ensino superior privadas: O PROUNI como política social e como asseguração da acumulação do capital*. Hopfer (2011) concluiu que:

[...] os resultados da pesquisa empírica permitem corroborar a tese de que o PROUNI, como política pública de Estado Capitalista, possui os elementos constitutivos do Sistema de Capital que facilitam a realização das estratégias capitalistas empresariais nas IESP. Entendemos que o Governo Brasileiro financiou a expansão produtiva da educação superior privada por meio do PROUNI efetivando uma prática inerente ao sistema capitalista de produção, cujo foco está em democratizar os custos dessa expansão (HOPFER, 2011, p. 125).

De acordo com o entendimento de Hopfer (2011), o PROUNI possui em sua essência políticas e elementos que favorecem as intenções lucrativas do mercado capitalista. Podemos inferir, conforme as palavras da autora, que o PROUNI é um programa que, ao favorecer as IES privadas, atende às regras do Neoliberalismo.

Feitas as discussões sobre as teses de doutorado com temática relacionada ao à nossa pesquisa, neste momento, nos concentraremos em verificar as dissertações que possuem uma aproximação com o nosso objeto de pesquisa, procurando compreender as conclusões das dissertações publicadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Esta verificação nos permitirá compreender os rumos que as conclusões dessas pesquisas têm tomado em relação ao financiamento público na iniciativa privada.

Acerca da análise das dissertações sobre o PROUNI, Freire (2015), da Universidade Estadual do Ceará, discutiu sobre *O ensino superior brasileiro mercantilizando: PROUNI e FIES no contexto da crise estrutural do capital*, apresentando o seguinte resultado:

[...] o gasto com o ProUni da sua criação até 2011 são abusivos, somam mais de dois bilhões e meio de reais, montante suficiente para viabilizar a criação de milhares de vagas nas universidades públicas. Com o Fies esse valor é muito superior, sobretudo a partir de 2009, com a desburocratização e com o FGEDUC²⁸ em 2010. Bilhões anuais vêm sendo alocados para suprir as demandas dos dois programas, sem contar os recursos destinados às mantenedoras e as isenções das instituições filantrópicas (FREIRE, 2015, p. 165).

Freire (2015) aponta como resultado da sua pesquisa que o governo federal, com os recursos gastos na manutenção do PROUNI e Fundo de Financiamento

²⁸FGEDUC - Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FREIRE, 2015).

Estudantil (FIES), poderia ter criado milhares de vagas nas universidades, permitindo o acesso ao ensino, à pesquisa e à extensão. Notamos ainda que a autora aponta somente os recursos investidos nos referidos programas, sem considerar o que poderia ter arrecadado em impostos das IES que aderem o Programa. Para Freire (2015), os programas PROUNI e FIES são canais de transferência de verbas públicas para as instituições privadas.

A dissertação desenvolvida na Fundação Universidade Federal do Piauí por Souza (2013) abordou a seguinte temática: *A política de expansão da educação superior no Brasil: avaliação e análise do Programa Universidade para Todos*. Para Souza (2013, p. 168), os resultados observados:

[...] tendem a confirmar a tese de que os principais fatores de expansão da educação superior no Brasil foram: a universalização do acesso à educação básica alcançada no final dos anos noventa; aliada com a grande ociosidade de vagas no ensino superior registrada nos anos anteriores à criação do PROUNI.

Os resultados apontados por Souza (2013) em sua pesquisa demonstraram que a expansão do ensino superior no Brasil aconteceu em função da universalização do acesso à educação básica somada ao excesso de vagas nas IES privadas.

A dissertação de autoria de Areque (2014), da Universidade Federal do Amazonas, foi defendida com o tema *O Programa Universidade para Todos - PROUNI no contexto da reforma universitária (1990-2010)*. Os resultados desta pesquisa apontam que:

[...] o Prouni, apesar de ter contribuído para o acesso de muitas pessoas ao ensino superior, não universaliza a educação, pelo contrário, mantém a desigualdade, que é uma característica do modo de produção capitalista. Atende principalmente, às determinações dos Organismos internacionais (BM, OMC, FMI, BIRD, Unesco) concretizando-se, portanto, como um programa de mercantilização da educação superior, pois aloca verba pública via isenção de impostos para o setor privado, sendo esta, inclusive, uma prática comumente adotada pelo país para fomentar o setor privado educacional desde a década de 60 do século XX, deixando, com isso, de financiar o aumento de vagas em universidades públicas que, apesar de ter ocorrida com implantação do Reuni em 2007, poderia, sem dúvida, ter um alcance ainda maior (AREQUE, 2014, p. 198).

As conclusões do trabalho de Areque (2014) dizem que o programa, não proporcionou uma democratização do acesso à educação superior, pelo contrário, acirrou as desigualdades sociais, submeteu-se às regras dos organismos

internacionais e contribuiu para a mercantilização da educação superior. A autora também concluiu que, por meio do programa, o governo federal faz transferência de verbas públicas para as instituições privadas. Entendemos que estas verbas poderiam ser distribuídas para implantação de mais vagas nas universidades públicas brasileiras, permitindo o acesso democrático de fato do estudante a uma instituição que ofereça, ensino, pesquisa e extensão.

A dissertação defendida por Cabral (2013), pela Universidade Federal de Juiz de Fora, apresentou como tema *PROUNI e Avaliação: uma discussão sobre financiamento, acesso e qualidade na educação superior*. As considerações finais elaboradas asseveram que

[...] os dados analisados durante essa pesquisa demonstraram que a demanda pela as bolsas do PROUNI continuam crescendo a cada ano. Esse fato mostra, por um lado, uma maior aceitação do Programa pela sociedade e exige, por outro lado, o fortalecimento dos mecanismos para comprovação do cumprimento, pelo candidato, dos requisitos mínimos exigidos para a concessão da bolsa. É necessário também investir em ações que reduzam a evasão, para que a demanda diminua ao longo do tempo (CABRAL, 2013, p. 105).

Essas ideias contidas no trabalho desenvolvido por Cabral embasam-se no fato de que o Programa Universidade para Todos obteve um crescimento durante os anos de 2004 a 2012, que foram os anos que demarcaram o recorte da pesquisa aqui mencionada. Segundo Cabral (2013), esse crescimento demonstra que a sociedade passou a ter uma aceitação maior do programa. Cabral menciona ainda que à medida que conforme cresceu o interesse pelo programa, cresceu também a exigência aos alunos pelo cumprimento dos requisitos necessários para os candidatos fossem beneficiados por bolsas do PROUNI. Na avaliação de Cabral, o crescimento da demanda pelo PROUNI denota uma aceitabilidade maior da sociedade. Para a autora à medida que, houve um desenvolvimento maior dos meios de acesso às bolsas PROUNI.

A dissertação apresentada por Almeida, S. (2006), da Universidade Federal Fluminense, abordou o tema *O avanço da privatização na educação superior brasileira: o PROUNI como uma nova estratégia para a transferência de recursos públicos para o setor privado*. Neste trabalho, autor (2006) alega que, em relação ao PROUNI,

[...] é importante destacar como última análise, que em relação ao discurso do governo de que a geração de vagas nas IES privadas apresenta um custo menor do que nas públicas, é sempre bom lembrar que as públicas realizam atividades (pesquisa, atendimento médico em hospitais

universitários e manutenção de fazendas, por exemplo) que, justamente por serem mais dispendiosas, não atraem o interesse da imensa maioria das privadas, que preferem se concentrar apenas no ensino, atividade mais viável econômica e comercialmente. Convenientemente, o discurso do governo não aponta este e nem muitos outros fatores, que não estariam incluídos em um raciocínio puramente economicista influenciado pela perspectiva neoliberal de contenção de gastos sociais. Tal raciocínio parece inspirar a ideia da renúncia fiscal em troca de vagas para grupos “socialmente desfavorecidos” em instituições privadas, supostamente mais baratas de que as públicas. Desse modo, pode-se inferir que é vazio e demagógico o slogan “Universidade para Todos”, pois, além de reduzir a educação superior apenas ao seu aspecto econômico, o programa não se destina a todos, sendo apenas uma típica medida neoliberal de focalização dos gastos públicos em grupos supostamente mais carentes, e não de sua universalização. O ProUni nesse sentido altera significativamente o sentido da educação como direito público (ALMEIDA, S., 2006, p. 115).

Na dissertação de Almeida, S. (2006), podemos entender que um dos resultados apontados pela autora revela que o PROUNI é apresentado pelo governo federal com um discurso fundamentado no baixo custo que o programa pode ter para o país oferecendo bolsas de estudos para que os estudantes cursem uma graduação em uma IES privada. Almeida, S. (2006) relata que, com este discurso falacioso, o governo não destaca que a rede privada não investe em cursos que requerem um investimento maior, pois esta não tem interesse nesses tipos de graduações, visto que exigem um custo elevado para sua instalação e manutenção. No entender de Almeida, S. (2006), o PROUNI só facilita o acesso de estudantes em cursos que, na compreensão da rede privada capitalista, tem um baixo custo de manutenção. Para o autor (2006), o PROUNI se constitui como um programa falacioso porque não oferece universidade para todos.

Para Almeida, S. (2006), o PROUNI é um canal para o governo federal atender às imposições do Neoliberalismo no sentido de favorecer a rede privada, transferindo recursos públicos para as IES privadas e limitando o acesso ao ensino superior embora promova a ideia de educação pública para todos.

Tavares (2014), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desenvolveu a pesquisa com o tema *Fundos de investimentos e o movimento do capital na Educação Superior privada? mercantilização de novo tipo?*. O autor (2014) chegou ao seguinte resultado:

a principal mudança que demarca um processo de mercantilização de novo tipo refere-se ao controle do ensino superior. A mudança da natureza das IES, que passam de organizações empresariais familiares para o controle de fundos de investimentos, torna viável a hipótese de estar em curso a financeirização do ensino superior. Os fundos que atuam no ensino superior são organizados como investimentos do capital animados pela rentabilidade

e liquidez imediata, buscam desempenho financeiro. No setor de serviços procuram a valorização do capital e tem incidido fortemente no ensino superior como uma nova fronteira. Infelizmente encontrou terreno fértil no Brasil, seja através da desregulamentação ou por meio da transferência do fundo público, que contribui para o processo de reprodução ampliada do capital, contando com a participação fundamental do Estado (TAVARES, 2014, p. 116).

Tavares (2014) aponta que a mercantilização de um novo tipo diz respeito às mudanças de perfil que as IES sofreram com o crescimento do seu capital financiado pelo Estado. Segundo ele (2014), as instituições de ensino superior deixaram o status de pequenas empresas familiares para atingir o status de grandes grupos de investimentos de capital aberto do ramo da educação superior. A partir dessa compreensão que, em sua pesquisa, Tavares (2014) chegou à conclusão que o processo de mercantilização da educação superior foi acelerado com a implantação do PROUNI e do FIES, que passaram a fortalecer e estimular o surgimento desses grandes grupos, quando o Estado por força da Lei 11.096/2005, que estabelece o referido Programa, passou a injetar recursos financeiros nestas instituições.

A temática de Pardo (2013), da Universidade Cidade de São Paulo, foi *Efeitos financeiros do Programa Universidade para Todos (PROUNI) em uma instituição de educação superior privada*. Este trabalho de pesquisa demonstrou que

[...] o ganho fiscal alcançado por esta IES após sua adesão ao programa contribuiu financeiramente para sua estabilização. Pode-se, pois, inferir que o aumento da receita e do lucro pela desobrigação do recolhimento de tributos federais contribui para manutenção e uma possível expansão da instituição, considerando que esta atua há pouco tempo no mercado, tendo iniciado suas atividades no ano de 2007, portanto, trata-se uma empresa educacional de pequeno porte, que possui como público alvo alunos de classes populares com baixo poder aquisitivo. Além disso, ao aderir ao programa, a IES teve seu nome divulgado no site do MEC / PROUNI, o que contribuiu para a divulgação da instituição no mercado e o possível aumento na procura de seus serviços. Os dados levantados nesse estudo evidenciam, ainda, que o PROUNI se consolida na sua dimensão privada ao promover a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada na forma de isenções tributárias e proporciona ganhos financeiros para este setor, contribuindo para sua expansão (PARDO, 2013, p. 95).

Nas considerações finais da pesquisa, Pardo (2013) diz que o PROUNI tem se destacado como salvador da pátria nas IES privadas; os incentivos por meio da renúncia fiscal oferecido às IES têm sido muito importantes para sua a estabilização econômica. Assim, o PROUNI contribui para a expansão das IES privadas, realizando transferência de recursos públicos para as empresas privadas.

Borges (2012), da Universidade Cidade de São Paulo, discutiu sobre *O financiamento público e ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil: repercussão em instituições particulares de ensino*. O estudo constatou que

após receber alguns alunos pelos programas de financiamento estudantil, PROUNI e FIES, o grupo educacional identificou que estes se encontravam em patamar econômico muito distante dos alunos que são o seu foco, próximos de sua identidade institucional. A decisão, então, foi a de, gradualmente, deixar de acolher alunos por meio do PROUNI, inclusive se posicionando juridicamente contrária a mudança de regras do programa, que beneficia as instituições com redução de impostos de maneira proporcional com o número de vagas ocupadas. Desse modo, o PROUNI tende a não se configurar como alternativa que venha viabilizar acesso ao Ensino Superior nas instituições estudadas (BORGES, 2012, p. 170).

Nessa pesquisa, o autor (2012) percebeu que as instituições privadas de ensino superior participantes do programa de bolsa do governo federal passaram a identificar uma disparidade econômica entre os alunos bolsistas e os estudantes não bolsistas; outra inconformidade encontrada no contexto das IES foi a mudança das regras do programa, que passou a isentar as instituições de impostos, não de forma integral, mas sim proporcional ao número de alunos bolsistas matriculados. Por conta da percepção dessa realidade, as IES passaram a reduzir gradualmente a matrícula dos bolsistas que chegavam a instituição. Borges (2012), em suas considerações finais, afirma que, dessa forma o programa deixa de cumprir a sua finalidade primária, que é ofertar universidade para todos.

Silva, D. (2007), do Centro Universitário de Brasília, desenvolveu sua pesquisa intitulada *A Finalidade extrafiscal da norma tributária como mecanismo de implementação de políticas públicas: análise da casuística do Programa Universidade para Todos (PROUNI)*. O autor (2007) inferiu

[...] que a utilização da extrafiscalidade (isenção ou imunidade) na implementação de políticas públicas tem por finalidade estimular ações afirmativas, indutoras ou coibidoras de comportamentos, tendo em vista a realização de valores constitucionalmente consagrados, como o direito à educação, sobretudo no que diz respeito à sua forma de acesso (SILVA, D., 2007, p. 119-120).

Na visão de Silva, D. (2007) em sua pesquisa, a isenção fiscal oferecida pelo governo federal às empresas que aderem ao Programa Universidade para Todos serve simplesmente para desenvolver políticas afirmativas com respaldo constitucional. Silva, D. (2007) entende que a educação como um direito de todos, as políticas de isenção fiscal são importantes para estimular o cumprimento desse

direito constitucional. Silva, D. (2007) conclui dizendo que a isenção fiscal colabora para ampliar o acesso à universidade.

Silva, E. (2011), da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do sul, ao tratar sobre o PROUNI enquanto financiamento de bolsas de estudos para o ensino superior, em Mato Grosso do Sul, no período de 2005 a 2010, argumenta

[...] que para permitir o acesso de estudantes da classe trabalhadora à educação superior no Brasil pelo mecanismo de bolsas de estudos do PROUNI, o Estado no período de 2005 a 2007 deixou de recolher aos cofres públicos um total de R\$ 347.510.156,00 (milhões) em troca de bolsas por isenções tributárias, conforme dados inscritos na Tabela 26, beneficiando 49% das IES com fins lucrativos, 28% das entidades beneficentes de assistência social e 23% das IES sem fins lucrativos [...] e dessa maneira pode salvar as 1.613.740 IES privadas dos 97,61% de vagas ociosas [...]. Com base nos dados apresentados anteriormente, parece razoável destacar que o Programa Universidade para Todos atendeu parcialmente a meta de permitir que alunos oriundos da classe trabalhadora pudessem ingressar na educação superior [...], entretanto, o PROUNI se torna contraditório, visto que atende a uma pequena parcela da população, revelando, dessa forma, duas condutas tipicamente neoliberais: “a primeira é o fato de que ao focalizar as ações e os gastos públicos em grupos supostamente mais pobres, não privilegia a universalização do acesso; e a segunda, ao transferir a educação e outros serviços públicos para o setor privado, configurando-se a deserção do Estado” (MARQUES, 2007, p. 19). Enfim, mesmo sendo um programa relativamente novo foi possível apreender o PROUNI como uma política pública que inserida nas relações sociais capitalistas, confere ao Estado, materialidade de sua ação e assim dá a ideia de convergir com os interesses dos alunos que frequentam a escola, no entanto, o programa não contemplou os estudantes da classe trabalhadora que estão na educação superior. Dessa maneira, o PROUNI é caracterizado como uma política pública assistencialista, pois privilegia somente uma parcela dos estudantes daquele nível de ensino e com isso legitima a distinção dos estudantes por extratos sociais com base no acesso aos diversos tipos de IES estabelecidas no mercado. Assim, a implantação do PROUNI teve como finalidade o atendimento dos propósitos daqueles que dispõem do capital, os proprietários das IES particulares, que subvencionam a educação superior no Brasil e em Mato Grosso Sul. (SILVA, E., 2011, p. 141-142).

Silva, E. (2011) afirma que o governo federal, ao implementar o PROUNI, passa a beneficiar as IES privadas, patrocinando o preenchimento das vagas ociosas que estas instituições possuíam. Esta política buscou atender às determinações das políticas neoliberais que visam a valorização da iniciativa privada. O governo federal fez isso quando passou a transferir, como conclui Silva, E. (2011), milhões de reais para as empresas privadas. O Prouni, na visão de Silva, E. (2011), se contradiz, pois este não facilita o acesso a todos e não oferece aos poucos que ingressam no ensino superior uma universidade pública considerando-se que, em geral, o acesso de estudantes bolsistas acontece em faculdades

privadas. O programa busca atender e beneficiar as empresas que metabolizam²⁹ o mercado do capital.

Valle (2009), da Universidade Tuiuti do Paraná, em sua pesquisa cujo o título é *PROUNI: Política pública de acesso ao ensino superior ou privatização?* chegou às seguintes considerações como resultados da sua pesquisa:

o PROUNI é, sim, programa de acesso, embora se constitua num sentido restrito de democracia, ou seja, doação de um direito que é visto como benefício. Contraditório no contexto democrático de algo que já devia ser assegurado, é uma política de acesso ao ensino superior, cumprindo com seu propósito amplamente divulgado pelo Governo federal, assegurando o acesso a estudantes que não teriam como continuar seus estudos seja pela matrícula em uma instituição pública ou custear uma instituição privada. Também se caracteriza como política de privatização prejudicial às decisões do Estado quanto à gestão do ensino superior e sua autonomia nesse segmento. Tal privatização não se dá por meio da venda de estatais e sim pelo não investimento adequado para o ensino superior público, incentivando o aumento de IES privadas por meio do subsídio representado pela renúncia fiscal (VALLE, 2009, p. 98).

Valle (2009) conclui a sua pesquisa apontando o PROUNI como um programa que restringe o acesso dos estudantes ao ensino superior, visto que somente uma pequena parcela deles consegue ter direito ao uso de bolsa para estudar. A outra inferência de Valle (2009) está no fato de que o programa é um canal que permite ao governo federal transferir explicitamente recursos públicos para iniciativa privada. O PROUNI contribui para atender às imposições dos organismos internacionais que incentivam as políticas de caráter neoliberal e acelera a política privatista do governo federal na educação.

Percebemos que as seis teses verificadas apontaram a influência das políticas neoliberais nas entrelinhas do Programa Universidade para Todos. Encontramos também uma menção sobre uma pseudo³⁰ democratização da educação por meio do PROUNI. Notamos que o este serve para oferecer uma boa lucratividade para as empresas privadas.

Entre as seis teses verificadas, cinco apontam que o governo federal, por meio do PROUNI, financia com dinheiro público as instituições de ensino superior

²⁹ Metabolismo é o conjunto de transformações e reações químicas através das quais se realizam os processos de síntese degradação (ou decomposição) das células. Originado a partir do termo grego *metábole*, que significa “mudança” ou “troca”, o metabolismo acontece com a ajuda de enzimas, por meio de uma cadeia de produtos intermediários (SIGNIFICADOS, 2016).

³⁰ Pseudo é um termo de origem grega, a partir de *pseudes* / *pseûdos*, que significa literalmente “mentira” ou “falsidade”. Exemplos de palavras com o prefixo “pseudo”: Pseudônimo: é um nome falso usado por escritores que não querem se revelar, por exemplo. Pseudociência: uma ciência falsa ou suposta (SIGNIFICADOS, 2016).

privada, e apenas uma afirma que o PROUNI é um programa que proporciona benefícios sociais para os estudantes carentes.

Averiguamos onze dissertações do Banco de Teses e Dissertações da CAPES. O quadro abaixo apresenta os seus respectivos resultados:

Quadro 4 - Resultados de onze dissertações do Banco de Teses e Dissertações da CAPES

DISSERTAÇÕES	RESULTADOS
1	Os recursos utilizados pelo governo federal com a manutenção do PROUNI são abusivos, já que este poderia ter criado vagas nas universidades públicas.
1	Vê o PROUNI como instrumento para facilitar que o estudante tenha acesso a uma universidade.
1	Vê o programa como elemento que estimula a mercantilização da educação.
3	Apontam o PROUNI como um meio do governo federal fazer transferência de verbas públicas para as instituições de ensino superior privadas.
5	Apontam que o programa contribui para a ampliação das IES privadas.

FONTE: elaborado pelo autor, 2016.

De acordo com os resultados apresentados no quadro acima, percebemos que o PROUNI não contribui para democratização da educação superior. A impressão que este quadro nos dá é que o programa incentiva a aceleração das desigualdades sociais. O governo federal por meio do PROUNI se dobra às determinações dos organismos internacionais³¹ e isso colabora para a mercantilização da educação superior.

³¹ Entende-se por **organizações ou organismos internacionais** as instituições internacionais que agregam em si ações de vários países sob um objetivo ou bem comum. Elas atuam, desse modo, a partir de diversas causas ou missões, sendo essas abrangentes ou específicas, a exemplo da ONU (**Organização das Nações Unidas**), do FMI (**Fundo Monetário Internacional**) e várias outras. Os organismos internacionais, de um modo geral, podem atuar em diversas frentes, tanto no campo econômico quanto no âmbito social, mas exercem um peso primordial no cerne das relações geopolíticas. Decisões, por exemplo, tomadas na esfera da ONU ou do Banco Mundial, para citar dois exemplos muito comuns, podem reverberar em conflitos ideológicos ou disputas de bastidores entre diferentes governos e Estados. Nesse sentido, as organizações internacionais são encaradas por muitos como centros estratégicos de disputa pelo poder (PENA, 2016).

ONU (Organização das Nações Unidas) fundada em 1945 é a maior organização internacional do mundo. Tem como objetivos principais a manutenção da paz mundial, respeito aos direitos humanos e o progresso social da humanidade. - **OEA (Organização dos Estados Americanos)**

Um fator importante a ser considerado é que o PROUNI não oferece vagas a cursos como Agronomia porque, segundo o que apresentou uma das pesquisas, as instituições privadas não têm interesse em ofertar vagas nestes cursos, pois estes são cursos de valor de manutenção muito alto, o que inviabiliza a implantação destes pelas IES privadas. Estas apenas têm interesse em ofertar vagas para os cursos que possuem um baixo custo de manutenção.

O Programa Universidade para Todos (ProUni) disponibilizou on-line, nesta sexta-feira (6), a lista de cursos e instituições participantes. As inscrições para começam a partir do dia 9 e seguem até o dia 11 de junho.

Nesta edição do meio do ano, são oferecidas 115.101 bolsas em cursos de graduação de instituições privadas. Desse total, 73.601 são integrais e 41.500, parciais. As maiores ofertas estão nos cursos de administração (13.168 vagas), engenharias (12.362), direito (7.887), pedagogia (7.725) e ciências contábeis (6.865) (BRASIL, 2014).

Notamos que, no ano de 2014, o PROUNI não ofertou vagas para os alunos que tinham interesse em cursar Agronomia. O que se percebe é que as empresas privadas da educação não ofertam vagas para cursos como o de Agronomia devido ao seu elevado custo de manutenção.

O quadro apresentado na página seguinte mostra os cursos que mais ofertaram bolsas para alunos que foram beneficiados pelo Programa Universidade Para Todos.

fundada em 1948, conta com a participação de 35 nações do continente americano. Tem como objetivos principais a integração econômica, a segurança (combate ao terrorismo, tráfico de drogas e armas), combate à corrupção e o fortalecimento da democracia no continente. - **OMC (Organização Mundial do Comércio)**. Fundada em 1994, conta com a participação de 149 países membros. Atua na fiscalização e regulamentação do comércio mundial, além de gerenciar acordos comerciais. - **OCDE (Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico)**. Fundada em 1960, esta organização internacional é formada por 34 países. Tem como metas principais o desenvolvimento econômico e a manutenção da estabilidade financeira entre os países membros. - **OMS (Organização Mundial da Saúde)**. Fundada em 1948, este organismo faz parte da ONU e tem como objetivo principal a gestão de políticas públicas voltadas para a saúde em nível mundial.

- **OIT (Organização Internacional do Trabalho)**. Organismo especializado da ONU, foi fundada em abril de 1919. Atua, em nível mundial, em assuntos relacionados ao trabalho e relações trabalhistas. - **FMI (Fundo Monetário Internacional)**. Criado em 1945, tem como objetivos principais a manutenção da estabilidade financeira e monetária no mundo, o aumento do nível de emprego e a diminuição da pobreza. Conta com a participação de 188 nações. - **OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte)**. Criada em 1949, conta com a participação de 28 países membros. Tem como objetivo principal a manutenção da segurança militar na Europa (SUA PESQUISA, 2016).

Quadro 5 - Cursos que mais ofertaram vagas em 2014

CURSOS	VAGAS OFERTADAS
Administração	13.168
Engenharias	12.362
Direito	7.887
Pedagogia	7.725
Ciências Contábeis	6.865

Fonte: BRASIL, 2014.

O PROUNI está amparado pela Lei 11.096/2005³². Constatamos que este é um programa que atende às regras do Neoliberalismo e propõe lucratividade às empresas. O propósito do Neoliberalismo é fortalecer a iniciativa privada. Com a implantação do PROUNI, o governo federal contribuiu para reerguer instituições de ensino que estavam falindo por não terem alunos suficientes para ocupar as vagas excedentes nas faculdades. Com o Programa Universidade para Todos, o governo federal deixa de cumprir a Constituição Federal quando, ao invés de ofertar vagas em universidades públicas, oferece vagas em faculdades privadas através do PROUNI.

Averiguamos que, entre as onze dissertações do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, três delas apontam o PROUNI como um meio do governo federal fazer transferência de verbas públicas para as instituições de ensino superior privadas através da manutenção do programa e da isenção fiscal³³.

Cinco das dissertações apontam que o programa apenas oferece acesso às IES privadas. Uma das pesquisas indica que, ao invés de o governo criar vagas nas IES privadas através do PROUNI, deveria abrir mais vagas nas IES públicas. Apenas uma dissertação coloca o PROUNI como instrumento para facilitar o acesso

³² Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências (BRASIL, 2005).

³³ **Isenção fiscal** é a dispensa de tributo por meio de lei, realizada pelo ente federativo competente para instituí-lo. Não há efetivação do lançamento tributário, embora ocorra o fato gerador e consequentemente se instaure a obrigação tributária. A isenção fiscal pode ser uma forma de incentivar investimentos privados no desenvolvimento de áreas de interesse público (SENSAGENT, 2016).

do estudante a uma universidade. Observamos ainda que uma dissertação vê o programa como elemento que estimula a mercantilização da educação.

O levantamento do estado da arte foi importante para nossa pesquisa porque nos permitiu entender como o PROUNI tem sido um instrumento do governo federal para materializar as políticas neoliberais no contexto da educação superior brasileira. Além disso, as pesquisas analisadas neste mapeamento nos permitiram compreender que o PROUNI tem contribuído para a expansão do ensino superior privado no Brasil, e nos aproximaram da resposta para a questão levantada inicialmente.

No capítulo seguinte destacaremos o avanço do ensino superior privado e a sua relação com o programa Universidade Para Todos no estado de Alagoas.

5 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI): EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO EM ALAGOAS

Este capítulo tem como foco desenvolver uma investigação sobre o avanço do ensino superior privado no estado de Alagoas tendo como ponto de partida o PROUNI como uma das políticas públicas implementadas pelo governo brasileiro no campo da educação. As políticas a que nos referimos estão inseridas nesse contexto entre as ações que contribuíram para a reforma da educação superior realizada pelo governo federal a partir dos anos de 1990. A respeito dessas reformas, Bastos (2007, p. 70) argumenta que

no caminho desse reordenamento, utiliza-se o receituário neoliberal, sendo que nesse momento histórico, com um caráter ainda mais impositivo, atingindo diversos campos sociais. Apoiado nos organismos internacionais: FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM) – que “sugerem” a esses países novas formas gerenciais no tocante as políticas públicas – esses governos implementam todo um conjunto significativo de reformas, dentre elas as reformas educacionais, no caso em questão, a reforma do ensino superior, ou reforma universitária.

Alagoas, por ser um estado da federação, passa também a ser influenciado pelas ações resultantes das reformas que Bastos (2007) menciona no trecho em destaque acima. Estas foram caracterizadas por lançamentos de programas cujo propósito era a democratização da educação superior. Entre estes programas podemos destacar o PROUNI.

Em nossa pesquisa, pretendemos analisar o Programa Universidade para Todos como política pública direcionada ao ensino superior no estado de Alagoas e suas implicações na qualidade da educação superior no Estado. Investigaremos também como este programa contribuiu para a expansão da educação superior administrada pela iniciativa privada em Alagoas e a relação dessa expansão com o investimento de verbas públicas nas iniciativas privadas da educação.

Estruturamos o presente capítulo em três momentos. No primeiro momento, fazemos uma abordagem histórica da educação superior pública alagoana; no segundo momento damos ênfase ao ensino superior privado no contexto do estado de Alagoas, nesse sentido, falaremos sobre os primórdios do ensino superior em Alagoas; e no terceiro momento faremos uma abordagem sobre o contexto da reforma da educação superior e seu desenvolvimento a partir dos anos de 1990 com

a implantação das políticas de democratização do ensino superior mediante os programas de bolsas estudantis.

5.1 A Educação Superior Pública no Estado de Alagoas

Inicialmente, antes de fazermos uma abordagem sobre a expansão do Ensino Superior privado e a materialização das políticas neoliberais no estado de Alagoas, gostaríamos de falar sobre o início da implantação da educação superior pública no território alagoano.

A primeira experiência de educação superior em território alagoano se deu, segundo Verçosa e Cavalcante (2015), com a criação do Seminário Diocesano instalado em Alagoas no ano de 1902. Os cursos ofertados por esta instituição eram Filosofia e Teologia. Mais de uma década depois, surgiu em Alagoas a Academia de Ciências Comerciais, no ano de 1916, que tinha um perfil de ensino laicizado cujo propósito era atender à necessidade de formação para o setor terciário crescente em Maceió. Verçosa e Cavalcante (2015, p. 14) alegam que

[...] a escola então criada já encontraria o Seminário maduro e com sua influência consolidada. Todavia, com a emblemática denominação de academia, como a garantir que ninguém tivesse dúvida sobre natureza do empreendimento, esta é a primeira instituição educacional ensino superior encarregada de um saber laico, teoricamente dedicada a conhecimentos de natureza científica, a ser implantada em Alagoas. Voltada para um setor bem específico do ramo terciário da economia...

Mais tarde surgiram no estado outras faculdades que passaram a ofertar cursos como Filosofia (1952), Direito (1933), Medicina (1951), Engenharia (1955), Odontologia (1957) e Economia (1954). Com estes cursos já instalados e em pleno exercício em território alagoano houve a necessidade de federalização dos mesmos, uma vez que estes funcionavam como faculdades isoladas e em instalações com uma certa precariedade. Verçosa e Cavalcante (2015, p. 116) dizem que

de fato, das seis faculdades que integravam a jovem Universidade, apenas duas – Direito e Medicina – dispunham de instalações adequada ao seu funcionamento. A Escola de Engenharia continuava mal instalada no antigo prédio da Escola Técnica, a Odontologia muito mal acomodada num antigo edifício construído com finalidades residenciais, a Filosofia apenas ao Colégio Guido de Fontgalland e a Faculdade de Ciências Econômicas, sem sede própria, era ainda hóspede da perseverança.

A tentativa de federalização dos cursos e faculdades existentes em território alagoano e a criação de uma Universidade Federal no estado de Alagoas se valeu

do esforço de muitos durante os anos finais da década de 1950. Entre as pessoas que se esforçaram para a implantação da Universidade Federal de Alagoas, destacamos como um importante articulador e incentivador para a criação da Universidade de Alagoas o Dr. A. C. Simões (VERÇOSA; CAVALCANTE, 2015). No início dos anos de 1960, o movimento estudantil exerceu um papel fundamental no processo de criação da Universidade Federal de Alagoas, pois

com a chegada de 1960, a ideia de criação de uma Universidade Federal, embalada timidamente por alguns dirigentes de escolas, receberia uma força sempre mais crescente. Ainda que os relatos existentes sobre a criação da Universidade de Alagoas insistam em secundarizar, ou mesmo, omitir a participação estudantil, ela foi, contudo, relevante. A partir do 2º Congresso Estadual dos Estudantes, realizado em Viçosa em junho daquele ano, e logo depois, do Congresso Nacional em Belo Horizonte, o movimento estudantil de Alagoas decidiria intensificar uma campanha pela criação de uma Universidade no Estado. O jornal Diretório da Faculdade de Medicina, que cobriu os dois Congressos, registraria a formação, pela a União Estadual dos Estudantes de Alagoas, de uma Comissão permanente para coordenar a mobilização (VERÇOSA; CAVALCANTE, 2015, p. 109).

O movimento estudantil marcou a sua participação na história da fundação da Universidade Federal de Alagoas com um discurso que expressava um dos pontos característicos de uma universidade: a pesquisa. Sobre esse discurso, Verçosa e Cavalcante (2015, p. 109) ressaltam que

a justificativa apresentada pelo movimento estudantil para a criação de uma Universidade Federal era a de que sua concretização representaria mais recursos capazes de garantir a pesquisa, maior dedicação dos professores e, com isso, a formação de profissionais mais voltados para a realidade local.

Para o movimento, a universidade federal pública deveria nascer trazendo consigo a vocação para pesquisa, a dedicação exclusiva do corpo docente para proporcionar uma melhor qualidade no ensino e sobretudo uma atenção focada na realidade do contexto alagoano. Percebemos que o movimento estudantil como um dos principais motivadores da criação da universidade desejava uma universidade com ensino, pesquisa e extensão.

Com o esforço e luta dos movimentos organizados no estado, a Universidade Federal de Alagoas foi criada no ano de 1961, por meio da Lei 3.867 de 25 de janeiro de 1961, como parte do programa de expansão do ensino superior desenvolvido pelo governo federal nas últimas décadas do século XX. A recém-

criada Universidade de Alagoas era, conforme a Lei, composta pelos seguintes cursos de graduação:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o **CONGRESSO NACIONAL** decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Artigo 1º É criada a Universidade do Alagoas (U. Al) com sede em Maceió, Capital do Estado do Alagoas, e integrada no Ministério da Educação e Cultura - Diretoria do Ensino Superior, incluída na categoria constante do item I, artigo 3º, da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950. Parágrafo único. A Universidade de Alagoas terá personalidade jurídica e gozará de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar na forma da Lei. Artigo 2º A Universidade de Alagoas compor-se-á dos seguintes estabelecimentos de ensino: a) Faculdade de Direito de Alagoas (Lei nº 1.014, de 24 de dezembro de 1949); b) Faculdade de Medicina de Alagoas (Decreto nº 34.394, de 27 de outubro de 1953); c) Escola de Engenharia de Alagoas (Decreto nº 47.371, de 5 de dezembro de 1959); d) Faculdade de Odontologia de Alagoas (Decreto nº 41.352, de 22 de abril de 1957); e) Faculdade de Ciências Econômicas de Alagoas (Decreto nº 42.928, de 30 de dezembro de 1957); g) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (BRASIL, 1961).

A meta do governo federal era criar em todo o território nacional universidades federais públicas para atender à demanda de matrículas, que era crescente naquele período. Sobre esse desenrolar expansionista do ensino superior no Brasil, Barbalho (2007, p. 70) afirma que,

nas duas últimas décadas do século XX, a educação superior no país apresentou uma acentuada expansão que pode ser aferida pela ampliação do acesso por meio do crescimento do número de matrícula, do aumento e diversificação de instituições e de cursos, bem como pelo o aumento no número de professores.

A década de 1970 foi marcada pela criação da Universidade Estadual de Ciências da Saúde do Estado de Alagoas (UNCISAL). Neste mesmo período foi criada a Fundação Educacional do Agreste Alagoano (FUNEC) cuja sede estava situada na cidade de Arapiraca. “Esta instituição era pública e tinha como mantenedor o estado de Alagoas. Posteriormente, em 1990, a FUNEC foi transformada na FUNESA Fundação Universidade Estadual de Alagoas” e atualmente é a Universidade do Estado de Alagoas (UNEAL) (KULLOK; ARAGÃO; BRAZ, 2012, p. 211). Ressaltamos a relevância dessas instituições públicas para um estado carente econômica, social e culturalmente como é Alagoas. Estas instituições têm exercido um papel fundamental no ensino superior público como formadoras de recursos humanos, mostrando-se essenciais para o desenvolvimento do estado de Alagoas.

A educação superior pública em Alagoas se desenvolveu e, ao longo dos anos, expandiu-se até alcançar as cidades do interior do Estado. Todavia, a história do ensino superior em terras alagoanas foi também influenciada e marcada pela iniciativa privada, com a implantação de instituições antes mesmo de a rede pública fazê-lo.

A seguir, falaremos sobre o surgimento e desenvolvimento da educação superior de iniciativa privada.

5.2 A Expansão do Ensino Superior Privado em Alagoas

A trajetória da educação superior privada no Estado de Alagoas, segundo Verçosa e Cavalcante (2015), foi iniciada no ano de 1902 com a criação do Seminário Diocesano de Alagoas, o qual passou a ofertar dois cursos: Teologia e Filosofia. Destacamos que estes cursos eram direcionados para a formação clerical. Em 1916, sob a administração da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio de Maceió, foi criada a Academia de Ciências Comerciais de Maceió cujo propósito era ofertar uma formação laica. Para Verçosa e Cavalcante (2015), esta foi a primeira instituição de ensino superior privada sem fins lucrativos implantada em Alagoas com o papel de desenvolver estudos científicos.

No ano de 1971 iniciou-se um novo momento do ensino superior privado em Alagoas com a criação da Fundação Educacional Jayme de Altavila (FEJAL). A história dessa fundação começa a partir do ano de 1971, quando o seu fundador, o religioso padre Teófanês Augusto de Araújo Barros, movido pelo sentimento de que os trabalhadores diurnos não podiam frequentar uma faculdade – pois até aquela data só existiam cursos no período do dia – decidiu criar a instituição. O Centro de Ensino Superior de Maceió (CESMAC), surgiu em 1973 respaldado pelo Decreto-Lei aprovado na Câmara de Vereadores de Maceió que autorizou o funcionamento do centro.

A história da Fundação Educacional Jayme de Altavila – FEJAL tem início em 1971, a partir da preocupação do fundador, padre Teófanês Augusto de Araújo Barros, com aqueles que trabalhavam pelo dia e não podiam frequentar um curso superior em Alagoas, por não existir, sequer, uma escola de 3º grau funcionando à noite e, assim, ficavam impossibilitados de conquistar um diploma em um curso superior.

Em 5 de outubro de 1973 foi sancionado pelo então prefeito de Maceió, João Rodrigues Sampaio Filho, o Decreto-Lei nº 2.044 aprovado pela

Câmara de Vereadores que autorizava o funcionamento do, então, Centro de Estudos Superiores de Maceió, atual, Centro Universitário Cesmac. No primeiro vestibular, em 1975, a instituição ofertou 9 cursos e 450 vagas. Atualmente, conta com cerca de 12.000 alunos nos cursos de graduação, 2.000 alunos de pós-graduação, são quase 60 cursos em andamento, aproximadamente 600 professores e, também, 700 colaboradores distribuídos nos departamentos administrativos da instituição (CESMAC, 2016).

O Centro de Ensino Superior de Maceió exerceu uma hegemonia na educação superior privada em Alagoas por cerca de 23 anos, visto que consistia na única opção do seguimento privado em Alagoas. "É bem verdade que até 1996, Alagoas tinha avançado na conquista de novas instituições de ensino superior (IES), com a presença oficial de um Centro Universitário - CESMAC" (KULLOK; ARAGÃO; BRAZ, 2012, p. 212).

Percebemos que no estado de Alagoas, até o ano de 1996, o ensino superior só contava com uma instituição privada, visto que ainda não havia sido implantado nenhum outro grupo educacional particular. A partir deste ano a rede privada de educação superior começou crescer em Alagoas com a chegada de outros grupos de educação superior. O quadro a seguir apresenta a evolução do ensino superior em Alagoas durante o período de 1996 até 2005.

Quadro 6 - Evolução do número de instituições privadas de ensino superior em Alagoas entre os anos de 1996 a 2005

ANO	IES PRIVADAS
1996	1
1997	3
1998	4
1999	6
2000	6
2001	9
2002	11
2003	16
2004	17
2005	18

Fonte: INEP, 2005.

Percebemos que, no período de 1996 a 2005, o número de IES privadas passou por um crescimento de maneira que, ao final de dez anos contados a partir de 1996, o número de instituições superiores privadas cresceu seis vezes mais, comparando o ano de 2005 com o ano de 1996, quando outros grupos privados começaram a surgir no Estado de Alagoas.

Para entender o avanço do ensino superior privado, daremos um salto temporal de cinco anos em relação ao ano de 2005 mencionado no quadro anterior que apresenta o avanço do número de IES privadas. Este salto no tempo tem o propósito de mencionar a evolução de matrículas entre o período de 2010 a 2015, fazendo uma comparação das matrículas efetuadas em instituições públicas e privadas.

Quadro 7 - Matrículas total em cursos de graduação - presenciais e a distância 2010 – 2015

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pública	35.119	38.544	40.422	42.406	41.109	37.741
Privada	46.165	48.520	51.833	55.759	60.089	63.648

Fonte: INEP, 2017.

Nos dez anos mencionados no quadro 6, que mostra a evolução de IES privadas em Alagoas, já era possível perceber que a iniciativa privada estava com uma tendência de realizar mais matrículas do que as instituições públicas do estado. Notamos, no quadro 7, que entre o período de 2010 a 2015 o número de matrículas nas IES privadas dobrou em relação às matrículas realizadas nas IES públicas, confirmando a tendência que o quadro 6 apresentou sobre o crescimento elevado das IES privadas no estado.

Dessa forma, entendemos que o avanço das instituições de ensino superior permitiu o desenvolvimento de uma comercialização da educação superior, estabelecendo a competitividade entre as IES, o que tornou o ensino superior em Alagoas um negócio lucrativo no mercado do capital. Nesse sentido, Oliveira e Dourado (2003, p. 80) comentam:

a competitividade mercantil foi incorporada na lógica das políticas do governo federal na medida em que houve um processo de facilitação da criação de instituições e de cursos, da adoção de uma perspectiva de tratamento dos alunos como clientes e/ou consumidores de produtos

acadêmicos, da ênfase em uma expansão pela via das IES e cursos privados, da redução de gastos nas IFES, dentre outras.

Para os autores (2003), o processo de expansão do ensino superior privado no Brasil, e conseqüentemente também em Alagoas, está ligado ao processo de desenvolvimento da visão capitalista neoliberal facilitada pelo governo federal, que estimula a abertura de IES privadas e, com isso, a competitividade entre as IES e a oferta de mercadoria educacional.

Com a motivação do governo federal na criação de instituições de ensino superior privado no Brasil, houve uma mudança na forma de olhar para o aluno. Dessa forma, o aluno antes considerado um ser em formação tornou-se um cliente e consumidor. A educação, nesse contexto, perdeu também o seu status de preparadora do indivíduo para a vida e passou a ser vista como um produto oferecido no mercado para ser explorado e comprado pelos clientes.

5.3 O Contexto da Reforma da Educação Superior em Alagoas e seu Desenvolvimento a partir dos Anos de 1990

Os anos de 1990 foram um período marcado pela expansão do ensino superior privado em todo território brasileiro (MACEDO et al., 2005). E Alagoas como um estado integrante da república brasileira passa a ser impactada pelos reflexos dessa expansão no ensino superior privado. O governo federal, movido pelo discurso de democratização da educação superior no Brasil iniciou um processo de facilitação de acesso ao ensino superior privado, incentivado também pela escassez de vagas nas IES pública e pela limitação dos recursos públicos orçamentários.

Com a finalidade de ampliar as vagas escassas na educação superior pública, o governo passa a criar vagas em IES privadas. A partir dessa intenção introduziu-se um processo de expansão do ensino superior privado em Alagoas. A educação passa a ser vista como uma mercadoria e o aluno como um cliente, elementos que denotam uma relação estritamente comercial. Por esta razão que Dourado (2002), diz que nessa realidade a educação universitária passa por uma metamorfose.

Na prática, [...], ao segmentarem a educação superior por meio do estímulo à expansão das matrículas e à diversificação institucional, naturalizam esse campo como serviço e, na maioria dos casos, restringem a educação superior à função de ensino. Como desdobramento desse processo, ocorre uma profunda diferenciação institucional que acarreta, fundamentalmente, mudanças na identidade e na função social da universidade, que passa por um processo de clara metamorfose institucional, ao ser alocada no setor de

prestação de serviços e, ao mesmo tempo, que passa a ser entendida, não mais como instituição historicamente autônoma em relação ao Estado e ao mercado, mas, agora, como organização social, heterônoma, resultando em novas formas de adequação ao mercado (DOURADO, 2002, p. 245-246).

A partir dos anos de 1990, o que vai acontecer em Alagoas é o reflexo de uma realidade política, impressa em todo contexto brasileiro, demarcado por um percurso de implantação dessas políticas educacionais inseridas em todos os estados da Federação. A válvula propulsora da implementação dessas políticas em Alagoas foi formada por um agrupamento de entidades mundiais conhecidas pelos teóricos da educação de outras áreas do conhecimento como os organismos internacionais. Entre esses organismos destacamos o Banco Mundial, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), Fundo Monetário de Investimentos e a Organização Mundial do Comércio.

As políticas referidas nestes capítulos foram implantadas e consolidadas no Brasil a partir da gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso, que aconteceu entre os anos de 1995 a 1998, (o primeiro mandato) e 1999 a 2002 do século XX (o segundo mandato) (PRADO, 2012). As imposições dos órgãos internacionais e suas determinações conduziram o Brasil a desenvolver dentro do contexto da reforma da educação políticas educacionais, cujo interesse estivesse voltado para atender as necessidades do mercado capitalista e não simplesmente intencionada a formar cidadãos e cidadãs. As exigências a partir desse contexto, deveria ser que a educação superior se alinhasse com as demandas do mercado.

A introdução de uma maior diferenciação no ensino superior, ou seja, a criação de instituições não universitária e o aumento de instituições privadas, podem contribuir para satisfazer a demanda cada vez maior de educação superior e fazer com que os sistemas de ensino melhor se adequem às necessidades do mercado de trabalho (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 31).

É dentro desse contexto de implantação de políticas voltadas para as necessidades do mercado que os princípios das políticas neoliberais, se destacam como políticas estruturantes do sistema educacional brasileiro e como consequência, estas políticas passam a influenciar a educação superior no Estado de Alagoas por ser uma unidade federativa brasileira. O discurso neoliberal encontra espaço para propor mudanças no Estado voltadas para a realidade mercadológicas impulsionadas pelos organismos internacionais, cujo interesse não era a formação

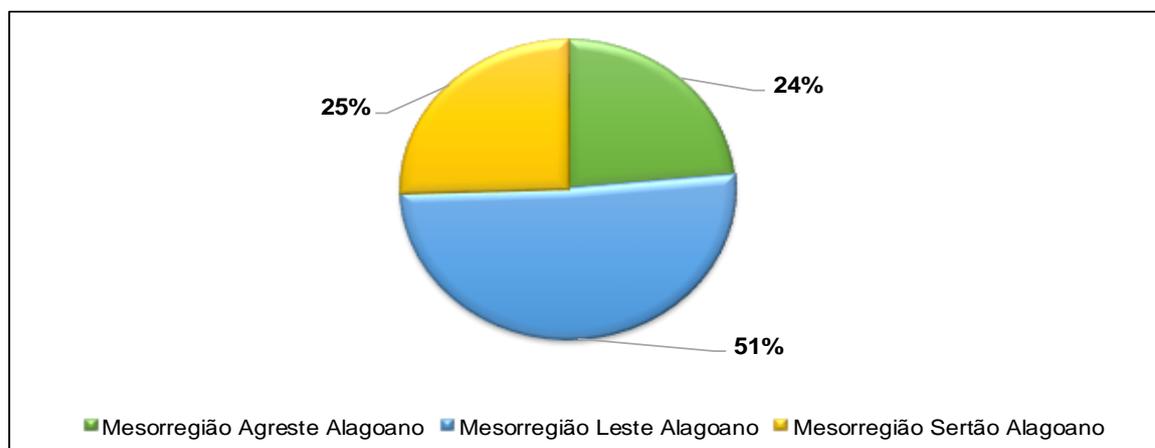
do indivíduo para a vida, e sim, a preparação do indivíduo para atender os apelos do mercado do capital.

A partir da década de 90 que o país se rende por completo às pressões dos organismos multinacionais, em especial dos bancos, como o Banco Mundial - BM e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD. O discurso neoliberal passa a fazer parte do cenário educacional, reorganizados em função dos critérios de Mercado (MELO; PRADO, 2012, p. 78).

Sob a influência dessas políticas de reforma da educação brasileira, amparadas pelos organismos internacionais a educação superior privada em Alagoas passa por um processo de expansão na capital e interior.

Vejamos a distribuição da oferta de cursos e Instituições de ensino superior em Alagoas, considerando a sua distribuição demográfica populacional. O estado de Alagoas tem uma população que passa dos 3,3 milhões de habitantes, e está dividido por regiões denominadas Mesorregiões³⁴. As Instituições de ensino superior existentes no estado de Alagoas, estão distribuídos nestas regiões.

Gráfico 3 - Distribuição das IES por região no Estado de Alagoas



Fonte: SEMESP, 2016.

De acordo com a composição gráfica acima apresentada a Mesorregião do Agreste Alagoano composta por 24 municípios, possui 9 Instituições de ensino superior e efetuou em 2014, 12.503 matrículas.

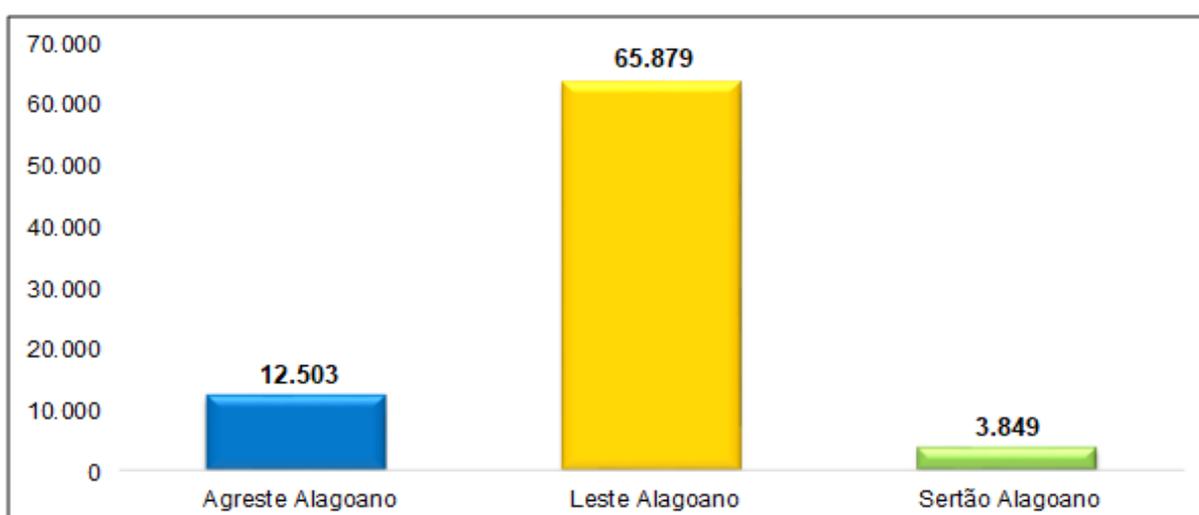
³⁴ **Mesorregião** é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais, que por sua vez, são subdivididas em microrregiões. O termo **mesorregião** foi criado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa (DICIONÁRIO INFORMAL, 2017).

A Mesorregião do Leste Alagoano aparece no gráfico acima como a região que mais efetuou matrículas em IES, com 52 municípios, destaca-se com 20 instituições de ensino superior e 65.879 alunos matriculados em 2014 no ensino superior. Esta mesorregião surge com tamanha relevância em seus dados, devido ao fato de ser a mesorregião onde está situada a cidade de Maceió que é a capital do estado de Alagoas.

A mesorregião do Sertão Alagoano possui mais municípios em relação a do Agreste Alagoano, porém é apresentada nas informações do INEP e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como a mesorregião que possui os menores números no ensino superior de Alagoas no ano de 2014. Os números são os seguintes: 23 municípios, 3.849 matrículas e 3 IES. Esta mesorregião possui 2 municípios a mais em relação a mesorregião do Agreste Alagoano e efetuou pouco mais de um terço das matrículas realizada na mesorregião comparada. Isto é, enquanto a mesorregião do Agreste Alagoano matriculou 12.503 alunos, o Sertão Alagoano, com 2 municípios a mais, só conseguiu matricular 3.849 alunos. A explicação que temos para esse fato é que esta mesorregião tem apenas 3 IES, e a mesorregião região comparada possui 9 instituições (INEP, 2016).

O gráfico 4 abaixo apresenta a distribuição numérica de matrículas realizadas nas mesorregiões alagoanas no ano de 2014.

Gráfico 4 - Matrículas realizadas nas mesorregiões alagoanas no ano de 2014



Fonte: SEMESP, 2016.

O número de matrículas no ensino superior apresentados corresponde as Instituições públicas e privadas do Estado de Alagoas. As informações em destaque detalham essa distribuição:

o Estado de Alagoas tem uma população estimada em 3,3 milhões de habitantes e é formado por três mesorregiões (totalizando 102 municípios). Concentra em suas 27 instituições de ensino superior 1,3% das matrículas em cursos presenciais, sendo que a mesorregião Leste Alagoano foi responsável por cerca de 65,9 mil matrículas (80%). Em 2014, na rede privada houve um aumento de 10,6% nas matrículas, atingindo a marca de 46 mil, contra 41,6 mil do ano anterior. Na rede pública o índice teve uma queda de 4,1%, totalizando 36,2 mil matrículas em 2014 contra 37,8 mil no ano anterior (SEMESP, 2016, p. 106).

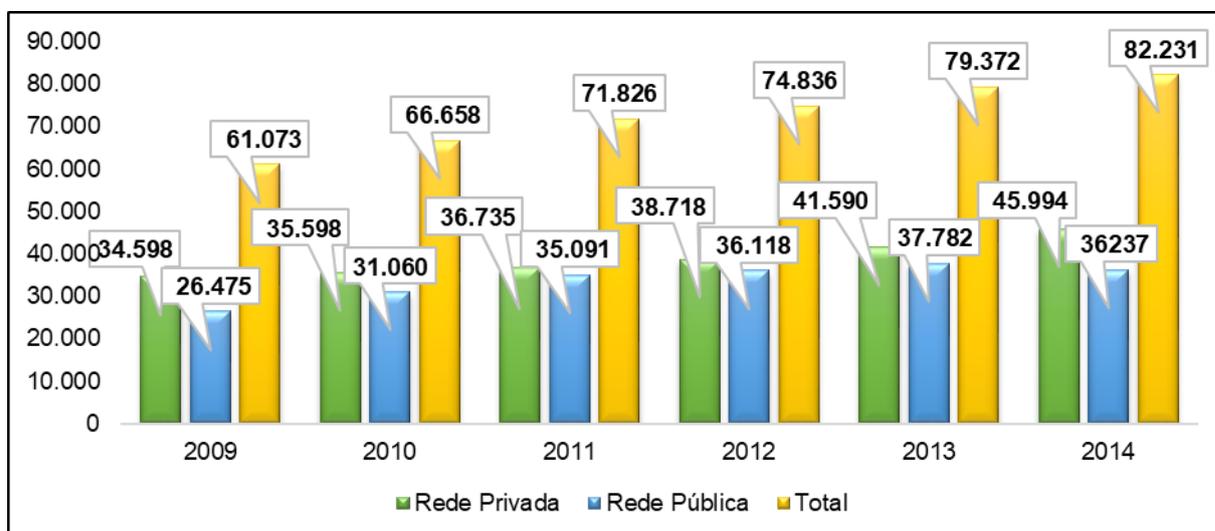
As informações do Sindicato das Mantenedoras do ensino superior de Alagoas (SEMESP) (2016), nos convencem do crescimento do ensino superior privado no Estado de Alagoas entre os anos de 2013 e 2014 em relação a Educação superior pública. O ensino superior público nestes anos não apresentou crescimento em relação ao superior privado o qual obteve um declínio de 4 pontos percentuais em relação a rede de educação superior privada.

Percebemos nos dados do SEMESP (2016) a prevalência das instituições de ensino superior privado, tanto presencial como a distância no estado, em especial na mesorregião Leste Alagoano, onde está localizada a cidade de Maceió, sua capital. As informações do SEMESP (2016, p. 107) apontam os seguintes dados:

entre 2013 a 2014, o aumento chegou a 3,6% no número total de matrículas em cursos presenciais (82,2 mil em 2014 contra 79,4 mil no ano anterior), somadas as IES privadas (46 mil contra 41,6 mil, ou crescimento de 10,6%) e públicas (36,2 mil contra 37,8 mil, ou queda de 4,1%). Em 2014, havia 46 mil alunos matriculados nas IES da rede privada (56%) e 36,2 mil alunos na pública (44%), totalizando 82,2 mil matrículas. Das três mesorregiões do estado, apenas uma delas contabilizou em 2014 quase 66 mil matrículas em cursos presenciais: a Leste Alagoano. A mesorregião Agreste Alagoano registrou mais de 12,5 mil matrículas. E a mesorregião Sertão Alagoano ficou com menos de 4 mil matrículas.

Notamos que entre os anos de 2009 a 2014 com as políticas de incentivos ao ensino superior privado, o resultado que se obteve foi um crescimento da rede privada em relação à rede pública de Ensino Superior. A educação superior privada cresceu 10,6%, em relação a pública que apresentou uma queda de 4,1%. O crescimento a nos referimos aqui é em relação às matrículas realizadas nesse período. O gráfico 5 a seguir retrata a realidade do ensino superior entre os anos de 2009 a 2014.

Gráfico 5 - Evolução das matrículas em instituições privadas em relação as públicas entre 2009 a 2014



Fonte: SEMESP, 2016.

O gráfico 5 mostra que, durante o período entre 2009 a 2014, a rede privada realizava mais matrículas do que a rede pública. A diferença de matrículas entre a pública e a privada durante esse período variava em cada ano. Em 2009 a diferença ficou em cerca de 8 mil matrículas a mais realizadas na rede privada; no ano de 2010 a rede privada matriculou 4 mil alunos a mais; já em 2011 essa diferença diminuiu para mil alunos matriculados, mas a rede privada continuou matriculando mais do que a pública; em 2012 voltou a crescer o número de matrículas na rede privada; em 2013 o número de matrículas na privada dobrou em relação ao ano anterior, matriculando 4 mil alunos; em 2014 o crescimento voltou a dobrar em relação ao ano de 2013, a rede privada matriculou a mais em relação à pública 9 mil alunos. O que se percebe é que durante este período a iniciativa privada esteve sempre à frente da pública em relação ao número de matrículas nas IES.

Segundo as informações publicadas no Anuário Estatístico de Alagoas, entre os anos de 2009 e 2014 o estado já possuía 27 instituições de ensino superior privadas (ALAGOAS, 2017). Essa realidade, de acordo com as informações que se seguem, estava instalada na capital e no interior. O quadro 8 na página seguinte apresenta os números crescentes dessa distribuição

Quadro 8 - Evolução do número de instituições de educação superior, segundo a localização, categoria administrativa e organização acadêmica em Alagoas/ 2009 – 2014

(continua)

Categoria administrativa	Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
2009															
Total	25	16	9	3	2	1	1	1		20	12	8	1	1	
Pública	4	3	1	3	2	1							1	1	
Federal	2	2		1	1								1	1	
Estadual	2	1	1	2	1	1									
Privada	21	13	8				1	1		20	12	8			
2010															
Total	25	16	9	3	2	1	1	1		20	12	8	1	1	
Pública	4	3	1	3	2	1							1	1	
Federal	2	2		1	1								1	1	
Estadual	2	1	1	2	1	1									
Privada	21	13	8				1	1		20	12	8			
2011															
Total	26	16	10	3	2	1	1	1		21	12	9	1	1	
Pública	4	3	1	3	2	1							1	1	
Federal	2	2		1	1								1	1	
Estadual	2	1	1	2	1	1									
Privada	22	13	9				1	1		21	12	9			
2012															
Total	30	18	12	3	2	1	1	1		25	14	11	1	1	
Pública	4	3	1	3	2	1							1	1	
Federal	2	2											1	1	
Estadual	2	1	1	3	2	1									
Privada	26	15	11				1	1		25	14	11			

Quadro 8 - Evolução do número de instituições de educação superior, segundo a localização, categoria administrativa e organização acadêmica em Alagoas/ 2009 – 2014

(conclusão)

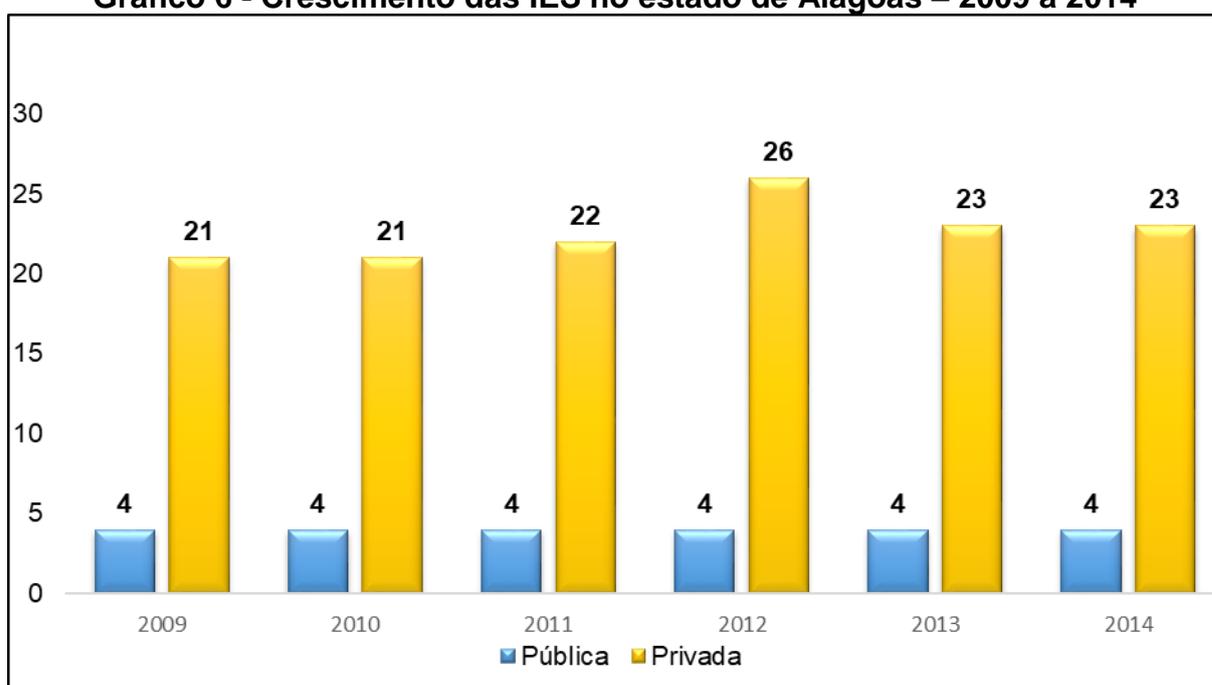
Categoria administrativa	Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
2013															
Total	27	18	9	3	2	1	1	1		22	14	8	1	1	
Pública	4	3	1	3	2	1									
Federal	2	2	0	1	1										
Estadual	2	1	1	2	1	1									
Privada	23	15	8				1	1		22	14	8			
2014															
Total	27	18	19	3	2	1	2	2		21	13	8	1	1	
Pública	4	3	1	3	2	1									
Federal	2	2	0	1	1										
Estadual	2	1	1	2	1	1									
Privada	23	15	8				2	2		21	13	8			

Fonte: ALAGOAS, 2017.

Percebemos no quadro 7, localizado na página anterior, que entre os anos de 2009 e 2014 o número de IES privadas era 4 vezes maior que o número de IES públicas. As IES privadas oscilaram durante estes anos entre 21 IES, em 2009 e 2010; 22 em 2011. Em 2012, este número é elevado para 26 e, em 2013 e 2014, houve uma redução de 3 IES, ficando, nestes dois anos, com 23 instituições de ensino superior privado no estado de Alagoas. Neste mesmo período o estado possuía apenas 3 IES públicas (UFAL, UNEAL e IFAL). O ensino superior privado no período de 2009 a 2014 no estado de Alagoas apresentou um crescimento maior que o ensino superior público.

O gráfico número 6 retrata o crescimento das IES no estado e traça um paralelo entre o crescimento privado e público.

Gráfico 6 - Crescimento das IES no estado de Alagoas – 2009 a 2014



Fonte: SEMESP, 2016.

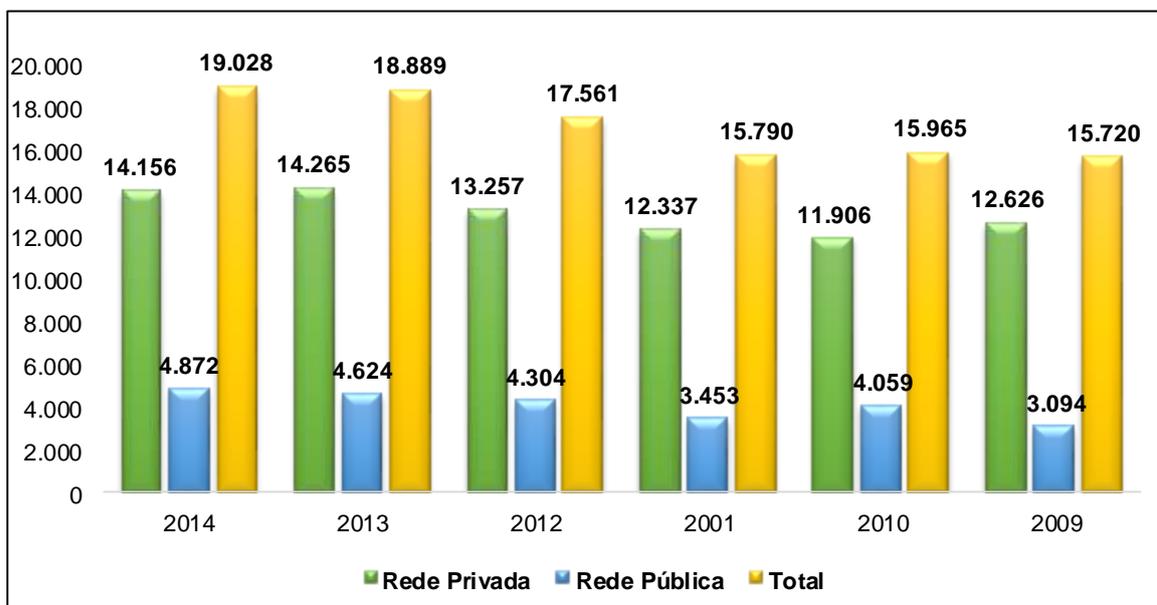
Entre 2009 e 2014 o avanço das instituições de ensino superior privadas foi superior ao crescimento das IES públicas. Neste período houve uma lentidão no desenvolvimento das unidades públicas de ensino superior. É o que nos apresenta os dados do gráfico 6. Para entender melhor esta realidade, fizemos uma análise destes dados e notamos que entre o período de (2009 - 2014) o ensino superior público no estado de Alagoas mesmo com o incentivo do Programa de Expansão e

Reestruturação das Universidades Federais (REUNI)³⁵ estacionou com 4 unidades de ensino, quando a rede privada avançou, em 2014, para 23 IES e, em 2017, Alagoas possui 26 IES privadas. Esta análise nos aponta que este avanço da iniciativa privada na educação superior em relação à pública foi resultado de incentivos oferecidos pelas políticas do governo federal. Sobre estas políticas falaremos mais adiante.

Com aprovação da Lei de Diretrizes Bases da Educação (LDB) nº. 9.394/96 em 20 de dezembro de 1996, a educação a distância passou a ser entendida como uma modalidade de ensino equiparada a modalidade de ensino presencial e incentivada pelo governo federal, como afirma o art. 80 da Lei 9.394/96: “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. Com o impulso legal aprovado pelo poder público a Educação a Distância avançou consideravelmente no estado de Alagoas.

O gráfico 7 apresenta o quantitativo de matrículas no ensino superior na Educação a Distância – EAD no estado de Alagoas.

Gráfico 7 - Matrículas na Educação a Distância - EAD em Alagoas no período de 2009 – 2014



Fonte: SEMESP, 2016.

³⁵O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2010).

Percebemos que a iniciativa privada no ensino superior a distância no período de 2009 a 2014, assim como na educação superior presencial, continuou sobressaindo-se em relação ao número de matrículas comparado com o ensino superior público.

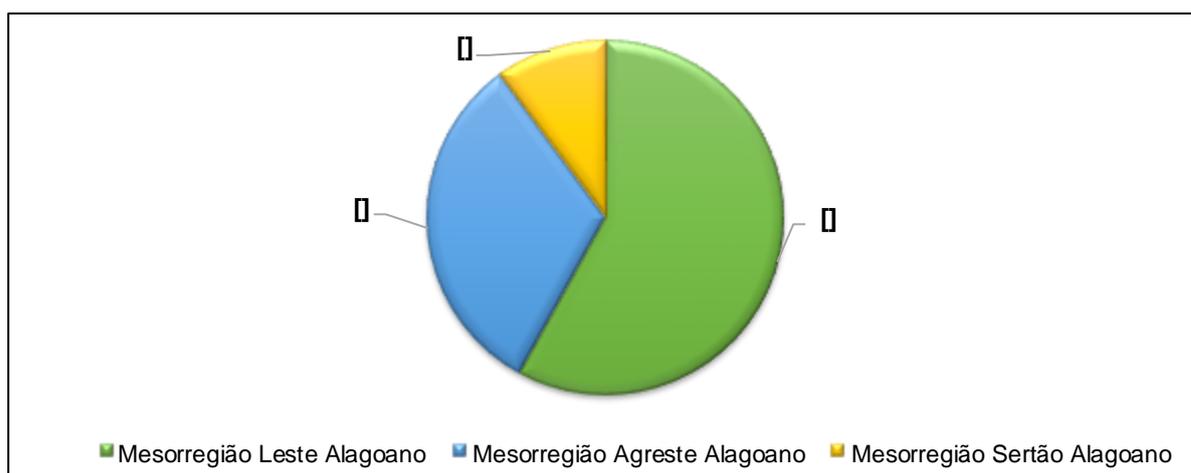
As matrículas em cursos a distância (EAD) em Alagoas registraram de 2009 a 2014 um crescimento de 21%, sendo um aumento de 12% na rede privada e de 57% na pública. Em 2014, na rede privada houve uma leve queda de 0,8% nas matrículas, atingindo a marca de 14,2 mil matrículas, contra 14,3 mil do ano anterior.

Na rede pública o crescimento chegou a 5,4%, totalizando 4,9 mil matrículas, contra 4,6 mil em 2013. Vale acrescentar que, em 2014, o número de matrículas em cursos EAD representou 19% do total de matrículas no estado.

Das três mesorregiões do estado, apenas uma apresentou mais de 11 mil matrículas: a Leste Alagoano. A mesorregião Agreste Alagoano registrou mais de 6 mil matrículas e a mesorregião Sertão Alagoano ficou com menos de 2 mil matrículas (SEMESP, 2016, p. 108).

No gráfico 8 apresentamos o quantitativo de matrículas, discriminando o quantitativo de público e privado. Para contribuir com a elucidação do número de matrículas na modalidade EAD no ensino superior em Alagoas acrescentaremos uma ilustração gráfica em termos percentuais sobre a soma total de matrículas entre público e privado realizadas no estado.

Gráfico 8 - Percentual de matrículas nas mesorregiões alagoanas em EAD de 2009 a 2014



Fonte: SEMESP, 2016.

O Leste Alagoano aparece como a região que mais matriculou alunos na Educação a Distância. Esta região, no ano de 2014, entre público e privado, efetuou 58% das matrículas no estado de Alagoas (SEMESP, 2016).

A região denominada Agreste Alagoano foi responsável pela realização de 32% das matrículas em EAD no estado e a mesorregião do sertão alagoano apresentou o menor percentual de matrículas realizadas em alagoas. Esta mesorregião realizou apenas 10% das matrículas no ensino Superior na modalidade EAD (SEMESP, 2016).

A partir desse momento analisaremos o Programa Universidade Para Todos – PROUNI na realidade de Alagoas com a intenção de verificar se o PROUNI influenciou na ampliação de vagas no ensino superior privado no estado de Alagoas.

Conforme dados do Sistema do PROUNI (SISPROUNI), que armazena dados de todas as instituições participantes e estudantes bolsistas cadastrados no PROUNI, o programa realizou 12.082 matrículas entre os anos de 2009 a 2016 (MEC, 2016b). Estas matrículas foram distribuídas nos semestres dos respectivos anos, apresentando uma variação ano após ano. Nesse período, no segundo semestre sempre houve menos matrículas integrais e parciais em relação ao primeiro semestre de cada ano.

Os registros mostram que nos anos 2010, 2011 e 2012 houve uma queda apenas na adesão às bolsas integrais em relação aos anos anteriores, mas em 2013 o crescimento de bolsas integrais foi retomado, chegando ao primeiro semestre de 2016 com 740 bolsas integrais. No quadro 9 apresentaremos a dinâmica de matrículas integrais e parciais com os números específicos de cada semestre realizadas durante os anos de 2009 a 2016.

Quadro 9 - Demonstrativo do número de bolsas ofertadas pelo PROUNI em Alagoas entre os anos de 2009 a 2016

(continua)

ANO	INTEGRAL	PARCIAL	TOTAL
2009			
1º semestre	527	88	615
2º semestre	672	31	703
2010			
1º semestre	688	145	833
2º semestre	402	39	441
2011			
1º semestre	574	142	716
2º semestre	290	41	331

Quadro 9 - Demonstrativo do número de bolsas ofertadas pelo PROUNI em Alagoas entre os anos de 2009 a 2016

(conclusão)

ANO	INTEGRAL	PARCIAL	TOTAL
2012			
1º semestre	692	203	895
2º semestre	422	104	526
2013			
1º semestre	1.132	100	1.232
2º semestre	781	20	801
2014			
1º semestre	1.337	32	1.369
2º semestre	746	3	749
2015			
1º semestre	1.107	241	1.348
2º semestre	572	32	604
2016			
1º semestre	740	179	919
Total geral de bolsas PROUNI em Alagoas de 2009 a 2017			12.082

Fonte: MEC, 2016b.

Buscando uma informação sobre as matrículas efetuadas em instituições privadas mediante bolsas PROUNI, no período de 2009 a 2016, em todo estado de Alagoas, percebemos que em oito anos foram realizadas 12.082 matrículas, integrais e parciais, de alunos beneficiados com as bolsas do programa em cursos de graduação. Notamos um número maior de matrículas realizadas no primeiro semestre dos anos analisados em relação ao segundo semestre dos respectivos anos.

Com a finalidade de saber quantas instituições de ensino superior privadas realizaram matrículas na modalidade de ensino superior presencial via bolsas do Programa Universidade Para Todos, fizemos um levantamento das IES beneficiadas recebendo estudantes com as bolsas no estado de Alagoas no período de 2010 a 2016. O quadro 10 apresenta dados do SISPROUNI (MEC, 2016b) sobre as instituições que tiveram esse benefício e quais as que mais foram beneficiadas no estado de Alagoas.

Quadro 10 - Quantitativo de bolsas integrais do PROUNI por instituições na modalidade de ensino presencial em faculdades e institutos

INSTITUIÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Centro de Ensino Superior Arcanjo Mikael de Arapiraca - Faculdade	9	7	8					25
Faculdade Alagoana de Administração	27	12						39
Faculdade da Cidade de Maceió	89	50	48	51	49	93	50	519
Faculdade Estácio de Alagoas – Estácio FAL	4	41	50	122	170	197	119	703
Faculdade Figueiredo Costa - FIC	13	5	2	8		8	3	37
Faculdade Maurício de Nassau	59	89	92	158	284	315	94	1091
Faculdade Pio Décimo			3					3
Faculdade Pitágoras				81	153	41	77	352
Faculdade Raimundo Marinho			23	18				41
Faculdade Sete de Setembro	4	3	10	4	10	13	2	46
Faculdade Serigy	1							1
Faculdade da SEUNE	36	44	33	35	61	35	36	280
Instituto de Ensino Superior de Alagoas	90	47	13	26	4			180

Fonte: MEC, 2016b.

A partir dos dados apresentados no quadro 10 percebemos que 13 Faculdades no estado de Alagoas foram privilegiadas ao receberem alunos bolsistas do PROUNI. Entre as IES privilegiadas, a que mais se destaca é a Faculdade Maurício de Nassau, que realizou o maior número de matrículas de bolsistas contemplados pelo programa. A Faculdade Maurício de Nassau matriculou 1.091 estudantes bolsistas do PROUNI. A IES que efetuou o segundo maior número de matrículas neste mesmo período foi a Faculdade Estácio de Sá, com 703 matrículas; seguida da Faculdade Cidade de Maceió, com 519 matrículas; da Faculdade Pitágoras, com 352 alunos bolsistas; da SEUNE, com 280 bolsistas e do Instituto de Ensino Superior de Alagoas (IESA), com 180 estudantes bolsistas do PROUNI. Na soma das 6 instituições mais contempladas com estas matrículas temos um total de 3.125 alunos beneficiados pelo PROUNI. Ressaltamos que a IES que menos matriculou alunos do PROUNI foi a Faculdade Serigy, com apenas 1 matrícula.

Vimos o quadro 10 que apresentou o quantitativo de faculdades beneficiadas ao receberem os bolsistas do Programa Universidade Para Todos na modalidade de ensino presencial. Neste momento, apresentaremos o quantitativo de centros universitários de Alagoas, na mesma modalidade, que foram beneficiados com o programa, recebendo alunos bolsistas no período de 2010 a 2016.

Quadro 11 - Quantitativo de bolsas integrais do PROUNI por instituições na modalidade de ensino presencial em centros universitários

INSTITUIÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Centro Universitário Maurício de Nassau				1		9		10
Centro Universitário Tiradentes	75	55	88	164	251	177	297	1.107

Fonte: MEC, 2016b.

Percebemos que apenas dois centros universitários foram privilegiados com as matrículas dos bolsistas PROUNI. O Centro Universitário Tiradentes foi o que

mais recebeu o benefício de alunos bolsistas matriculados neste período, com 1.214 matrículas.

A modalidade de Ensino a Distância (EAD) também matriculou alunos contemplados com bolsas do PROUNI. Para termos uma noção do crescimento dessa modalidade com incentivo das bolsas do programa apresentaremos o quantitativo de universidades, centros universitários e faculdades privadas beneficiados com as matrículas de alunos bolsistas do PROUNI. O quadro 12 apresentado em seguida mostra apenas as universidades beneficiadas.

Quadro 12 - Quantitativo de bolsas integrais do PROUNI por Instituições na modalidade de ensino a distância em Universidades

INSTITUIÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Universidade Cruzeiro do Sul						1	1	2
Universidade Luterana do Brasil	5	21		32	49	56		163
Universidade de Santo Amaro	9			9	5	4		27
Universidade Estácio de Sá	2	17	8	28	33	73	16	177
Universidade Pitágoras UNOPAR	258	69	180	493	598	360	171	2129
Universidade Paulista	4	7	19	15	23	30	42	140
Universidade Salvador		1						
Universidade de Santo Amaro		24	21	8	15	7	18	93
Universidade do Sul de Santa Catarina				2		1		3
Universidade Cidade de São Paulo		1						1
Universidade Tiradentes	19	57	50	24	16	12	58	236
Universidade Anhanguera - UNIDERP			14	21	6	6	15	62

Fonte: MEC, 2016b.

Conforme os dados do SISPROUNI (MEC, 2016b), 12 universidades foram beneficiadas com o Programa Universidade Para Todos em Alagoas. A universidade que mais realizou matrículas de alunos bolsistas no estado foi a Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR). Esta universidade matriculou, no período de 2010 a 2016, 2.129 bolsistas do PROUNI; a Universidade Tiradentes matriculou 236 alunos, sendo a segunda universidade que mais efetuou matrículas em Alagoas nesse mesmo período. A universidade que menos matriculou bolsistas foi a Universidade da Cidade de São Paulo, com apenas 1 bolsista matriculado.

O Programa Universidade Para Todos beneficiou no estado de Alagoas 7 centros universitários: o Centro Universitário Claretiano, Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, Centro Universitário da Grande Dourados, Centro Universitário Internacional, Centro Universitário Leonardo da Vinci, Centro Universitário Maurício de Nassau e o Centro Universitário de Maringá. O quadro 13 abaixo apresenta os dados mais detalhados.

Quadro 13 - Quantitativo de bolsas integrais do PROUNI por Instituições na modalidade de ensino a distância em Centros Universitários

INSTITUIÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Centro Universitário Claretiano		12	11	19	6	32	26	106
Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto	66	8	10	61	40	24	77	286
Centro Universitário da Grande Dourados							1	1
Centro Universitário Internacional	6	43	49	1	6	36	62	203
Centro Universitário Leonardo da Vinci		4	13	12	10	15	7	61
Centro Universitário Maurício de Nassau						9	16	25
Centro Universitário de Maringá - UNICESUMAR							1	1

Fonte: MEC, 2016b.

Entre estes centros, o mais beneficiado com as matrículas dos bolsistas foi o Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, que matriculou 286 bolsistas. O Centro Universitário Internacional aparece nas informações SISPROUNI como a instituição que realizou o segundo maior número de matrículas entre os centros universitários, com 203 matrículas. O centro que menos realizou matrículas foi o Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR) com apenas 1 matrícula (MEC, 2016b).

As IES com o perfil de faculdades foram as que menos matricularam bolsistas do PROUNI no período de 2010 a 2016. O quadro 14 apresenta os seguintes dados de Alagoas:

Quadro 14 - Quantitativo de bolsas integrais do PROUNI por Instituições na modalidade de ensino a distância em Faculdades

INSTITUIÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais - FEAD-MG		3					
Faculdade AIEC					2		

Fonte: MEC, 2016b.

Conforme os dados disponíveis no SISPROUNI, apenas duas faculdades foram beneficiadas com as matrículas de alunos bolsistas no período de 2010 a 2016. A Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais (FEAD-MG) matriculou três alunos de Alagoas e a Associação Internacional de Educação Continuada, Faculdade AIEC, realizou duas matrículas de bolsistas PROUNI em Alagoas (MEC, 2016b).

Neste trabalho, optamos por fazer um levantamento da distribuição das bolsas do PROUNI no estado de Alagoas por área do conhecimento. Para elaborarmos um quadro com as referidas áreas fizemos uma consulta ao Portal Brasileiro de Dados Abertos e constatamos as seguintes áreas do conhecimento superior:

em 23 de janeiro de 2008 através da Portaria nº 9, a Capes, após a decisão do Conselho Superior em sua 44ª reunião, de 5 de dezembro de 2007, alterou no âmbito da Capes, a configuração original da Tabela, criando a Grande Área Multidisciplinar e, dentro dela as áreas Interdisciplinar, Ensino

de Ciências e Matemática, Materiais e Biotecnologia. Além disso, criou dentro da área Interdisciplinar, as subáreas Meio-Ambiente e Agrárias; Engenharia/Tecnologia/Gestão; Saúde e Biológicas; e Sociais e Humanidades (MEC, 2016c).

O referencial em destaque nos apresenta oito áreas do conhecimento reconhecidas pela CAPES. A partir das informações de dados do SISPROUNI (MEC, 2016b), percebemos a seguinte distribuição das bolsas por cursos em Alagoas durante o período de 2010 a 2016:

Quadro 15 - Distribuição de bolsas do PROUNI por área do conhecimento

ÁREAS DO CONHECIMENTO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Exatas	72	36	81	29	46	84	49	397
Biológicas	2	6	5	7	4	21	12	57
Engenharias	3	13	10	55	102	114	106	403
Saúde	49	91	121	198	191	281	214	1.145
Agrárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociais aplicadas	288	179	141	278	338	425	263	1.912
Humanas	35	30	59	75	85	105	80	469

Fonte: MEC, 2016b.

Entre as áreas do conhecimento relacionadas no quadro 15, aquelas que mais receberam alunos bolsistas foram as áreas de Saúde e Ciências Aplicadas. A área de saúde matriculou 1.145 bolsistas e a área das Ciências Sociais Aplicadas realizou 1.912 matrículas de bolsistas do PROUNI. Os cursos de Engenharia e Humanas receberam mais de 400 bolsas, a área de exatas recebeu 397. A área das Ciências Biológicas foi a área que menos matriculou bolsistas do programa e a de Ciências Agrárias foi a área que, durante o período de 2010 a 2016, não matriculou nenhum bolsista do programa.

Fizemos um levantamento na fonte de dados do SISPROUNI (MEC, 2016b) dos dez cursos na modalidade de ensino presencial que mais receberam bolsas do programa durante o período de 2010 a 2016. Vejamos o quadro 16 na página a seguir.

Quadro 16 - Os dez cursos presenciais que mais receberam bolsas entre os anos de 2010 a 2016

CURSOS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
1. Administração	128	41	65	83	101	81	47	547
2. Ciências Contábeis	45	15	20	22	41	37	27	207
3. Direito	95	87	100	88	135	81	66	647
4. Educação Física		8	12	24	41	16	19	120
5. Enfermagem	31	36	43	73	61	99	83	422
6. Fisioterapia	16	41	12	43	49	61	34	256
7. Gestão de Recursos Humanos	42	4	5	27	9	13	06	106
8. Nutrição		5	12	21	31	57	42	168
9. Pedagogia	14	8	20	32	32	29	22	157
10. Psicologia	10	4	7	19	12	57	39	148

Fonte: MEC, 2016b.

Entre os dez cursos que receberam bolsistas do PROUNI, percebemos que o curso de Direito foi o que mais obteve bolsistas com 647 matrículas no período de 2010 a 2016; seguido do curso de Administração, com 547 matrículas. Ressaltamos que estes dois cursos fazem parte da área do conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas. Entre os cursos da Saúde, Enfermagem foi o que mais recebeu bolsistas, com 422 matrículas. O curso de Ciências Contábeis foi o único curso das Exatas que recebeu bolsista, efetuando 207 matrículas. A Pedagogia, da área das Ciências Humanas, matriculou o maior número de bolsistas, e o curso que menos matriculou neste período foi de Gestão de Recursos Humanos, com apenas 106 alunos.

Quadro 17 - Cursos que mais receberam bolsas EAD entre os anos de 2010 a 2016

CURSOS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
1. Administração	51	12	34	102	123	97	72	491
2. Análise e Desenvolvimento de Sistemas	07	11	09	35	45	19	12	138
3. Ciências Contábeis	13	08	21	58	66	74	31	271
4. Educação Física	-	07	10	03	12	12	40	84
5. Gestão De Recursos Humanos	18	22	31	50	54	59	43	177
6. História	11	12	11	28	31	15	10	118
7. Letras - Português	09	03	04	36	36	16	09	113
8. Marketing	16	4	05	30	35	15	12	117
9. Pedagogia	102	90	111	122	148	131	53	757
10. Serviço Social	27	38	64	114	80	58	38	419

Fonte: MEC, 2016b.

Observando o quadro 17, notamos que o curso de Pedagogia foi o que mais recebeu matrículas do PROUNI neste período, com 757 matrículas realizadas. O segundo que mais recebeu bolsistas foi o de Administração, com 491 bolsistas matriculados, e, em seguida, vem o curso de Serviço Social, com 419 matrículas. Ao analisar os dados do SISPROUNI, percebemos que na modalidade de ensino a distância aparecem dois cursos de licenciaturas que receberam bolsistas do PROUNI. Entre essas duas graduações, a que mais recebeu bolsistas foi o curso de História, com 118 matrículas, seguido do curso de Letras – Português, com 113 matrículas. As duas licenciaturas que aparecem nestes dados somadas com as 757 matrículas da Pedagogia chegaram a um total de 988 matrículas nas licenciaturas entre 2010 e 2016.

A partir dos números apresentados nos quadros e gráficos deste capítulo, percebemos que o referido programa ofereceu incentivos para o desenvolvimento do ensino superior em Alagoas. O primeiro incentivo se deu à medida que o governo federal concedeu, no período de 2010 a 2016, um total de 7.155 bolsas para os

estudantes se matricularem nas instituições particulares de ensino superior. Outro motivo que contribuiu para o crescimento do ensino superior privado foram os incentivos fiscais oferecidos às instituições de ensino superior privadas em Alagoas com respaldo legal. Nesse sentido, o site do provedor de informações do segmento fiscal e tributário, a empresa Informações Fiscais e Legais – FISCOSOFT, apresenta os seguintes dados acerca da isenção concedida à instituição que aderir ao programa:

dispõe a Instrução Normativa RFB nº 1.394/2013, a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, que aderir ao ProUni nos termos do art. 5º da Lei nº 11.096/2005, ficará isenta, durante o período de vigência do termo de adesão, dos seguintes tributos:

- a) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- b) Contribuição para o PIS/Pasep;
- c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- d) Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

A isenção relativa ao IRPJ e a CSLL resultará em benefício sobre o lucro, e em relação ao PIS e COFINS, resultará em benefício sobre o valor da receita auferida, ambos decorrentes da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica. (<http://www.fiscosoft.com.br/main/> consulta realizada em 28/12/2016).

O trecho acima deixa claro que o PROUNI propõe uma possibilidade de aumento da lucratividade da empresa que passar a aderir ao programa. Fica evidente ainda que através da educação superior privada há um esvaziamento dos cofres públicos, quando o governo abre mão de receber tributos que geram milhões de reais ao ano para os cofres da União. Dessa maneira, percebemos que este programa de bolsas para estudantes carentes incentiva o desenvolvimento da educação superior privada.

No período de 2011 a 2013, o valor da renúncia fiscal das instituições que aderiram ao PROUNI no Estado de Alagoas, de acordo com MEC (2016), foi de R\$ 1.835.086,00. Entendemos que, com o programa, o governo federal deixou de arrecadar este valor para os cofres da União. Estes números foram apresentados apenas neste período devido ao fato de que não foram disponibilizados os números dos anos seguintes em relação às especificidades das unidades da Federação.

O PROUNI surgiu como uma solução para a condição de decadência financeira que as IES privadas se encontravam (LEHER, 2004). Muitas dessas instituições estavam à beira da falência por não terem conseguido conter o problema da inadimplência. Esta é também a realidade das IES no estado de Alagoas. O fato

agravante dessa situação é que as IES estavam com uma série de vagas sobrando, sem serem preenchidas por falta de alunos que tivessem condição de custear as despesas oriundas dessas vagas, inviabilizando o ingresso e a continuidade de muitos em seus estudos. Nesse sentido:

hoje, o setor privado da educação superior conta com uma inadimplência da ordem de 35 a 40%, de acordo com as entidades patronais. Elas não têm mais como ampliar o número de estudantes, pois os jovens das classes mais baixas não têm poder aquisitivo para comprar serviços educacionais. Hoje, o número de vagas oferecido pelas instituições privadas já é mais ou menos semelhante ao número de concluintes do segundo grau; às vezes, alguns deles até fazem um sacrifício e ficam um, dois semestres, e depois evadem ou ficam inadimplentes. O PROUNI é uma operação de salvamento para o setor privado. As grandes empresas educacionais, que atendem as elites, não têm muito interesse no programa – não querem ofertar vagas para alunos de baixo poder aquisitivo que sequer vão poder pagar 50% das bolsas. No entanto, as instituições de menor qualidade, que contam com um alto índice de inadimplência, isso é uma espécie de boia de salvação num setor que vive uma crise profunda. É razoável, porém que o Estado socorra instituições privadas em detrimento ao direito da juventude, do povo brasileiro, de acesso à educação pública e gratuita? Essa é a pergunta fundamental (LEHER, 2004, p. 44).

Leher (2004) deixa claro que a instância federal não tem interesse de fato em promover uma democratização na educação superior. Segundo o que entendemos da fala de Leher (2004), o governo federal assume o papel de uma espécie de “salvador da pátria” para estas instituições privadas. No entender deste autor (2004), não há interesse do Estado em oferecer melhorias na educação superior porque o governo, por meio do Programa Universidade Para Todos investe recursos públicos em instituições privadas, acelerando o processo de desenvolvimento dessas instituições.

Entendemos que o Programa Universidade Para Todos foi instituído com a intenção de inserir estudantes carentes na educação superior privada proporcionando o crescimento desse seguimento de ensino em Alagoas. Verçosa (2007, p. 259) afirma:

do ponto de vista da educação superior, diferentemente da fase anterior, do sociólogo e professor universitário Fernando Henrique Cardoso, houve na era Lula uma aplicação significativa de recursos para as universidades públicas brasileiras e a criação de mecanismos, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para o alargamento imediato do acesso, via rede privada, a alunos vindos de segmentos economicamente pobres da população. Esses e outros investimentos, de fato, não podem ser vistos como panaceias, mas trouxeram mais flexibilidade orçamentária na tomada de decisões e ampliação significativa do acesso à educação superior via matrículas.

Nas afirmações de Verçosa (2007) fica notório que o PROUNI está de forma direta e indiretamente participando do processo de expansão do ensino superior privado no estado de Alagoas por intermédio das isenções e concessões de bolsas para estudar uma graduação na rede privada, fato que caminha na contramão do que foi proposto pela meta 20 do Plano Estadual de Educação (2015-2025), que fala a respeito da relação entre dinheiro público e educação pública, estipulando como propósito:

Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência deste PEE, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio (ALAGOAS, 2015, p. 137).

A Administração Pública estadual deve fazer uma revista em suas políticas de acesso ao ensino superior, focando no discurso do governo que tem como meta a democratização da educação superior. A forma de rever essas políticas é refletindo sobre o que está escrito na Constituição Federal, na proposta do Plano Nacional de Educação (PNE) e no Plano Estadual de Educação (PEE - AL), quando falam do uso e aplicabilidade do dinheiro público na educação pública. Se de fato o governo federal quer democratizar a educação superior, deve seguir a determinação legal, investindo dinheiro público em IES públicas para alcançar a isonomia³⁶ no acesso ao ensino superior público em Alagoas.

Concluimos este capítulo lembrando que o Brasil tem um déficit de trezentos anos em relação ao ensino superior em comparação com países da América Latina. Este atraso é notório devido ao fato de que o Brasil só experimentou a ideia de uma universidade a partir do ano de 1920, quando foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, hoje conhecida como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Quando este fato ocorreu aqui no Brasil, nações latino-americanas já haviam instalado instituições de ensino superior há mais de três séculos.

Em decorrência, a 7 de setembro de 1920, por meio do Decreto nº 14.343, o Presidente Epitácio Pessoa institui a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), considerando oportuno dar execução ao disposto no Decreto de 1915.

³⁶ Isonomia significa igualdade de todos perante a lei. Refere-se ao princípio da igualdade previsto no art. 5º, "caput", da Constituição Federal, segundo o qual todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Assim, de acordo com tal princípio, os méritos iguais devem ser tratados de modo igual, e as situações desiguais, desigualmente, já que não deve haver distinção de classe, grau ou poder econômico entre os homens (ANGHER; SIQUEIRA, 2002).

Reunidas aquelas três unidades de caráter profissional, foi-lhes assegurada autonomia didática e administrativa. Desse modo, a primeira universidade oficial é criada, resultando da justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características (DE ALBUQUERQUE FÁVERO, 2006, p. 20).

Após a instalação da primeira universidade brasileira, o Brasil realizou uma reforma no ensino superior somente em 1968, quando o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 5.540/68, que traz consigo a reforma do ensino superior.

Vimos que no ano de 1961 o estado de Alagoas foi contemplado com a implantação da Universidade Federal de Alagoas. Relatamos que no início da década de 1970 foi criada a Fundação Educacional Alagoana (FUNEC), que mais tarde em 1990, passou a ser Fundação Universidade Estadual de Alagoas (FUNESA), atualmente Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

Abordamos ainda neste capítulo que o ensino superior privado começou a ser implantado em Alagoas a partir do ano de 1973, quando foi implantado no estado o Centro de Ensino Superior de Alagoas (CESMAC). Este exerceu a liderança sobre a educação superior privada até o ano de 1996, quando o governo federal, com o discurso de expansão e democratização do ensino superior privado, tornou-se o principal motivador do crescimento desse seguimento privado através dos programas que favoreceram o projeto neoliberal de privatização da educação superior no estado de Alagoas.

Vimos que a década de 1990 foi o período em que o governo federal apresentou o discurso da democratização do ensino superior para suprir a falta de vagas nas instituições oficiais e, a partir desse discurso, incentivou por meio dos seus programas as instituições da rede privada de ensino superior a criação de faculdades e centros universitários privados. Percebemos com esse discurso o início de um processo de privatização da educação superior, fortalecendo estrategicamente as IES privadas.

Finalizamos este capítulo com a percepção de que as políticas educacionais regidas pelo discurso da democratização do ensino superior colaboraram para a expansão da rede privada de educação superior em todo estado de Alagoas. Os programas desenvolvidos pelo governo federal foram os principais instrumentos da máquina pública para acelerar o processo de expansão das IES privadas em Alagoas. O PROUNI, segundo os dados apresentados neste capítulo, foi fundamental nesse processo de aceleração da educação superior. Por meio deste, o

governo investiu verbas públicas em instituições privadas no estado de Alagoas. Nesse sentido, este programa constitui-se uma forma de materialização das políticas neoliberais no contexto da educação superior em Alagoas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como questão norteadora **“como o Programa Universidade Para Todos contribuiu para a expansão do ensino superior privado em Alagoas?”**, desenvolvemos uma investigação para compreender qual a contribuição do PROUNI na expansão do ensino superior privado em Alagoas.

Para chegarmos aos resultados dessa pesquisa percorremos uma trajetória cujo ponto de partida foi a análise histórica dos primórdios da educação superior na Europa Medieval, Renascentista e Contemporânea, enfocando o desenvolvimento da universidade na Idade Moderna por influência do capitalismo comercial e do humanismo no século XV, na formação para o nobre, e os interesses da reforma em popularizar o ensino. Analisamos também a educação da Contrarreforma, a qual estava voltada para os interesses da fé; e o desenvolvimento científico, sobretudo no iluminismo e institucionalização da ciência pela universidade no século XVII. A implantação e a estatização da universidade moderna ocorreram a partir no século XIX. Percebemos que o acesso ao ensino superior era bastante seletivo, considerando que somente as elites desses períodos tinham acesso à educação superior.

Para melhor compreender a política do PROUNI, se fez necessário um estudo sobre o percurso histórico do Neoliberalismo desde os primórdios, da América Latina à entrada no Brasil. No contexto brasileiro, o Neoliberalismo se fez presente a partir do governo de Fernando Collor de Mello, mas foi no governo de Fernando Henrique Cardoso, via reforma do Estado, que se consolidou a política neoliberal. Essa reforma reorganizou a educação, alcançando o ensino superior. No governo do presidente Lula da Silva, houve um certo continuísmo e ampliação nas políticas educacionais, bem como a criação de outros programas, dentre eles o PROUNI.

O governo federal criou o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) com o respaldo da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, cujo objetivo implícito em seu discurso era a democratização do ensino superior, promovendo, assim, oportunidades para o brasileiro de baixa renda cursar uma graduação em IES privadas, com ou sem fins lucrativos.

Ao analisarmos as políticas educacionais aplicadas no Brasil a partir da década de 1990 no ensino superior, chegamos à conclusão de que as mudanças suscitadas neste período contribuíram para expansão do ensino superior em Alagoas e foram orientadas pelas políticas neoliberais (DOURADO, 2003). Nesse sentido, o Neoliberalismo em sua essência tem como princípio a minimização do Estado e a valorização da iniciativa privada. É razoável concluir que o PROUNI, sendo um programa voltado para conceder bolsas de estudos em IES privadas, foi um instrumento utilizado pelo governo federal para inserir nas políticas de educação no Brasil as dinâmicas das políticas neoliberais.

A influência das políticas de caráter neoliberal, representadas pelos organismos internacionais como, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outras entidades multilaterais, se materializam por meio de implementação das políticas de educação no Brasil, em especial a partir dos anos 1990 do século XX. Seguindo esse raciocínio, somos conclusivos em dizer que a nossa hipótese, sobre o fato de que o PROUNI é um exemplo de medida pública de caráter neoliberal que visa atender as imposições dos organismos internacionais é confirmada.

Percebemos nos escritos de Leher (2004) que o discurso de democratização estava voltado para a mercantilização da educação quando o governo federal transferiu recursos públicos para a iniciativa privada via bolsas, sem considerar a qualidade da educação ofertada por estas instituições de ensino por meio do PROUNI. Podemos afirmar, então, que através do PROUNI o governo financia a educação superior privada com o dinheiro público, mediante as isenções tributárias às empresas privadas que aderem ao programa. Assim, inferimos que estes recursos deveriam ser direcionados para ampliação de vagas nas universidades públicas

Ao analisarmos o PROUNI em Alagoas no período entre 2009 a 2016, ficou evidente que o programa contemplou 36 IES privadas com bolsas, distribuídas da seguinte forma: na modalidade presencial, 3.317 bolsas para faculdades, 117 bolsas para centros universitários; e na modalidade de ensino a distância foram 3.033 bolsas para universidades, 683 bolsas para centros universitários e 5 bolsas para faculdades, somando um total de 7.155 bolsas. Se fôssemos calcular uma média de bolsas por instituições em Alagoas, partindo do número de bolsas, dividindo pelo

número de IES contempladas, resultaria numa média de 198 bolsas do PROUNI por instituições em Alagoas. Tendo em vista o número de bolsas ofertadas entre os anos de 2009 a 2016, entendemos que o PROUNI contribuiu para a expansão do ensino superior privado no estado de Alagoas.

É através do PROUNI que o governo federal transfere a sua responsabilidade de ofertar vagas para todos estudarem em uma instituição de ensino superior (IES) pública, ofertando vagas nas IES privadas, sem levar em consideração a qualidade deste ensino. Compreendemos que o PROUNI tem se tornado um veículo muito importante para a consolidação dessa transferência e da expansão do ensino superior privado no estado de Alagoas.

Depreendemos que o governo federal, com a política de acesso ao ensino superior representada pelo PROUNI, financiou a educação superior privada em Alagoas com verbas públicas. Percebemos que este programa serviu apenas para socorrer as IES privadas que estavam em dificuldades financeiras por falta do preenchimento das vagas por elas oferecidas.

A partir das análises e pesquisas realizadas encontramos a resposta para a pergunta inicial em torno do título: **como o Programa Universidade Para Todos contribuiu para a expansão do ensino superior privado em Alagoas?**. Concluimos que o PROUNI tem contribuído para expansão do ensino superior privado no estado de Alagoas através da aplicação de verbas públicas nas instituições de ensino superior privadas por meio da concessão de bolsas para estudos de graduação em IES privadas.

Inferimos que o nosso objetivo geral inicialmente proposto foi alcançado porque, de acordo com os dados apresentados, chegamos à conclusão que a nossa investigação nos fez entender a contribuição do PROUNI na expansão da educação superior privada em Alagoas e sua relação com as políticas neoliberais.

Finalizamos este trabalho, sem a intenção de impor respostas absolutas em nossas afirmações, dizendo que as políticas reformistas do governo federal contribuíram para expansão da educação superior em Alagoas, que passou a ser objeto de interesse do mercado capitalista cuja principal mercadoria é a própria educação e o estudante passou a ser um cliente. Nessa relação de negócio, o governo federal pagaria caro com isenções tributárias para financiar uma educação de qualidade duvidosa.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de administração pública**, v. 41, p. 67-86, 2007.
- ALAGOAS. **Plano Estadual de Educação 2015-2025**. 2015. Maceió: SEDUC, 2015.
- ALAGOAS. **Anuário Estatístico do Estado de Alagoas 2015**, ano 22, n. 22. Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio, 2017. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/4510081e-80b9-4b1e-9d93-9c6a775587fd/resource/e7015c87-944f-46f6-8ee5-d0727578ee7f/download/anuario2016v.2221.03.2017.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2016.
- ALMEIDA, Sergio Campos de. **O avanço da privatização na educação superior brasileira**: o PROUNI como uma nova estratégia para a transferência de recursos públicos para o setor privado. 2006. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.btdt.ndc.uff.br/tde_arquivos/2/TDE-2008-01-16T133941Z-1155/Publico/Dissert-Sergio%20Almeida.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.
- ALMEIDA, Wilson Mesquita de. **Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro**: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo. 2012. 294f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-11122012-103750/pt-br.php>>. Acesso em: 22 abr. 2016.
- AMARAL, Daniela Patti do; OLIVEIRA, Fátima Bayma de. O ProUni e a conclusão do ensino superior: questões introdutórias sobre os egressos do programa na zona oeste do Rio de Janeiro. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 19, n. 70, p. 21-42, 2011.
- ANDERSON, Perry et al. Balanço do Neoliberalismo. **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 9-23.
- ANGHER, Anne Joyce; SIQUEIRA, Luiz Eduardo Alves de. **Dicionário Jurídico**. 6. ed. São Paulo: Rideel, 2002.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**. SP: Ed. Moderna (2009).
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

AREQUE, Ingrid Câmara. **O Programa Universidade para Todos - Prouni no contexto da reforma universitária (1990-2010)**. 2014. 230 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. Disponível em: <<http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4177>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estratégias para la educación**: estudio sectorial del Banco Mundial. Versão preliminar. Washington, DC, maio, 1995.

BARBALHO, Maria Goretti Cabral. A educação superior: tendências e estratégias de expansão na América Latina e no Brasil. In: CABRAL NETO, Antônio et al (Orgs.). **Pontos e contrapontos da política educacional**: uma Leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

BASTOS, Alexandre Fleming Vasques. **A reforma da universidade no Brasil**: discurso (re) velador - Maceió, EDUFAL, 2007.

BECKER, Howard. A escola de Chicago. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177-188, out. 1996.

BOITO JR, Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica marxista**, v. 17, p. 10-36, 2003.

BOITO JR, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. Ed. Xamã, São Paulo, 1999.

BOMENY, Helena. E ele voltou... o segundo governo Vargas: a educação no segundo governo Vargas. **FGV CPDOC**. 2009. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educacao>> Acesso em: 13 jun. 2016.

BOMENY, Helena. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **Fundação Getúlio Vargas**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/ManifestoPioneiros>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

BORGES, Francisco Carlos D'Emílio. **Financiamento público e ampliação do acesso ao Ensino Superior no Brasil**: repercussão em instituições particulares de ensino. 2012. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/mestrado_educacao/dissertacoes/2012/dissertacao_francisco_carlos_borges.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920**. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920->

1929/Decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>. – Acesso em: 09 jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/111096.htm>. Acesso em: 02 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº. 3.867, de 25 de janeiro de 1961**. Cria a Universidade de Alagoas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L3867.htm/>. Acesso em: 17 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. O Plano de Desenvolvimento da Educação. Razões, Princípios e Programas. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Receita Federal**. 2016. Disponível em: <www.receita.fazenda.gov.br/>. Acesso em: 30 dez. 2016.

BRASIL. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**. 2010. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

BRASIL. ProUni disponibiliza lista de cursos e instituições aos candidatos. **Portal Brasil**, jun. 2014. Seção Educação. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/06/prouni-disponibiliza-lista-de-cursos-e-instituicoes-aos-candidatos>>.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**. Centro Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC, n. 45, 1998. p. 49-95.

BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade**. São Paulo: Universidade Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CABRAL, Elaine de Almeida. **PROUNI e avaliação**: uma discussão sobre financiamento, acesso e qualidade na educação superior. 2013. 115f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1059>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

CACHAPUZ, António; PRAIA, João; JORGE, Manuela. Da educação em ciência às orientações para o ensino das ciências: um repensar epistemológico - From Science

Education to Science Teaching: an epistemological rethinking. **Ciência & educação**, v. 10, n. 3, p. 363-381, 2004.

CAMURRA, Luciana; TERUYA, Teresa Kazuko. Escola Pública: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o Direito à Educação. In: I Simpósio Nacional de Educação. 1. 2008. Cascavel PR. **Anais...** Cascavel PR, UNIOESTE, 2008, 1-10. Disponível em: <www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/4/Artigo%2015.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mãos à obra, Brasil**: proposta de governo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista Aurora**, v. 2, n. 1, 2008.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **Problematização**: resgatando pistas e apontando vias para deflagrar a aventura da produção do conhecimento. (mimeo), Fortaleza, 2000.

CARVALHO, Joaquim de. Método de ensino nas Universidades medievais (método escolástico). **Joaquimdecarvalho.org**. Disponível em: <<http://www.joaquimdecarvalho.org/artigos/artigo/192-III.-Metodo-de-ensino-nas-Universidades-medievais-metodo-escolastico>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CENTRO UNIVERSITÁRIO CESMAC. **História**. Disponível em: <<http://www.cesmac.edu.br/cesmac/historia>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Tabela de Áreas de Conhecimento do Ensino Superior**. 2016. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/tabela-de-areas-de-conhecimento-do-ensino-superior>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

CONSTANZA, José Roberto da Silva. As raízes históricas do liberalismo teológico. **Fides Reformata**, São Paulo, v. 10, n. 1, 2005, p. 79-99.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia**: história e grandes temas. Reforma. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2006.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã**: o Ensino Superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino superior no octênio FHC. **Educação e Sociedade**, v. 24, n. 82, p. 37-61, 2003.

DE ALBUQUERQUE FÁVERO, Maria de Lourdes. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

DE LIMA GIROLA, Maristela Kirst. Signo e ideologia: a contribuição Bakhtiniana para a filosofia da linguagem. **Língua e Literatura**, v. 28, p. 319-332, 2006.

DIMATOS, Anna Maria Massad. 1999. 112f. **Prazer no trabalho**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. p. 23.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle. **RBPAAE**- v. 27, n. 1, p. 53-65, jan./abr. 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior nos Brasil nos anos 90. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002, p. 234-252.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **O ensino superior no Brasil**: público e privado. São Paulo: NUPES-USP, 2003.

FACEIRA, Lobelia da Silva. **O ProUni como política pública em suas instâncias macro-estruturais, meso-institucionais e micro sociais**: pesquisa sobre a implementação pelo MEC e por duas universidades na região metropolitana do Rio. 2009. 238f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FEUDALISMO. In: SIGNIFICADOS, descubra o que significa, conceitos e definições. 2016. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/feudalismo>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

FILGUEIRAS, Luiz. **Neoliberalismo e crise na América Latina**: o caso do Brasil. Buenos Aires: CLASCO, 2009. p. 1-9. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clasco.org.ar/ar/libros/osal/filgueiras.doc>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

FISCOSOFT. **IRPJ, CSLL, COFINS e PIS/PASEP - Programa Universidade para Todos - PROUNI - Roteiro de Procedimentos**. 05 jun. 2016. Disponível em: <http://www.fiscosoft.com.br/main_online_frame.php?page=/index.php?PID=126454&key=2571244>. Acesso em: 28 dez. 2016.

FREIRE, Leilana Rebouças. **O ensino superior brasileiro mercantilizando**: PROUNI e FIES no contexto da crise estrutural do capital. 2015. 180. Dissertação (Mestrado Intercampi em Educação e Ensino) – Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Faculdade de Educação Ciências e Letras do Sertão Central, Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 1990. Disponível em: <http://www.uece.br/maie/dmdocuments/dissertacao_Leiliana_reboucas_freire.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

- GALASTRI, Luciana. As 10 universidades mais antigas do mundo. **Revista Galileu**, Rio de Janeiro, out. 2013. Seção Notícias: educação. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/revista/common/0,,emi343904-17770,00-as+universidades+mais+antigas+do+mundo.html>>. Acesso em: 29 dez. 2015.
- GENNARI, Adilson Marques. Globalização, Neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Pesquisa & Debate**, v. 13, n. 1, 2002.
- GUEDES, Paulo. A Criação do Conhecimento Organizacional. **Revista Brasileira de Administração Política**, n. 8, v. 1, 2016.
- HAAS, Celia Maria; LINHARES, Milton. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 235, 2013.
- HABERMAS, Jürgen. Soberania popular como procedimento. **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 26, março, p. 100-113, 1990.
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- HILL, Dave. O Neoliberalismo global, a resistência e a deformação da educação. **Currículo sem fronteiras**, v. 3, n. 2, p. 24-59, 2003.
- IBARRA, David. O Neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 2, p. 238-248, 2011.
- ILUMINISMO. In: SIGNIFICADOS, descubra o que significa, conceitos e definições. Online. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/iluminismo>>. Acesso em: 02 dez. 2016.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP. **Evolução do ensino superior: 1980-1998** Brasília: INEP, 1999. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/1980-1998-evolucao.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2016.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP. **Sinopse estatística do ensino superior 2002**. Brasília: INEP, 2003.
- ISENÇÃO FISCAL. In: SENSAGENT: enciclopédia em linha, dicionário de definições e mais. 2010. Disponível em: <<http://dicionario.sensagent.com/Isen%C3%A7%C3%A3o%20fiscal/pt-pt/>>. Acesso em: 07 jul. 2016.
- KLERING, Luis Roque; PORSSE, Melody de Campos Soares; GUADAGNIN, Luis Alberto. Novos caminhos da administração pública brasileira. Análise: **Revista Científica de Administração, Contabilidade e Economia**. Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 4-17, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/8231/5903>>. Acesso em: 15 set. 2016.
- KULLOK, Maísa Gomes Brandão; ARAGÃO, Maria Helena de Melo; BRAZ, Maria Luiza. A educação superior no Estado de Alagoas: a trajetória da UNEAL. In: MELO,

Adriana Almeida Sales; PRADO, Edna Cristina do. (Org.). **Educação, História, Política e Educação de Jovens e Adultos**. Maceió: EDUFAL, 2012, p. 211-226.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na idade média**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LEHER, Roberto. Educação no Governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 369-412.

LEHER, Roberto. Educação no governo de Lula da Silva: reformas sem projeto. **Revista ADUSP**, n. 34, p. 46-54, maio, 2005.

LEHER, Roberto. **Prouni é “boia de salvação” do ensino privado**. Recife: Reforma Universitária. Caderno 3, ADUFEPE – SSIND, 2004/2005.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1998. (Os pensadores).

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Lisboa: Ed. Gradativa, 1983.

MACEDO, Arthur Roquete de et al. Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 13, n. 47, 2005.

MACIEL, David. O governo Collor e o Neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, p. 98-108, 2011.

MACIEL, Maria Helena Ribeiro. **Hegemonia, ajuste neoliberal e ensino superior no Brasil**. 2009. 171f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/02/978.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

MANCEBO, Deise; MAUÉS, Olgaíses; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente. **Educar em Revista**, n. 28, p. 37-53, 2006.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Prouni: dados e estatísticas**. 2017. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas/>>. Acesso em: 13 de abril de 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Prouni - Programa Universidade para Todos**. 2016a. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas/9-quadros-informativos/consulta>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **SISPROUNI**. 2016b. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas/>>. Acesso em: 13 de abril de 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Indicadores sobre PROUNI - Programa Universidade para Todos. **Portal Brasileiro de Dados Abertos**, 18 ago. 2016b. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/prouni-programa-universidade-para-todos>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

MELO, Adriana Almeida Sales de; PRADO, Edna Cristina do (Orgs.). **Educação, História, política e educação de jovens e adultos**. Maceió: Edufal, 2012.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

MESORREGIÃO. In: DICIONÁRIO informal. 2016. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/mesorregiao/C3%A3o/13/05/2017>>. Acesso em: 13 maio 2017.

MÉSZAROS, István. Tradução de Isa Tavares. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

METABOLISMO. In: SIGNIFICADOS, descubra o que significa, conceitos e definições. 2016. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/metabolismo/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

MICHELOTTO, Maria Regina. UFRJ: Uma universidade para a classe média. In: MOROSINI, Marília Costa (Org.). **A Universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília-DF: INEP, 2006, p. 73-84.

MISES, Ludwig. **Liberalismo – Segundo a Tradição Clássica**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MORAIS, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Senac, 2001.

MOREIRA, João Roberto. **Educação e desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: CLAPS, 1960.

NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis: Vozes, p. 75-89, 1999.

OLIVEIRA, Alcivam Paulo de. **A relação entre o público e o privado na educação superior no Brasil e o programa Universidade para todos (PROUNI)**:

ambiguidades e contradições. 2007. 304f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4067>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. **A Reforma da Educação Superior e os seus Desdobramentos nas Universidades Federais**: tópicos para um debate. Série-Estudos, n. 16. Campo Grande: Editora UCDB, jul./dez. 2003, p. 79-92.

OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. Origem e memória das universidades medievais a preservação de uma instituição educacional. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 113-129, jan/jun. 2007.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. **Estado e política educacional no Brasil**: desafios do século XXI. 2006. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais a preservação de uma instituição educacional. **Revista Varia História**. v. 23, n. 37, Belo Horizonte jan./jun. 2007.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília – DF: CAPES, 2002, v. 1, p. 31-42.

PABLO. Entendendo o obscurantismo. **A arma da crítica**. 7 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://armadacritica.blogspot.com.br/2014/02/entendendo-o-obscurantismo.html>>. Acesso em: 01 dez. 2016

PARDO, Rosangela da Silva. **Efeitos financeiros do Programa Universidade para Todos (PROUNI) em uma instituição de educação superior privada**. 2013. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/mestrado_educacao/dissertacoes/2013/rosangela_da_silva_pardo.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

PENA, Rodolfo Alves. Organismos internacionais. **Mundo Educação**. 2016. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/organismos-internacionais.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. A construção do conhecimento na modernidade e na pós-modernidade: implicações para a Universidade. **Ensino Superior UNICAMP**, n. 5, v. 14, p. 13-24, 2014.

PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. Ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

PERNOUD, Regine. **Luz sobre a Idade Média**. Portugal: Publicações Europa-América, 1996. p. 98

PETRY, Almiro. **Neoliberalismo e globalização na América Latina**. Unisinos, 2008.

PONCE, Aníbal. **Educação e lutas de classe**. São Paulo: Cortez, 1996.

POSITIVISMO. In: SIGNIFICADOS, descubra o que significa, conceitos e definições. 2016. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/positivismo/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

PROTAGONISTA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/protagonista>>. Acesso em: 02 dez. 2016

PSEUDO. In: SIGNIFICADOS, descubra o que significa, conceitos e definições. 2016. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/pseudo/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 13. ed. rev. e ampl. Campinas (SP): Editora Autores Associados, 1993.

ROCHA, Antonia Rozimar Machado. **O Programa Universidade para Todos - PROUNI e a pseudodemocratização na contrarreforma da educação superior no Brasil**. 2009. 217 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2009. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3066>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

SALLUM JÚNIOR, Brasília. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimento. **Tempo Social**, 1999.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de Neoliberalismo**. Porto Alegre: Artemed, 2003, p. 20-45.

SANTOS, Débora Ribeiro; NEVES, Flávia de Siqueira; CABRAL, Luís Felipe. **Dicionário Online de Português**: Dicio. Matosinhos: 7graus,[20--]. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/igualdade/>>. Acesso em, v. 29, 2016.

SANTOS, Inalda Maria; LIMA, Ana Patrícia Santana Rosa de; MACIEL, Gerline Almeida da Costa. O ensino superior no Brasil e a criação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). In: V Encontro de Pesquisa de Alagoas (EPEAL), 5. 2012. Maceió. **Anais...**, Maceió, UFAL, 2012, p. 1-5.

SANTOS, Robinson dos; ANDRIOLI, Antônio Inácio. Educação, globalização e Neoliberalismo: o debate precisa continuar. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 1, n. 35, p. 5-19, 2005.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade pública estatal: entre o público e o privado/mercantil. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 90, p. 191-222, 2005).

SINDICATO DAS MANTENEDORAS DO ENSINO SUPERIOR DE ALAGOAS – SEMESP. **Mapa do ensino superior no Brasil 2016**. 2016.

<http://convergenciacom.net/pdf/mapa_ensino_superior_2016.pdf>. Acesso: 27 dez. 2016.

SILVA, Daniel Cavalcante. **A finalidade extrafiscal da norma tributária como mecanismo de implementação de políticas públicas**: análise da casuística do Programa Universidade para Todos (PROUNI). 2007. 187f. Dissertação (Mestrado em Direito e Políticas Públicas) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.uniceub.br/pdf/MestradoDaniel.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

SILVA, Eduardo Henrique Oliveira da. **Financiamento de bolsas de estudos para o ensino superior**: o Programa Universidade para Todos (PROUNI) em Mato Grosso do Sul, no período de 2005 a 2010. 2011. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2011. Disponível em: <<https://sistemas.ufms.br/sigpos/portal/trabalhos/download/456/cursold:60>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

SOARES, Maria Susana Arrosa. **A Educação Superior no Brasil**. Porto Alegre: Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe. IESALC-Unesco-Caracas, 2002.

SOUSA, Ana Maria Gonçalves de. **Financiamento Público Estudantil do Ensino Superior**: uma análise comparativa dos casos do Brasil e de Portugal. 2008. 254f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1149>>. Acesso em: 22 abr. 2016. ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil**. 23. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes 1999.

SOUZA, Marcio Rodrigo de Araújo. **A política de expansão da educação superior no Brasil**: avaliação e análise do Programa Universidade para Todos. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI, 2013.

SOUZA, Thaís Godoi; LARA, Ângela Mara de Barros. Os fundamentos teórico-metodológicos das escolas neoliberais do século xx: implicações nas políticas educacionais. In: X ANPED SUL. 10. 2012. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, ANPED, 2012, 1-16.

SUA PESQUISA. Organizações Internacionais. **SuaPesquisa.Com**. 2016.

Disponível em:

<http://www.suapesquisa.com/geografia/organizacoes_internacionais.htm>. Acesso em: 14 jun. 2016.

TAVARES, Pedro Henrique de Sousa. **Fundos de Investimentos e o Movimento do Capital na Educação Superior Privada? Mercantilização de Novo Tipo?**. 2014. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.educacao.ufrj.br/dpedrohenrique.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Viagens à Inglaterra e à Irlanda**. São Paulo: Editora Imaginário, 2000.

TRINDADE, Hégio. Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 40, p. 122-133, 2000.

TRINDADE, Hégio. Universidade em perspectiva sociedade, conhecimento e poder. **Revista Brasileira de Educação**, [online]. n. 10, p. 5-10, jan./fev./mar./abr. 1999.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **História da Universidade - UC**: Uma marca com história. Disponível em: <<http://www.uc.pt/sobrenos/historia>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

VALLE, Marcos José. **PROUNI**: Política Pública de Acesso ao Ensino Superior ou Privatização?. 2009. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/02/980.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão; CAVALCANTE, Simone. **Universidade Federal de Alagoas – O livro de 50 anos**. Maceió: EDUFAL, 2015.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão; TAVARES, Maria das Graças Medeiros. (Org.). **História da educação em Alagoas de suas origens ao século XXI**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2007.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é (anti) capitalismo. **Revista Crítica Marxista**, v. 17, p. 37-50, 2003.

WOODS. Thomas. **Como a Igreja Católica construiu a civilização ocidental**. Trad. Élcio Carillo. São Paulo: Quadrante. 2008.